

REDD



Uma Coleção de conflitos, contradições e mentiras

Projeto Pur, Peru | Projeto de REDD Purus, Acre, Brasil | Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba, Brasil | Projeto de REDD de Monte Pascoal, Brasil | Projeto de Carbono Florestal Suruí, Brasil | Programa Socio Bosque, Equador | REDD em território Bribri, Costa Rica | Projeto de Ação Climática Noel Kempff, Bolívia | Projeto de carbono florestal Scolel'Te, Chiapas, México | Projeto de carbono da FACE, Monte Elgon, Uganda | Reserva Florestal Bukaleba, Uganda | Projeto de plantação de árvores de carbono de Kikonda, Uganda | Plantações de árvores para carbono da New Forests Company, Uganda | Projeto de Carbono Comunitário N'hambita, Moçambique | Expulsões dos povos Sengwer nas colinas de Cherangany Hills, Quênia | Projetos de REDD do corredor Kasigau, no Quênia | Projeto de REDD da Conservation International e da Walt Disney, na RDC | Projeto de REDD+ de Kariba, Zimbábue | Programa ONU-REDD na província de Cross River, na Nigéria | Programa de Conservação Holística de Florestas do WWF e da Air France, Madagascar | Parceria Climática e Florestal de Kalimantan (KFCP), Indonésia | Ulu Masen, em Aceh, Indonésia | Projeto de restauração florestal Harapan, Indonésia | Oddar Meanchey, Camboja



Ilustração da capa: Localização de projetos de REDD (amarelo) e dos principais defensores, investidores e compradores de créditos de projetos de REDD (vermelho).

REDD: Uma Coleção de conflitos, contradições e mentiras

Texto: Jutta Kill

© Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

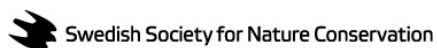
Secretariado Internacional

Maldonado 1858 – CP 11200 – Montevideú, Uruguai

Telefone/Fax: + 598 2 4132989

Email: wrm@wrm.org.uy

Página na internet: www.wrm.org.uy



Swedish Society for Nature Conservation



Esta publicação foi realizada com a colaboração da Fundación Heinrich Böll Cono Sur, Fundación Heinrich Böll Brasil, Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) e Misereor (Alemanha). As opiniões expressadas não necessariamente refletem as visões da Fundação Heinrich Böll Cono Sur, da Fundación Heinrich Böll Brasil, da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) ou da Misereor (Alemanha).

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido em sua totalidade ou em parte, sem autorização prévia. No entanto, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais deverá ser citado e notificado sobre qualquer reprodução.

Publicado em fevereiro de 2015

Conteúdos

Por que esta publicação?	p. 4
REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras	p. 8
1 – “Não queremos esta área de conservação; antes disso, queremos títulos de terra”: Projeto Pur, Peru	p. 8
2 – Culpando os pequenos agricultores como “agentes do desmatamento”: Projeto de REDD Purus, Acre, Brasil	p. 9
3 – “Sofremos aqui para poder ajudar a eles lá”: Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil	p. 12
4 – Grupos locais “cortados do orçamento”: projeto de REDD de Monte Pascoal, Bahia, Brasil	p. 14
5 – “Para quê projetos que destroem a vida?”: Projeto de Carbono Florestal Suruí, Mato Grosso e Rondônia, Brasil	p. 17
6 – Às vezes parte do REDD, às vezes não: Programa Socio Bosque, Equador	p. 20
7 – “Eles mentem quando dizem que o REDD+ é bom”: projeto de REDD em território Bribri, na Costa Rica	p. 21
8 – Alegando reduções de emissões que nunca ocorreram? Projeto de Ação Climática Noel Kempff, Bolívia	p. 24
9 – Da soberania alimentar à dependência em relação aos mercados especulativos de madeira: projeto de carbono florestal Scolel’Te, Chiapas, México	p. 26
10 – “Nós só queremos a nossa terra de volta”: Projeto de carbono da FACE, Monte Elgon, Uganda	p. 28
11 – “Nós fomos despejados sem discussão”: Reserva Florestal Bukaleba, Uganda	p. 30
12 – “Carvoeiros e criadores de gado precisam encontrar novos empregos ou outras terras”: Projeto de plantação de árvores de carbono de Kikonda, Uganda	p. 32
13 – “Eu perdi a minha terra. É como se eu não fosse um ser humano”: as plantações de árvores para carbono da New Forests Company, Uganda	p. 34
14 – “O que nós ganhamos? Não muito?”: Projeto de Carbono Comunitário N’hambita, Moçambique	p. 36
15 – Preparação para o REDD? Expulsões dos povos Sengwer nas colinas de Cherangany Hills, Quênia	p. 38
16 – Condições “nem tão semelhantes e causas do desmatamento” na área de referência: os projetos de REDD do corredor Kasigau, no Quênia	p. 40
17 – “É a nossa floresta, e outras pessoas a estão administrando no nosso lugar”: projeto de REDD da Conservation International e da Walt Disney, na RDC	p. 42
18 – “Nós não entendemos o que é realmente o REDD+”: Projeto de REDD+ de Kariba, Zimbábue	p. 44
19 – “Eu e meu povo sofremos há cinco anos”: programa ONU-REDD na província de Cross River, na Nigéria	p. 47
20 – “Não há qualquer remuneração, só multas para pagar”: Programa de Conservação Holística de Florestas do WWF e da Air France, Madagascar	p. 49
21 – “Ou seja, é um fracasso total, em outras palavras”: Parceria Climática e Florestal de Kalimantan (KFCP), Indonésia	p. 51
22 – “A história do REDD é só uma mentira”: Ulu Masen, em Aceh	p. 53
23 – Projeto de restauração florestal Harapan, Indonésia	p. 55
24 – “Os militares estão se instalando lá e cortando a floresta”: Oddar Meanchey, Camboja	p. 57
O papel do Banco Mundial para dar um pontapé inicial rumo a um mercado de carbono para REDD	p.59
Por que conflitos, contradições, mentiras e restrições aos direitos das comunidades são inevitáveis no REDD	p.60
Mais informações	p.65

Por que esta publicação?

Passaram-se 23 anos desde que a Cúpula da Terra da ONU adotou a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, em 1992, e 18 desde que a maioria dos países industrializados concordou em reduzir (minimamente) suas emissões ao assinar o Protocolo de Quioto, em 1997. Mesmo assim, as emissões causadas pela queima de petróleo, carvão e gás natural continuaram aumentando, inclusive nos países industrializados que compartilham a principal responsabilidade pelo aumento das emissões atmosféricas desde que o carvão e o petróleo começaram a alimentar a “revolução industrial”.

Em dezembro de 2015, em Paris, na França, na Cúpula do Clima anual da ONU, os governos deverão adotar o próximo grande acordo internacional sobre o clima. O papel das florestas nesse acordo futuro vem sendo um tema polêmico desde que a proposta de “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal” (REDD) foi discutida pela primeira vez, na reunião da ONU sobre o clima de 2007, em Bali, na Indonésia. Centenas de milhões de euros foram gastas desde 2007 em paralelo à negociações da ONU sobre REDD. Organismos internacionais, como o Banco Mundial e os governos que defendem ligar as florestas a um mecanismo de comércio de carbono, têm organizado reuniões e financiado programas para promover sua versão do REDD, consultores têm preparado metodologias para projetos de REDD, empresas de carbono e ONGs conservacionistas implementam iniciativas-piloto e projetos-modelo de REDD, e outro grupo de consultores começou a certificar esses projetos e as metodologias que eles usam.

Entre os aspectos centrais que têm marcado a discussão sobre o REDD estão:

- Apesar de muitos anos de debate sobre o REDD, as controvérsias sobre como integrar as florestas em um regime climático internacional permanecem as mesmas de 2007. Na verdade, permanecem praticamente as mesmas de 1997, quando os governos – por boas razões – decidiram não incluir as florestas nos mecanismos de comércio de carbono do Protocolo de Quioto;¹
- Durante todos esses anos, uma grande parte do tempo de negociação tem sido gasta em como fazer com que as florestas se encaixem em um regime de financiamento – uma espécie de mercado de carbono – com muito pouco tempo de existência e nenhum progresso com relação à forma como os governos pretendem realmente enfrentar as causas subjacentes da perda de florestas ou respeitar e reforçar os direitos dos povos da floresta;
- Muito se tem falado sobre os povos da floresta – povos indígenas e comunidades tradicionais cujo modo de vida tem protegido e preservado as florestas contra a pressão externa de destruição, mas suas vozes, sua análise sobre o que realmente causa o desmatamento e suas experiências sobre como proteger e restaurar florestas tiveram, na melhor das hipóteses, uma presença marginal nessas reuniões internacionais sobre o clima. No entanto, as propostas debatidas e os programas-piloto de REDD, bem como os projetos já em andamento, afetam substancialmente esse modo de vida – principalmente porque o debate sobre o REDD continua a ser caracterizado pela falsa análise que difama a agricultura itinerante e a agrossilvicultura como sendo causas centrais do desmatamento. Este relatório expõe a forma como essa falsa análise

já está colocando em risco as formas de vida que têm protegido as florestas contra a pressão externa;

- O REDD afastou os debates sobre o clima, na ONU e em outras instâncias, da causa principal da crise climática: a queima de combustíveis fósseis e a necessidade de mudança no sistema, incluindo reduções drásticas das emissões de gases de efeito estufa, principalmente nos países industrializados.

O REDD continuará a ser um “tema quente” no período que antecede à decisiva reunião da ONU sobre o clima em Paris, em dezembro de 2015. Nesse contexto, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais considerou importante compilar a experiência documentada sobre o que aconteceu quando chegam à floresta os vendedores (e, por vezes, vendedoras) de projetos-modelo de REDD frequentemente evocados.

REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras apresenta resumos de relatos de 24 projetos ou programas de REDD² com algo em comum: todos têm uma série de características estruturais que prejudicam os direitos dos povos da floresta ou não conseguem enfrentar o desmatamento. Como projetos de compensação, todos são incapazes de resolver a crise climática porque, por definição, projetos de compensação não reduzem as emissões globais: as reduções de emissões que se alegam ter acontecido em um lugar justificam mais emissões em outro. O que é necessário, no entanto, são reduções globais – e intensas, principalmente nos países industrializados. As compensações, por definição, não têm como ajudar a alcançar esse objetivo; elas são uma distração.

A lista é baseada em documentação já existente, e a compilação está longe de ser completa. Uma *lista de conflitos, contradições e mentiras* ampliada, expondo projetos de REDD que fragilizaram o modo de vida das comunidades florestais ou lhes causaram danos, também poderia incluir:

- o Projeto Agroflorestal de Applied Energy Service Inc. e CARE/Guatemala, de 1989, o primeiro projeto florestal financiado explicitamente para compensar emissões de gases do efeito estufa;³
- o Projeto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, no estado brasileiro do Amazonas;⁴
- os projetos de REDD Russas e Valparaíso, no Acre, Brasil;⁵
- o projeto de REDD da Walt Disney e da Conservation International, no Peru;⁶
- o projeto de plantio de árvores Profafor, no Equador;⁷
- o projeto de plantio de árvores Ibi Bateke, na República Democrática do Congo;⁸
- o projeto Mai N’dombe, na República Democrática do Congo;⁹
- o projeto de carbono florestal Kibale, em Uganda;¹⁰
- o projeto Makira Floresta REDD em Madagascar;¹¹
- o projeto de conservação florestal e biodigestor Climate Care, em Ranthambore, na Índia;¹²
- etc.

Sabe-se que todos causaram danos e geraram queixas das comunidades nas áreas dos projetos. Um aspecto que dificulta a documentação das realidades dos projetos de

REDD, no entanto, é que eles costumam estar situados em locais remotos e de difícil acesso, onde os proponentes do projeto têm facilidade de controlar o acesso e o contato com aqueles que o criticam.

No entanto, mesmo as experiências apresentadas nesta *Coleção de Conflitos, Contradições e Mentiras* mostram que, em muitos casos, nunca se perguntou às comunidades se elas davam seu consentimento ao projeto de carbono florestal. Em muitos casos, a informação prestada a elas também era tendenciosa ou incompleta. Nos casos em que os planos de REDD foram apresentados às comunidades, os proponentes dos projetos prometeram muitos benefícios e empregos se a comunidade concordasse com a atividade de REDD proposta. O que os moradores receberam, no entanto, foi principalmente assédio, restrições ao uso da terra que fornece seu sustento e responsabilização pelo desmatamento e as mudanças climáticas. Só em muito poucos casos as comunidades tinham sido informadas de que o “produto” gerado por esses projetos – créditos de carbono – seria vendido a poluidores em países industrializados, e que os compradores incluíam algumas das maiores empresas cujo negócio é construído sobre a extração de combustíveis fósseis – e, portanto, a destruição dos territórios de povos indígenas em outros lugares. A pequena agricultura camponesa, principalmente quando envolve agricultura itinerante, é difamada na grande maioria dos projetos de REDD como sendo a causadora do desmatamento, enquanto as principais causas reais – extração de petróleo, carvão, mineração, infraestrutura, grandes barragens, corte industrial de madeira e comércio internacional de *commodities* agrícolas – permanecem sem ser mencionadas ou abordadas nas iniciativas de REDD.

A experiência também mostra que a implementação concreta do REDD fracassou esmagadoramente em garantir os direitos dos povos a suas terras. Mesmo quando os títulos de posse são reconhecidos no papel, a implementação de projetos de REDD – principalmente aqueles que geram créditos de carbono – pode fazer com que os povos da floresta percam, na prática, o controle sobre seus territórios, que poderia ser proporcionado por um título de posse. Os créditos de REDD comercializáveis são uma forma de título de propriedade. Quem tem o crédito não precisa ter a terra, nem as árvores da terra, mas tem direito de decidir como essa terra será usada. Também costuma ter o direito contratual de monitorar o que está acontecendo na terra e exigir acesso ao território a qualquer momento que escolher, enquanto possuir o crédito de carbono.

Por fim, vale a pena observar que muitos dos projetos de REDD apresentados nesta *Coleção de Conflitos, Contradições e Mentiras* receberam “certificação independente” – de consultorias pagas pelos promotores dos projetos – recebendo distinções de “prata” ou “ouro” por supostamente proporcionar excelentes benefícios sociais. No entanto, ao contrário da ilusão construída com esses logotipos de certificação, bem como folhetos de alta qualidade e vídeos sofisticados, as experiências de REDD aqui documentadas destacam alguns dos muitos riscos do sistema para os povos da floresta.

Nem os relatórios de certificação, nem os estudos de caso examinados para esta lista fornecem informações adequadas sobre o impacto específico que o REDD tem sobre as mulheres. Alguns contêm seções que discutem alguns aspectos de gênero do REDD, mas, em nenhum dos exemplos documentados, o impacto do sistema sobre as mulheres foi o foco da investigação, e a maioria contém muito pouca informação específica sobre como REDD as afeta. Em muitas regiões onde há projetos de REDD, as mulheres dependem do acesso às florestas, principalmente para sustentar suas famílias.

A lógica da compensação caracteriza a maioria dos projetos de REDD, mas não é exclusiva desse sistema. A compensação ganhou força como ferramenta no contexto da “Economia Verde” – porque permite a continuidade de um modelo econômico construído a partir da destruição da “natureza”, sob o pretexto de que o dano causado foi compensado. Tendo percebido o potencial dessa ferramenta para facilitar a expansão de suas atividades, empresas de mineração, como a Rio Tinto e a Newmont, corporações de processamento de alimentos e biotecnologia, como Monsanto e Bunge, organismos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO, e ONGs conservacionistas, como Conservation International e The Nature Conservancy, estão promovendo o uso da compensação em novos contextos.¹³ “REDD de paisagem”, “agricultura inteligente para o clima”, “compensações de biodiversidade”, “créditos de restauração florestal” “créditos de desenvolvimento da comunidade”¹⁴ já foram propostos como formas de permitir a continuação da destruição corporativa.¹⁵

Muitos apelos têm sido feitos a governos e agências internacionais para que deixem de apoiar a expansão de iniciativas de “compensação”, principalmente seu modelo mais avançado, o REDD. Eles continuam a cair em ouvidos surdos. No entanto, esses apelos devem ser repetidos porque, quando os governos falam de “intensificar o REDD” ou “introduzir agricultura inteligente para o clima”, a consequência será mais experiências como as compilados em *REDD: uma Coleção de Conflitos, Contradições e Mentiras*.

1 – “Não queremos esta área de conservação; antes disso, queremos títulos de terra”: Projeto Pur, Peru

Quem está por trás do projeto?

A Pur Projet é uma organização francesa criada em 2008 por Tristan Lecomte, um importante defensor do “empreendedorismo responsável” na França. Ela oferece a grandes corporações, como a construtora Vinci ou empresa de energia GDF Suez, a oportunidade de compensar suas emissões de carbono financiando atividades da organização. A Fundación Amazônia Viva, uma ONG criada por iniciativa da Pur Projet, é a parceira local no projeto.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

A Pur Projet afirma que o projeto no Peru “é totalmente desenvolvido e gerido pelas comunidades e sua organização democrática, que, sozinhas, definem visão, objetivo e atividades”, e que “a Pur Projet não tem nenhum interesse ou direito sobre suas terras nem sua produção”.¹⁶

O projeto foi certificado pelos padrões VCS e CCB, recebendo a distinção CCB Nível Ouro por ser particularmente “benéfico para as comunidades locais”.

O que vem acontecendo na realidade?

Em novembro de 2013, a Amigos da Terra (FoE) França visitou a área do projeto da Pur Projet na concessão de conservação Martín Sagrado, no Peru. Nenhuma das comunidades visitadas se considerava iniciadora do projeto de carbono. Um membro da comunidade disse à FoE França: “Existem 11 comunidades shawis, algumas têm títulos de terra e outras não têm... É injusto que não tenhamos títulos de terra porque, como povos nativos, sempre cuidamos desta terra, que nos nutre e nos fornece a caça e as plantas medicinais com que nos tratamos e nos curamos. Nós não queremos esta área de conservação, antes disso, queremos títulos de terra; depois falaremos sobre os projetos”.¹⁷

O governo regional outorgou a concessão de conservação a uma cooperativa de cacau, a Acopagro, mas os direitos sobre o carbono associados a ela foram transferidos integralmente à Pur Projet. O relatório da FoE França constatou que as comunidades locais não tinham sido consultadas nem suficientemente informadas sobre o estabelecimento da concessão de conservação e os acertos correspondentes aos direitos de carbono. O projeto também se baseia em disposições contratuais complexas. Quando uma árvore é plantada ou um terreno de floresta é formalmente protegido, o proprietário da terra assina um contrato de carbono com as cooperativas de agricultores locais. A seguir, a Pur Projet assina um contrato exclusivo de transferência com as cooperativas, com duração de 80 anos, sobre os direitos de carbono, e os revende a empresas poluidoras que buscam “compensar” suas emissões de gases do efeito estufa. As comunidades não têm informações sobre os lucros gerados pelas vendas de créditos de carbono, nem conhecem as motivações ou a identidade dos usuários finais dos créditos.

Centenas de migrantes, que tiveram de abandonar suas terras em regiões onde a mineração as tornou impróprias para o cultivo, são afetados pelas atividades da Pur Projet.¹⁸ Como seus direitos de propriedade sobre a terra em que se estabeleceram nunca foram oficialmente reconhecidos, eles nunca foram formalmente consultados sobre a Pur Projet e, portanto não puderam deixar clara sua oposição ao controle das florestas locais, das quais eles agora dependem para obter parte de seu sustento, pelo projeto de REDD. O Prêmio Pinocchio 2014 explica como “a Pur Projet [...] reservou

*um orçamento de 150.000 euros para “assistência jurídica (advogados) com vistas a obter uma decisão judicial sobre a invasão de migrantes na área de conservação”.*¹⁹

Saiba mais sobre este projeto:

- Les Amis de la Terre (2014): Carbon vs. Food. A Case Study of the “Fair Forest Carbon Compensation” Projects of the French Company, Pur Projet, in the Region of San Martín, Peru. http://www.amisdela terre.org/IMG/pdf/brochure_perou_les_amis_de_la_terre_uk_web.pdf

- Resumo das respostas da Amigos da Terra às reações da Pur Projet a seu relatório e seu vídeo (2014): <http://www.amisdela terre.org/purprojet> (somente em francês).

- Pinocchio awards Nominations 2014: No need to reduce your emissions, Pur Projet will get you off the hook! <http://prix-pinocchio.org/en/nomines.php>

2 – Culmando os pequenos agricultores como “agentes do desmatamento”: Projeto de REDD Purus, Acre, Brasil

Quem está por trás do projeto Purus?

Moura & Rosa Empreendimentos Imobiliários LTDA, CarbonCo LLC. e Freitas International Group LLC. são apontadas como parceiras no projeto Purus de REDD. A empresa brasileira Moura & Rosa é a principal responsável pela gestão do projeto de REDD propriamente dito. As outras duas empresas, com sede nos Estados Unidos, são responsáveis pelo financiamento inicial e a comercialização dos créditos. A corretora The Carbon Neutral Company, sediada em Londres e anteriormente conhecida como “Future Forests”, intermediou uma venda de créditos de carbono em 2013, para a CA Technologies, uma empresa de TI com sede nos Estados Unidos.²⁰ A CA Technologies os usou para compensar as emissões associadas à CA World 2013, uma conferência promovida pela empresa em um cassino e resort de Las Vegas.²¹ Em 2014, o Programa de Compensação de Carbono da Copa do Mundo da FIFA comprou créditos do projeto. A FIFA afirma que o “*portfólio de projetos de baixo carbono no Brasil foi cuidadosamente selecionado, juntamente com o programa de gestão de carbono sem fins lucrativos BP Target Neutral*”.²²

Este projeto de REDD foi certificado pelo Padrão Verificada de Carbono (*Verified Carbon Standard, VCS*) e pelo padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (*Climate, Community and Biodiversity, CCB*). O projeto tem uma distinção Nível Ouro da CCB por ser particularmente “benéfico para as comunidades locais”.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Segundo os documentos do projeto Purus de REDD, seu objetivo é reduzir a pressão do desmatamento em 34.702 hectares de terra no município de Manoel Urbano, a cerca

de 200 km de Rio Branco, capital do Acre. “Os projetos sociais e as atividades para diminuir o desmatamento variam de treinamento em extensão agrícola, patrulhamento de prováveis locais de desmatamento, até a consequente construção de melhores casas e a instalação de painéis solares fotovoltaicos para as comunidades locais”, afirmou a Carbonfund.org em 2014.²³

Os documentos do projeto de REDD afirmam que, sem ele, “a continuidade do desmatamento não planejado dentro da área do projeto – o corte da floresta para a agricultura de subsistência e a criação de gado” – teria aumentado o desmatamento na área. Eles também afirmam que, na ausência do projeto de REDD, a Moura & Rousa **podia** converter parte da floresta em pastagens para o gado, em “total conformidade” com a legislação brasileira.

Em relação às questões não resolvidas de posse da terra e direitos de uso, o relatório de certificação da VCS, de 20 de outubro de 2014, explica que as famílias que vivem em terras adjacentes à área do projeto plantam ou criam animais há mais de 10 anos e, portanto, têm direito a um título de propriedade sobre essa terra. O relatório afirma que: “O proponente do projeto acredita que, uma vez que as questões de propriedade sejam resolvidas com a [...] família e o título seja recebido, o desmatamento das terras do projeto cessará”.²⁴

O que vem acontecendo na realidade?

O projeto Purus de REDD envolve restrições às práticas de cultivo itinerante e a atividades agroflorestais das quais os usuários das tradicionais terras da área dependem. São famílias de seringueiros que também praticam a agricultura de pequeno porte, principalmente para subsistência. Em parte, é restringindo essas atividades que o projeto pretende gerar créditos de carbono para venda. Um relatório elaborado em 2013 para o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais observa que “essa chamada pressão sobre a floresta – resultante da agricultura de subsistência e da pastagem de gado em pequena escala – consideradas pelos proponentes do projeto como práticas não sustentáveis – é a razão para que as 18 famílias que vivem na área do projeto (cerca de 100 pessoas) sejam classificadas como ‘agentes do desmatamento’. [...] a construção dessa narrativa de culpabilidade é essencial para conferir legitimidade a um projeto de conservação que só poderia ser justificado pela existência de uma ameaça real à floresta”.²⁵

Os documentos do projeto carecem de uma descrição detalhada da história da ocupação da terra nas áreas do projeto. Essa informação histórica mostraria que as famílias afetadas pelas iniciativas de REDD vivem na área há mais de 70, 60 ou 40 anos (elas se estabeleceram ali em diferentes momentos) e, portanto, têm direito, nos termos da legislação brasileira, a ser reconhecidas como proprietárias da terra porque a vêm ocupando e usando durante, pelo menos, o tempo mínimo exigido por lei. Essa descrição histórica também mostraria que as comunidades em todos os três locais tomaram várias iniciativas para obter a garantia de posse, inclusive sobre a terra que agora faz parte do projeto de REDD. As comunidades solicitaram que seus territórios fossem declarados como “Reserva Extrativista” ou Unidade de Conservação (UC).²⁶

A perversão do Consentimento Livre, Informado e Prévio

“Perguntei se o documento me prejudicava. Ele [representante da Moura & Rosa] disse que não, que

eu podia assinar. Era só uma segurança pra nós, que nós seríamos beneficiados”, explicou um morador da área do projeto Purus de REDD. Quem assina o Memorando de Entendimento, no entanto, assina um documento reconhecendo a empresa como proprietária das terras na área do projeto. Portanto, o documento poderia ser usado como prova contra os ocupantes se, em algum momento, eles buscassem reconhecimento jurídico de sua propriedade com base no uso ininterrupto da terra. Depois que a equipe da auditoria de certificação da CCB declarou que o documento não era apropriado (“*Não é apropriado pedir às pessoas que assinem um documento que elas não conseguem ler*”²⁷), a Moura & Rosa contratou um consultor para visitar as comunidades, incentivando seus membros a expressar verbalmente seu desejo de participar do projeto em vez de solicitar que assinassem um documento. Com a adoção desse ajuste, a equipe de auditoria considerou o projeto apto para um certificado CCB “Nível Ouro”.

Os proponentes do projeto afirmam reconhecer a existência de disputas de terra não resolvidas na área do projeto, mas dizem que vão reconhecer o direito de cada família a uma área de apenas 100 hectares (um tamanho considerado “pequeno” nesta parte da Amazônia).²⁸ Os proponentes do projeto de REDD chegam a afirmar que, sem ele, a comunidade local não teria “título seguro e legal à terra” e, portanto, sugerem que os moradores que vivem na área do projeto serão os principais beneficiários, pois já não correm o risco de ser expulsos da terra. Em troca, teriam que estar dispostos a limitar sua agricultura florestal tradicional.²⁹

As florestas cumprem um papel importante na prática tradicional de uso da terra, e as famílias têm tradicionalmente ocupado áreas maiores do que os 100 hectares que do projeto de REDD está disposto a reconhecer como terra sobre a qual os ocupantes têm direitos legítimos. Portanto, a proposta que inclui restrições sobre as práticas tradicionais de uso da terra e da floresta pelas comunidades e só regulariza 100 hectares não cumpre os direitos delas. Além disso, as restrições que o projeto de REDD tenta impor já deram origem a um conflito entre os ocupantes da terra e os proprietários da Moura & Rousa que ainda tem que ser resolvido. Para as comunidades que dependem de terras e florestas anteriormente usadas para a extração da borracha, o projeto de REDD representa uma continuação do processo de expropriação e expulsão de seringueiros e comunidades tradicionais da floresta – um processo “*ao qual Chico Mendes se opôs durante toda a sua vida*”.³⁰

Saiba mais sobre este projeto:

- Verena Glass (2013): Projetos de carbono no Acre ameaçam direito à terra.
<http://reporterbrasil.org.br/2013/12/projetos-de-carbono-no-acre-ameacam-direito-a-terra/>

- Centro de Memória das Lutas e Movimentos Sociais da Amazônia (2013): Considerações sobre um projeto privado de REDD no interior do Estado do Acre – Brasil. http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Consideracoes_sobre_um_projeto_privado_de_REDD_no_Acre.pdf

- Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2014): Economia verde, povos da floresta e territórios: violações de direitos no estado do Acre. Relatório Preliminar de Missão de

Investigação e Incidência. <http://www.plataformadh.org.br/category/relatorias/meio-ambiente/>

3 - “Sofremos aqui para poder ajudar a eles lá”: Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil

Quem está por trás do projeto?

Entre 2000 e 2002, a ONG conservacionista norte-americana The Nature Conservancy (TNC) fez um acordo com três dos maiores responsáveis pela poluição por gases de efeito estufa do mundo – General Motors (GM), Chevron e American Electric Power (AEP) – para que fornecessem 18 milhões de dólares, que a TNC investiria em florestas e que gerariam créditos para compensar as emissões das empresas. A ONG brasileira Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) comprou um terreno para estabelecer três reservas privadas, abrangendo um total de 20.235 hectares na região de Mata Atlântica do litoral do Paraná. A SPVS é responsável pela implementação concreta do projeto de carbono florestal nessas reservas, enquanto o papel da TNC incluía a gestão de fundos, a realização de medições de carbono e a comercialização de créditos de carbono. O projeto foi apresentado internacionalmente como modelo³¹ pela TNC no início do debate sobre REDD, mas seus materiais atuais já não o mencionam – nem as lições aprendidas com a experiência.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Miguel Calmon, ex-diretor de carbono florestal da TNC na América Latina, fala sobre os objetivos do projeto na página da TNC na internet: “*O Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba prova que o que é bom para a natureza também é bom para as pessoas. [...] Foi muito importante para a Conservancy [TNC] garantir que a população local tivesse a algo a ganhar ao preservar as florestas em torno de Guaraqueçaba. Todo mundo tem que ganhar a vida de alguma forma – por isso, se você não pode plantar ou criar animais, como a sua família vai ganhar dinheiro? É por isso que nós e nossos parceiros envolvemos tantos membros da comunidade em empreendimentos sustentáveis de geração de renda*”.³²

Informações de um “Plano de Projeto Preliminar” datado de 10 de abril de 2000 e relacionado à reserva da GM explicam que “[um] objetivo central do projeto é gerar até dois milhões de toneladas de benefícios de carbono que [...] acabarão por ser aceitos, creditados e estarão disponíveis para a GM cumprir suas metas de redução de emissões”.³³ O terreno comprado com o dinheiro das três grandes empresas tinha sido degradado pelo uso como pastagem de búfalos e deveria ser restaurado como parte do projeto de carbono. O carbono absorvido e salvo na vegetação, como resultado desta restauração, proporcionou os créditos de carbono.

As empresas não são proprietárias reais da “floresta restaurada”, nem mesmo do carbono nas árvores; o que elas possuem é o direito de comercializar os créditos de carbono que receberam em troca do investimento que permitiu à TNC e à SPVS comprarem a terra. As três empresas tinham o direito de usar os créditos de carbono

para seu próprio marketing ou comercializá-los em possíveis mercados futuros de carbono florestal.

O que vem acontecendo na realidade?

De acordo com a TNC, “a criação de búfalos, introduzida quando uma estrada penetrou na região, na década de 1970, tem causado muito desmatamento da floresta para pastagens. Atividades extrativistas insustentáveis, como a exploração madeireira, a coleta de palmito, a sobrepesca e a caça foram corroendo a base de recursos das ricas florestas da Guaraqueçaba”. Mas, se tivesse sido realizada uma análise histórica séria das causas do desmatamento, ela teria mostrado como incentivos fiscais na década de 1970 causaram desmatamento em grande escala como resultado de extração de madeira, processamento do palmito e criação de búfalos incentivados por essas medidas fiscais. Os incentivos fiscais atraíram fazendeiros influentes de fora da região, que começaram a registrar e tomar posse de grandes extensões de terra, em muitos casos, por meio de grilagem, ou seja, o registro e a apropriação ilegal. Muitas áreas apropriadas dessa forma faziam parte dos territórios comunais das comunidades caiçaras.³⁴ Para desistir de suas terras, essas comunidades eram frequentemente ameaçadas por pistoleiros contratados; até mesmo rebanhos de búfalos foram usados para forçar o acesso às propriedades. A maioria das famílias que vivem nas comunidades caiçaras tinha apenas direitos consuetudinários sobre a terra, mas nenhuma documentação de posse legalmente registrada – em parte porque elas não tinham as conexões políticas e administrativas de muitos dos novos proprietários que adquiriram grandes extensões de terra a partir da década de 1970.

A TNC não consegue distinguir esse uso tradicional de hortas florestais, a coleta de palmito, trepadeiras e outros produtos florestais pelos caiçaras, que têm séculos de existência, da destruição florestal em grande escala que remonta à concentração de terras dos anos 70 na região, estimulada por incentivos fiscais do governo estadual da época. As consequências dessa incapacidade ou falta de disposição por parte dos donos do projeto para analisar completamente a história do desmatamento são devastadoras para as comunidades. O assédio que as pessoas sofrem quando entram na floresta para coletar alimentos, madeira ou trepadeiras está cobrando seu preço. Quando as detenções e o assédio por parte da Força Verde – a “Polícia Verde” que patrulha as áreas protegidas na região – tornaram-se cada vez mais frequentes, muitos começaram a se afastar do lugar que fora seu lar por gerações. “Direta ou indiretamente, foi por meio desses projetos de conservação que a população veio para cá e criou um cinturão de pobreza em torno da nossa cidade, causando realmente um grande problema social aqui”, explica o prefeito da cidade vizinha de Antonina.³⁵

A sigla TNC serve tanto para The Nature Conservancy quanto para Transnational Corporations. Para a comunidade de Guaraqueçaba, as duas coisas são iguais. Dois moradores resumem a situação:

“É um jogo [em] que só está em disputa a questão econômica. Só está favorecendo a essas grandes empresas e também a um grupo que se instituiu aqui, que é essas ONGs. Elas não estão aqui preocupadas com o meio ambiente, e sim com o lucro – tanto as ONGs quanto as empresas; elas desenvolvem esse projeto dos créditos de carbono, para continuar poluindo, continuam lucrando cada vez mais. E as comunidades pagando o preço de tudo isso.”³⁶

“Um dia, um grupo saiu, procurando trepadeiras na área pertencente à nossa comunidade, no nosso território. Então, nós estávamos cortando trepadeiras e alguns funcionários da SPVS passaram por nós. Na área deles, eles têm alguns policiais que são chamados de guardas

*florestais, e eles atiraram em nós – eles não acertaram em ninguém. A SPVS não nos quer aqui. Eles não querem seres humanos na floresta. A terra nem é deles, é nossa.*³⁷

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2012): Community voices on The Nature Conservancy's Guaraqueçaba Climate Action Project: "We're suffering here to help them over there". <http://www.redd-monitor.org/2012/06/07/community-voices-on-the-nature-conservancys-guaraquecaba-climate-action-project-were-suffering-here-to-help-them-over-there/>
- FERN (2012): Suffering here to help them over there. Vídeo de 12 minutos. www.fern.org/sufferinghere
- Winfridus Overbeek (2009): Green Economy in Brazil, the privatization of the Atlantic Forest. <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Green-Economy-in-Brazil-the-privatization-of-the-Atlantic-Forest.pdf>
- WRM (2012): Disputed Territory. Filme de 38 minutos sobre comunidades se organizando para apresentar sua visão da restauração de florestas. <http://wrm.org.uy/videos/disputed-territory-the-green-economy-versus-community-based-economies/>
- Jutta Kill (2014): REDD in Brazil. Forgotten failures with consequences that still affect communities. <http://br.boell.org/pt-br/publicacoes>

4 - Grupos locais “cortados do orçamento”: projeto de REDD de Monte Pascoal, Bahia, Brasil³⁸

Quem está por trás do projeto?

Em paralelo às iniciativas locais que resultaram na criação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau em 2000, grupos conservacionistas internacionais começaram a promover corredores ecológicos na Mata Atlântica, uma ideia proposta originalmente pelo Ministério do Meio Ambiente e o Banco Mundial. A Conservation International (CI) e a The Nature Conservancy (TNC) financiaram a iniciativa – sendo que a segunda já faz parte do Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba. A TNC propôs a inclusão de um componente de cerca de 1.000 hectares de compensação de carbono na iniciativa de conservação de 24.000 hectares. Também foram recebidas contribuições financeiras das empresas de plantação de árvores Veracel e Aracruz, intermediada pelo grupo regional IBIO, que tem laços estreitos com a Veracel.³⁹ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES, vem financiando um projeto de restauração na mesma região e envolvendo a ONG Natureza Bela, que também foi parceira nos componentes de compensação de carbono do projeto de conservação em 2014. Não se sabe se esse financiamento está relacionado à restauração que irá gerar créditos de carbono para venda.⁴⁰

Foram assinados contratos de carbono com a Kraft Foods, sócia corporativa da CI, e a empresa de cosméticos Natura. No entanto, desde 2012, o projeto vem enfrentando dificuldades em localizar terra suficiente para que a restauração cumpra as vendas de carbono indicadas no contrato com a Natura. A situação atual do projeto é desconhecida.

Em 2010, a Iniciativa Monte Pascoal-Pau Brasil foi o primeiro projeto a receber o certificado 'Clima, Comunidade e Biodiversidade' (CCB) no Brasil. Embora muitos artigos tenham sugerido que todo o projeto de restauração florestal de Monte Pascoal tem certificação CCB, na realidade, a certificação se refere apenas aos 17 hectares que foram plantados em conexão com os contratos de carbono assinados com a Kraft Foods.⁴¹ Em janeiro de 2015, a certificação entrou na lista das expiradas na página do CCB.⁴² A situação do projeto não está clara.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Os objetivos do projeto são descritos em um documento apresentado para a certificação no âmbito do padrão “Clima, Comunidade e Biodiversidade” (CCB). Esse documento de projeto trata dos 17 hectares de trabalho de restauração florestal assumidos como parte do contrato com a Kraft Foods. Mas o documento sugere que outras áreas, como os 250 hectares incluídos no contrato de carbono com a Natura, seriam geridas com o mesmo objetivo, e que outros contratos seriam assinados para permitir a restauração de 1.000 hectares por meio de financiamento por compensação de carbono.

O documento afirma que “o principal objetivo da atividade do projeto é restaurar a integridade ambiental da área” e enumera cinco metas específicas, incluindo “proporcionar habilidades técnicas, trabalho e renda valiosos às comunidades locais”, “aumentar a qualidade e estabilizar o fluxo das águas do rio Caraíva através de restauração e proteção de nascentes e matas ciliares” e “reduzir a erosão do solo”. Segundo o documento, “uma cooperativa local realizará as atividades de restauração, incluindo o plantio e a manutenção”, e “[n]ovas oportunidades de trabalho serão criadas pelo projeto para os membros da comunidade local, que serão pagos por seu trabalho. [...] Todas as atividades de monitoramento sócio-econômico serão realizadas por membros de associações da comunidade local”.

O que vem acontecendo na realidade?

A situação da implementação do projeto em janeiro de 2015 é pouco clara. A certificação CCB expirou e as páginas na internet que anunciavam o projeto anteriormente não fornecem atualizações sobre a sua situação.

O projeto começou a enfrentar dificuldades para encontrar proprietários de terras suficientes que estivessem dispostos a oferecer suas terras para a restauração, após mudanças na legislação florestal brasileira que entraram em vigor em 2012. Anteriormente, a TNC e a CI tinham argumentado que, como muitos proprietários estavam descumprindo a obrigação legal de restaurar, proteger e registrar a floresta da forma definida pela lei, os projetos de compensação de carbono dariam um “incentivo” para aumentar o armazenamento de carbono nas florestas, e pagariam os proprietários de terras para que as restaurassem. Muitos criticaram esse argumento como sendo um incentivo perverso: em vez de fazer com que aqueles que descumprem a lei paguem, eles receberão um “incentivo” para cumprir a lei. O único proprietário que ainda demonstrava interesse em fornecer terras para o projeto em 2013 era a empresa de

papel e celulose Veracel. A empresa já tem envolvimento com o projeto. Um folheto descrito como “estudo de caso” na página do “Projeto de Plantações Novas Gerações” se chama “*Veracel Celulose. Restauração florestal, armazenamento de carbono e geração de renda: Corredor Ecológico Monte Pascoal – Pau Brasil*”. Mas as plantações da empresa também haviam causado muito desmatamento na região. Durante a década de 1990, por exemplo, a Veracel teve suas atividades suspensas por causa de seu do envolvimento com desmatamento. Consequentemente, houve oposição à inclusão de terras usadas pela empresa: “*A Veracel tem compromissos sociais e ambientais com o território, que têm de ser cumpridos porque estão ganhando muito dinheiro com o território. A empresa tem obrigações legais de restaurar*”.⁴³

Não se sabe se foram encontradas as áreas que faltam ser restauradas no âmbito do contrato de carbono com a Natura Cosméticos. Mas os problemas do projeto vão além de ter ficado sem terra para cumprir as obrigações de um contrato de compensação de carbono e do risco de o carbono ser liberado muito tempo depois das organizações de conservação terem seguido em frente. “*O comprador dos créditos de carbono é a Natura; ela fabrica xampu e outras coisas, e ganha um monte de dinheiro, e só está interessada no certificado. Se daqui a 30 anos as coisas não tiverem saído como planejado, se não tiver havido monitoramento, a Natura pode perguntar ‘onde estão essas árvores que nós plantamos?’ E o nome da ANAC está lá, nós estamos aqui, mas o IBIO está no Rio de Janeiro*”, observou o presidente de uma organização local em 2012.

Ao surgirem problemas na implementação do projeto, os interesses da comunidade foram os primeiros a ser descartados. As associações locais ANAC e ASBENC se sentiram excluídas, comentando que a única contribuição sua que restou ao projeto era seu nome e sua assinatura na documentação. “*As atividades a ser realizadas pela ANAC e a ASBENC foram cortadas do orçamento, elas estavam supervisionando e monitorando o plantio; essa era uma das atividades das duas associações, mas isso não aconteceu*”, declararam seus representantes em 2012.

As promessas feitas às comunidades locais com relação a emprego e outros benefícios do projeto de compensação de carbono nunca foram cumpridas, ou duraram apenas alguns anos. As deficiências reveladas pelo projeto de compensação florestal Monte Pascoal são sistêmicas em relação a projetos de compensação por REDD: o projeto prevê benefícios reduzidos e, principalmente, temporários, para as comunidades, cujas necessidades reais continuam sem solução.

Saiba mais sobre este projeto:

- WRM (2013): The Monte Pascoal-Pau Brasil ecological corridor carbon, community and biodiversity initiative: another carbon offset failure www.wrm.org.uy/books-and-briefings/the-monte-pascoal%E2%80%90pau-brasil-ecological-corridor-carbon-community-and-biodiversity-initiative-another-carbon-offset-failure/

- Jutta Kill (2014): REDD in Brazil – Two case studies on early forest carbon offset projects. <http://br.boell.org/pt-br/2014/12/08/redd-brazil-two-case-studies-early-forest-carbon-offset-projects>

- Renata Bessi e Santiago Navarro (2014): Brasil: REDD sigue la ruta del colonialismo en tierras de los guerreros Pataxó. <http://upsidedownworld.org/main/en-espatopmenu-81/5118-brasil-redd-sigue-la-ruta-del-colonialismo-en-tierras-de-los-guerreros-pataxo>

5 – “Para quê projetos que destroem a vida?": Projeto de Carbono Florestal Suruí, Mato Grosso e Rondônia, Brasil

Quem está por trás do projeto?

O Projeto de Carbono Florestal Suruí está localizado no Território Indígena Sete de Setembro, nos estados brasileiros de Rondônia e Mato Grosso. Os documentos do projeto indicam a Associação Metareilá do povo que se autodomina Paiter, mas é chamado também de Suruí como principal proponente do Projeto de Carbono Florestal Suruí.⁴⁴ Internacionalmente, e no material de marketing do projeto, a Associação Metareilá é a mais visível das instituições que representam os Paiter Suruí. Os grupos brasileiros Kanindé, ACTBrazil, Idesam e FUNBIO, e a Forest Trends, com sede nos Estados Unidos, também estão envolvidos no projeto. Em 2009, esses grupos assinaram um Memorando de Entendimento com a Associação Metareilá, detalhando seus papéis no projeto de REDD. São mencionadas cinco outras associações Paiter que têm papéis de apoio a aspectos culturais, educacionais e econômicos da implantação do projeto (Associação Gãbgir, Associação Kabaney, Associação Garah Pameh, Associação Pamaur, Instituto Florestal Yabner Gãbgir).

O Projeto de Carbono Florestal Suruí foi certificado de acordo com as normas do CCB e do VCS, em 2012.⁴⁵

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O relatório de implementação de setembro 2014 afirma que, durante seus 30 anos de vida, o projeto tem visado “reduzir o desmatamento projetado em pelo menos 90% e evitar que pelo menos 12.217,8 hectares de florestas tropicais sejam cortados até 2038”.⁴⁶ O desmatamento médio entre 2000 e 2009 foi calculado em cerca de 160 hectares por ano. Em relação às causas do desmatamento, o documento do projeto apresentado para a certificação⁴⁷ afirma que “há evidências conclusivas de que os Suruí são os agentes do desmatamento em seu território”. “(E)mpresas madeireiras funcionam como causas de geração de receita para os Suruí. Os Suruí têm usado essa receita de madeira para financiar a criação de campos agrícolas, pastos e plantações de café, além de facilitar a aquisição de bens e uma série de produtos.” Os documentos explicam que a exploração da madeira foi uma importante fonte de renda para algumas famílias, mas nem todas dependiam igualmente dela para garantir uma renda monetária básica. Um total de 3,416.6 hectares foi desmatado no território Paiter desde 2000, “dos quais 2.252,5 estão em uso (para agricultura de subsistência, em áreas arrendadas, lavouras de café e pastagens)”. Como parte do projeto de REDD, “agentes ambientais” das comunidades irão se juntar a agências de fiscalização estaduais para garantir que membros das comunidades não abram novas áreas de corte de madeira.

O objetivo do projeto é usar a receita da venda de carbono, além de financiamento público e filantrópico, para criar possibilidades alternativas de geração de renda, que

possam substituir as receitas oriundas da exploração madeireira e melhorar as estruturas de saúde e educação nas comunidades. O Fundo Suruí foi criado para supervisionar a gestão financeira do Projeto de Carbono Florestal Suruí.

O que vem acontecendo na realidade?

O Projeto de Carbono Florestal Suruí, no Brasil, costuma ser apontado como um bem-sucedido projeto de REDD liderado por indígenas.⁴⁸ Ele está ligado a um “Plano de Vida” que havia sido desenvolvido com o envolvimento de todos os quatro clãs dos Paiter Suruí, e o projeto de REDD foi apresentado por uma associação de dentro das comunidades. Inicialmente, muitos dos Paiter Suruí apoiaram,⁴⁹ e os documentos do projeto incluíam procedimentos de mediação para resolver eventuais conflitos que pudessem surgir.

Contudo, uma entrevista com Henrique Iabaday Suruí, na edição especial “Natureza à venda” do jornal Porantim, em 2014, mostra que surgiram conflitos no decorrer da execução do projeto, e continuam sem solução.⁵⁰ A Associação Metareilá, responsável pela gestão do projeto de REDD, contestou as declarações feitas na entrevista. Em dezembro de 2014, líderes dos Paiter Suruí solicitaram que o Ministério Público Federal de Rondônia investigasse o projeto.⁵¹ Assim como Henrique Suruí em sua entrevista ao Porantim, a nota de esclarecimento desses líderes pede que o projeto de REDD seja “*extinto*”.

Na entrevista, Henrique Iabaday Suruí explica como o projeto causou divisão entre o seu povo, e que as pessoas haviam sido enganadas por falsas promessas de uma vida melhor e de recursos financeiros como compensação por proteger a floresta.

A Nota de Esclarecimento afirma que as promessas de melhorar a vida dos Paiter revelaram-se falsa e ilusórias, o que levou alguns indígenas a uma situação de extrema dificuldade e, até mesmo, à fome; a criação de associações, necessária para a participação no projeto, gerou grandes divisões. Não houve cumprimento da divisão de responsabilidades pelas áreas específicas entre as associações. Em vez disso, foram criados departamentos dentro da Associação Metareilá, o que diminuiu o envolvimento e a autonomia de outras associações de clãs dentro do Fundo Suruí. O documento também menciona que os pagamentos não foram feitos conforme acordado, que uma das associações que tinha criticado o projeto desde 2010 não recebera quaisquer verbas, e que as associações que haviam questionado a implementação do projeto tinham sofrido retaliações e consequências.

No documento, os líderes também expõem o fato de que houve uma auditoria independente [as auditorias de certificação do CCB ou do VCS, supõe-se], mas que a equipe de auditoria tinha visitado apenas quatro comunidades escolhidas pelos gestores do projeto, de um total de 25, “*entrevistando os indígenas previamente escolhidos para falarem sobre os benefícios do projeto*”.

A realidade de um dos projetos de REDD mais bem sucedidos em todo o mundo indica contradições que são inerentes à compensação por REDD. Para as comunidades que vêm protegendo a floresta da qual dependem, o REDD é um pouco “*se ficar, o bicho pega, se correr, o bicho come: o financiamento por REDD geralmente se baseia na premissa de salvar as florestas da destruição iminente, e é difícil para comunidades com taxas históricas de desmatamento muito baixas provar a ameaça*”,⁵² Ou alegar que grandes volumes de emissões tenham sido evitados por meio do projeto de REDD. Entretanto, quanto

maior a ameaça, maior o volume de créditos de carbono que o projeto pode vender. Talvez seja por isso que quem preparou os cálculos de carbono para o Projeto de Carbono Florestal Suruí pressupôs a quadruplicação da taxa de desmatamento ao longo do projeto de REDD, em comparação com as taxas de desmatamento “históricas” de cerca de 160 hectares por ano a partir de 2000-2009. E, como em muitas comunidades, nem todos eram igualmente dependentes da renda financeira da madeira para atender a suas necessidades de subsistência. No entanto, os documentos do projeto não apresentam qualquer indício de que essa dependência diferenciada em relação à renda da exploração madeireira tenha sido levada em conta, por exemplo, no caso de os fluxos de renda alternativos que haviam sido planejados não proporcionarem a receita esperada.

Saiba mais sobre este projeto:

- Porantim (2014): “Para quê projetos que destroem a vida?” Entrevista com Henrique Suruí sobre o projeto Paiter Suruí-REDD, Brasil.

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7900>

- Patricia Bonhila (2015): Lideranças Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono com a Natura. http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7948&action=read

- REDD-Monitor (2015): Leaders of the Paiter Suruí ask that the carbon project with Natura be terminated. www.redd-monitor.org/2015/01/13/leaders-of-the-paiter-surui-ask-that-the-carbon-project-with-natura-be-terminated/

- Patricia Bonhila (2015): Lideranças Suruí afirmam ao presidente da Funai que não querem mais o projeto de carbono em suas terras. <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7992>

6 – Às vezes parte do REDD, às vezes não: Programa Sócio Bosque, Equador

Quem está por trás do programa?

Em 2008, o Governo do Equador instituiu o Programa Sócio Bosque, visando explicitamente à mitigação da mudança climática e à conservação das florestas e seus “serviços ecossistêmicos”. O programa também se tornou parte da estratégia nacional de REDD+ do país. Por decreto, o Programa Sócio Bosque se transformou no Programa Nacional de Incentivo Sócio Bosque, em 19 de dezembro de 2013.

Até março de 2014, o programa havia sido financiado por verbas do governo. Em 2011, o banco de desenvolvimento alemão KfW forneceu 10 milhões de euros, inclusive para sua implementação.

Em 26 de março de 2014, o programa estabeleceu um contrato de cinco anos com a fabricante de automóveis GM OBB, do Equador. O acordo foi assinado na sede da GM no Equador, e a Conservation International estava entre os grupos presentes no evento. A GM se comprometeu a contribuir com 230.000 dólares por ano, durante cinco anos, como parte de seu novo projeto “Chevrolet Sail Carbono Neutro”, que busca compensar as emissões de CO₂ correspondentes aos primeiros 40.000 quilômetros dirigidos pelos clientes de seu modelo de carro mais popular no Equador.⁵³

O que os promotores dizem que estão fazendo?

O objetivo do programa Sócio Bosque, do Equador, é oferecer pagamentos monetários regulares aos usuários da terra em troca da manutenção de sua cobertura florestal. Isso pode incluir atividades de manutenção florestal, reflorestamento ou recuperação da vegetação. O programa estabelece acordos para conservação, estabelecimento de plantações de árvores, “produção” e comercialização da biodiversidade e valorização dos serviços ambientais com os donos de terras privadas e comunais (incluindo indígenas). Nos acordos de conservação, os donos se comprometem a apresentar um plano sobre como serão gastos os pagamentos pela conservação.

Em 2014, o programa tinha assinado 2.748 acordos com indivíduos e com comunidades, abrangendo quase 1,5 milhão de hectares. Foram feitos pagamentos acumulados de cerca de 25 milhões de dólares na época.

O que vem acontecendo na realidade?

Um relatório de 2012, descrevendo o Programa Sócio Bosque como um sucesso,⁵⁴ observa que uma “grande limitação do programa é a falta de terras com títulos”, que “outra lição importante para o Sócio Bosque, bem como para o REDD+, é que o monitoramento está se revelando mais caro e oneroso do que o previsto” e que “o sucesso do programa Sócio Bosque no longo prazo ainda precisa ser comprovado”.

Um artigo de 2014 trata mais detalhadamente das motivações políticas e do contexto do programa, descrevendo-os da seguinte forma: “Parece funcionar bem para propriedades individuais ou para as comunidades que desmatam por causa de outras opções, e pela forte demanda da indústria de madeira, principalmente no litoral equatoriano. Também pode ser eficaz para a conservação dos ecossistemas no curto prazo. Além disso, o dinheiro recebido por comunidades historicamente excluídas tem impulsionado projetos locais, mas também tem sido uma fonte de conflitos e reproduzido padrões de opressão. O resultado parece estar relacionado ao nível de organização social e à capacidade de controlar quem ocupa posições de liderança.

Contudo, no longo prazo, o Sócio Bosque se torna uma ferramenta para o planejamento nacional do uso da terra e para estruturar o uso por parte da população com vistas à produção capitalista. Por exemplo, para poder participar do programa de incentivo, as comunidades devem, entre outros requisitos, produzir mapas detalhados de seus territórios e informar o cumprimento dos planos de investimento e de gestão. O programa também pode representar uma limitação à autonomia territorial dos povos e nações indígenas, que são os principais beneficiários do incentivo: 88% das áreas inscritas no programa pertencem a comunidades indígenas. Nesses locais, as comunidades devem aceitar um único tipo de administração territorial em que as práticas locais de uso e produção da natureza são classificadas como destrutivas, seu conhecimento é substituído pelo do especialista e o manejo pela comunidade é substituído pela dependência em relação ao Estado de bem-estar. O impacto sobre a autonomia territorial também pode afetar uma das características mais notáveis dos territórios indígenas no Equador: a capacidade de resistir a atividades indesejadas em seus territórios, principalmente na Amazônia, onde estão localizados 80% das terras registradas no Sócio Bosque. Também é aí que estão concentrados os planos do governo para extração [mineral] e, por isso, os processos de resistência local a essas atividades. Portanto, o Sócio Bosque pode ter um efeito desmobilizador sobre esses processos de resistência, abrindo caminho para o desenvolvimento capitalista promovido pelo governo atual”.⁵⁵

Saiba mais sobre este programa:

- Acción Ecológica (2012): Documento de posicionamento sobre o Socio Bosque.
<http://redmanglar.org/sitio/images/documentos/sociobosquecuador.pdf>

- Melissa Moreano Venegas (2012): Socio Bosque y el capitalismo verde. In: Coffey, G. (Ed.). 2012. Pensando la coyuntura. Los cuadernos de La línea de fuego.
<http://lalineadefuego.info/2012/09/04/socio-bosque-y-el-capitalismo-verde-por-melissa-moreano-venegasi/>

**7 – “Eles mentem quando dizem que o REDD+ é bom”:
 projeto de REDD em território Bribri, na Costa Rica**

Quem está por trás do programa?

A Costa Rica é um dos cinco países que apresentaram uma proposta ao Fundo de Carbono da iniciativa 'Parceria para o Carbono Florestal' (FCPF) do Banco Mundial.⁵⁶ O Fundo de Carbono financiaria atividades que o país definiu em sua proposta sobre a forma de reduzir as emissões resultantes de perda florestal. A Costa Rica calcularia a quantidade de emissões que não foram liberadas pelo desmatamento como resultado do dinheiro do Banco Mundial, e quanto carbono foi capturado em árvores plantadas ou não cortadas como parte do programa. O país receberia cinco dólares por tonelada de CO₂ que se demonstrasse ter sido preservada. Em troca do financiamento dessas atividades na Costa Rica, os membros do Fundo de Carbono receberiam créditos de carbono de REDD, que poderiam usar para compensar parte de suas próprias emissões ou vender – ou não ser contabilizados para as metas de emissões, mas ser usados para promover o REDD como abordagem política baseada no mercado.

A FONAFIFO é uma instituição do governo da Costa Rica, estabelecida por uma lei de 1997, que visa reduzir a perda da floresta através de um mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA). O programa de PSA é o principal precursor do REDD na Costa Rica e, conseqüentemente, a FONAFIFO também é responsável pelo planejamento e a execução das atividades de REDD, como as apresentadas ao Banco Mundial. Desde 2010, ela vem promovendo outras atividades de conservação florestal e plantio de árvores que se baseiam no esquema de PSA. A proposta feita ao Banco Mundial explica que essas novas atividades poderiam estar gerando créditos de carbono para ser incluídas na proposta apresentada ao Fundo de Carbono do Banco Mundial desde 2010. O Projeto Bosque Vivo – Território Indígena Bribri é uma dessas atividades.⁵⁷

O que aqueles que promovem a atividade dizem que estão fazendo?

Com a implementação de atividades de REDD, o governo da Costa Rica espera conseguir manter pelo menos 600 mil hectares dentro do programa atual de PSA, acrescentar mais 750 mil hectares de floresta e restaurar a cobertura florestal em 12% do território nacional, atualmente dedicados a outros usos. Uma das áreas que a FONAFIFO identificou está no território dos bribris, no sudoeste do país. *“A FONAFIFO identificou áreas dentro do território indígena que fazem parte do programa de PSA.”*

*Existem seis projetos de PSA na categoria de Proteção Florestal, que somam um total de 3.308 hectares. Por outro lado, foi determinado o total de hectares em cada categoria de uso do solo, e se identificou a área potencial na qual o programa de PSA-Proteção Florestal poderia ser implementado dentro do território indígena Bribri de Talamanca. Os dados indicam que 60,9% da área da reserva indígena têm o potencial para entrar no programa de PSA na categoria de Proteção Florestal.”*⁵⁸ O território Bribri está entre os mais densamente florestados do país. O documento da FONAFIFO não diz se os povos bribris pediram que essa avaliação fosse feita, se tinham dado o seu consentimento para que o território fosse considerado parte do programa de PSA-Proteção Florestal que geraria créditos de carbono para o Fundo de Carbono do Banco Mundial, ou como haviam participado de discussões e decisões sobre a proposta de inclusão de seus territórios no programa PSA-REDD.

O que vem acontecendo na realidade?

Em reuniões internacionais sobre mudança climática e florestas, a proposta de REDD da Costa Rica para o Fundo de Carbono do Banco Mundial costuma ser descrita como um exemplo positivo de ampla consulta e apoio da sociedade civil. O documento apresentado ao Fundo de Carbono inclui uma descrição detalhada dos processos de consulta, seminários e reuniões realizados para a elaboração da proposta de REDD apresentada ao Fundo.

Essa percepção de uma consulta ampla e eficaz contrasta com a percepção e a experiência descrita por muitos bribris, os povos indígenas cujos territórios estão no sudoeste do país. Em agosto de 2014, cerca de 300 bribris se reuniram para reafirmar sua resistência a atividades de REDD em seus territórios. Um relatório da reunião descreve como os moradores disseram em uníssono aos representantes do Ministério de Energia e Meio Ambiente e Oceanos (MINAE): “Já chega, não queremos REDD+ no nosso território!” Entre as objeções, estava a preocupação de que o REDD limitasse

o uso cotidiano da floresta pela comunidade.⁵⁹ Os membros da comunidade de Alto Durigna estão alarmados pelas intenções da FONAFIFO de aplicar o REDD a cerca de 1.000 hectares de floresta em seu território, porque algumas das *“florestas nesta área não são apenas florestas, são locais sagrados para os nossos povos”*.

Outro aspecto do REDD que raramente é mencionado é o dos impactos que programas como o REDD e a iniciativa de PSA na Costa Rica já tiveram sobre a coesão de comunidades, em especial nas comunidades indígenas. Rojas *et al.* (ver abaixo) escrevem que *“o esquema de PSA gera conflitos dentro das comunidades, sobretudo nas comunidades indígenas, onde predomina o uso da terra coletiva, porque o PSA cria títulos de propriedade sobre as funções da natureza, o que, por sua vez leva a uma competição pelo acesso aos recursos econômicos que isso oferece. Esse impacto também afeta o nível cultural, porque o uso de florestas nessas comunidades sempre foi livre, coletivo e situado fora da esfera comercial, porque a natureza não é uma mercadoria”*.

Outro documento (Caravana Climática 2014A, abaixo) observa que, em relação ao REDD e à consulta a povos indígenas da Costa Rica, *“há um pequeno setor indígena, na região Sul do Caribe, que tem estado envolvido com a estratégia nacional de REDD desde 2008, e graças a esse envolvimento, o governo diz que é um processo participativo. As comunidades que visitamos estão preocupadas porque este setor criou processos de consulta, mas eles não têm sido desenvolvidos com o consentimento prévio, livre e informado, nem com o envolvimento de todas as comunidades indígenas do país”*. E um documento preparado para o Banco Mundial observa igualmente que *“em Talamanca, o mecanismo de REDD parece ser implementado por agentes indígenas envolvidos com as instituições do Estado sem a consulta livre, prévia e informada às comunidades”*.⁶⁰

O que esse exemplo sobre os conflitos relacionados ao REDD no território bribri na Costa Rica mostra é que nem o REDD nem as políticas de PSA em que ele se baseia estão enraizados em consulta verdadeiramente livre, prévia e informada, e muito menos em consentimento. As comunidades não tiveram oportunidade de deliberar, como um todo, sobre o que fazer com essas propostas. Tampouco aqueles que apresentaram a oferta do REDD pararam para ouvir como os bribris, cujo território é um dos que mais tem floresta até hoje no país, têm conseguido manter a floresta e sua relação com ela, e se eles precisam de uma política de conservação que foi elaborada em outro lugar.

“Se os interesses de comunidades locais e grupos indígenas estão verdadeiramente no centro disso, a solução deveria ser a de defender políticas públicas abrangentes que promovessem o controle exercido pelas comunidades sobre seus territórios. Isso deve ser feito reforçando iniciativas já em andamento, como a governança comunitária da floresta e sua biodiversidade, salvaguardando, assim, as condições para que elas realmente exerçam seus direitos históricos e coletivos a autonomia e controle sobre suas terras e territórios, de acordo com sua visão de mundo.”, conclui Rojas et al na sua publicação.

Saiba mais sobre este projeto:

- Talamanca dice No REDD+ Estas selvas no tienen precio. (2014):
https://www.youtube.com/watch?v=XEIIgxm_ohk&feature=youtu.be e
https://www.facebook.com/pages/No-REDD-Costa-Rica/426389784174454?sk=timeline&ref=page_internal

- Caravana Climática (2014a): REDD+ y la decisión Bribri a permanecer como pueblo. Áudio asobre o processo de REDD na Costa Rica. caravanaclimatica.org/redd-y-la-decision-bribri-a-permanecer-como-pueblo/
- Caravana Climática (2014b): Costa Rica: La máscara verde. Vídeo. <https://www.youtube.com/watch?v=km9CGbfQyfo&feature=youtu.be>
- Radio Mundo Real (2014): Comunidades indígenas costarricenses denuncian proceso de imposición de REDD+ en el país. <http://radiomundoreal.fm/7679-no-sera-tan-facil?lang=es>
- Coecoceiba (2012): REDD and the Indigenous Peoples of Costa Rica. wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/redd-and-the-indigenous-peoples-of-costa-rica/
- Isaac Rojas, Mariana Porras, Henry Picado (2013): REDD en Costa Rica: un paso más en la mercantilización de los bosques. In: Biodiversidad, sustento y culturas. p. 57ff. http://wrm.org.uy/es/files/2015/02/Economia_Verde_El_Asalto_Final.pdf

8 – Alegando reduções de emissões que nunca ocorreram? Projeto de Ação Climática Noel Kempff, Bolívia

Quem está por trás do projeto?

A ONG The Nature Conservancy (TNC) e sua parceira boliviana Fundación Amigos de la Naturaleza (FAN) criaram o projeto de carbono florestal Noel Kempff em 1996. Com 1,6 milhão de dólares de 9,6 milhões oferecidos por três empresas de energia – American Electric Power (AEP), BP-Amoco (BP) e Pacificorp – elas compraram, de madeireiras (locais), os direitos de explorar cerca de 750.000 hectares de floresta de propriedade do governo da Bolívia. Em um acordo com as empresas norte-americanas, o governo boliviano se comprometeu a proteger 650 mil hectares dessa floresta por 30 anos. Em contrapartida, as três corporações receberiam créditos de compensação por “desmatamento evitado”, que poderiam usar para fins de marketing e comércio de carbono.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Informações no site da TNC mencionam vários benefícios para as comunidades. Eles incluem assistência jurídica às comunidades nativas para ajudá-las a adquirir o direito a 360.000 hectares de terras tradicionais, melhoria do acesso à saúde, saneamento e serviços de educação, e a contratação de membros da comunidade como guardas do parque e técnicos de monitoramento de carbono. Com relação à geração de créditos de carbono, a TNC esperava que o projeto “evitasse até 5,8 milhões de toneladas de emissões de CO₂ em 30 anos”,⁶¹

O projeto foi criado antes da existência de padrões de certificação para REDD, mas, já naquela época, a certificação era importante: “*Em 2005, o Projeto de Ação Climática Noel Kempff foi o primeiro projeto de redução de emissões de carbono florestal a ser certificado por terceiros com base em padrões internacionais, adaptados do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto*”, escreve a TNC em sua página na internet.⁶²

O que vem acontecendo na realidade?

Em 2009, o Greenpeace divulgou um relatório chamado *O golpe do carbono: o Projeto de Ação Climática Noel Kempff e a pressão por compensações florestais subnacionais* (ver abaixo). O relatório mostrou que não eram confiáveis as premissas do projeto de REDD a respeito do que teria acontecido sem ele – contando histórias sobre o futuro sem a atividade de economia de carbono. Como resultado de premissas que tiveram o efeito de inflar o volume de carbono que seria economizado pelo projeto, os investidores corporativos “*podem ter alegado milhões de toneladas de reduções de emissões de CO₂ que nunca ocorreram*”. Entre 1997 e 2004, a AEP, a Pacificorp e a BP informaram ao Departamento (Ministério) de Energia dos Estados Unidos ter compensado cerca de 7,4 milhões de toneladas de carbono a partir do projeto Noel Kempff – muito mais do que a quantidade que a TNC havia esperado para os 30 anos de duração do projeto: 5,8 milhões de toneladas.

Além disso, a premissa de que a exploração industrial de madeira na área de concessão teria continuado como antes de 1996 é altamente discutível. Um ano antes da criação oficial do Projeto de Ação Climática Noel Kempff, o governo boliviano adotou uma nova lei florestal, que mudou a economia da extração de madeira em todo o país e reduziu em cerca de 75% a floresta sob concessão no país. Grande parte da área de concessão comprada com dinheiro das três empresas também pode ter sido afetada por essa nova lei, e talvez não fosse usada para a extração industrial de madeira, mesmo sem o projeto de REDD.⁶³

A TNC e as empresas financiadoras do projeto também partiram do pressuposto de que apenas 15% das atividades madeireiras para as quais haviam comprado os direitos de concessão seriam mantidos em outros lugares.⁶⁴ Em outras palavras, de que havia um risco de 15% de “vazamento”, no jargão dos técnicos do REDD. Analisando os métodos usados para calcular esse número, o Greenpeace descobriu que outros tinham estimado e projetado o “vazamento” do projeto em até 42–60%.⁶⁵ “*O vazamento ao norte, ao leste e ao sudeste do projeto parece não ter sido monitorado nem contabilizado, mesmo que os impactos sobre o meio ambiente fossem idênticos ao vazamento que ocorre nas áreas limitadas onde ele é monitorado*”, conclui o Greenpeace em seu relatório de 2009.

O Greenpeace também examinou as alegações da TNC sobre seu trabalho para proporcionar benefícios às comunidades locais. Um morador contou ao Greenpeace sobre um rebanho de vacas que o projeto forneceu em uma tentativa de criar “meios de subsistência alternativos” para a comunidade. Infelizmente, as vacas eram de raças européias, incapazes de sobreviver na Bolívia. “*Todas acabaram morrendo*”, disse o morador. “*As vacas eram tão caras que daria para comprar um rebanho inteiro de raças locais pelo preço de uma*”.⁶⁶

Saiba mais sobre este projeto:

- Greenpeace (2009): Carbon Scam: Noel Kempff Climate Action Project and the Push for Sub-national Forest Offsets. <http://www.greenpeace.org/usa/Global/usa/report/2010/1/carbon-scam-noel-kempff-clima.pdf>
- REDD-Monitor (2009): Carbon scam: the Noel Kempff project in Bolivia. <http://www.redd-monitor.org/2009/10/22/carbon-scam-the-noel-kempff-project-in-bolivia/>

9 – Da soberania alimentar à dependência em relação aos mercados especulativos de madeira: projeto de carbono florestal Scolel'Te, Chiapas, México

Quem está por trás do projeto?

Fundado em 1996, o Scolel'Te é um dos primeiros exemplos de projetos de compensação de carbono florestal. Ele se originou de um estudo de viabilidade de seis meses, financiado pelo DFID do Reino Unido e levado a cabo por pesquisadores mexicanos e britânicos, em colaboração com os produtores de café indígenas das serras do norte, no estado de Chiapas. Os agricultores foram atraídos para o projeto como forma de diversificar o uso da terra diante da queda acentuada nos preços do café.

A ONG mexicana AMBIO gerencia as atividades concretas do projeto de compensação de carbono florestal Scolel'Te, enquanto a conta bancária do projeto e seus dados sobre os créditos de carbono são administrados por um fundo fiduciário, o Fondo BioClimatico. O fundo inclui a empresa de corretagem de carbono Edinburgh Centre for Carbon Management, organizações de agricultores e um instituto de pesquisa local.⁶⁷

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O relatório anual do Scolel'Te 2010 descreve a iniciativa como um “*regime de gestão comunitária de carbono*” que desenvolve “*atividades geradoras de serviços de carbono*”, incluindo reflorestamento, agrossilvicultura, conservação e restauração florestal. O relatório observa que, desde o seu início, o projeto já cobriu uma área total de 9.645 hectares, envolve 2.437 produtores participantes e já vendeu um total de 432.166 toneladas de Certificados CO₂ Plan Vivo. Richard Tipper, da ECCM, também diz que “um importante subproduto do projeto foi o nível de formação e empoderamento [dos agricultores locais], provocado pela exposição às idéias associadas ao comércio de serviços ambientais.”⁶⁸

Em contraste com a maioria dos outros projetos de REDD e compensação de carbono florestal, o relatório anual de 2010 do projeto de compensação de carbono florestal Scolel'Te inclui informações detalhadas sobre vendas e receitas de carbono: “Em 2010, foram vendidos 23.357 certificados Plan Vivo. Entre os compradores, estão *ZeroMission, Reforestamos Mexico, Save the Planet, HSBC, Proactive Strategy, PEMEX,*

Bunge and FMCN, [...] resultando em pagamentos diretos a 13 comunidades”,⁶⁹ O projeto também vendeu créditos de carbono a uma fundação criada pela Fédération Internationale de l’Automobile, a federação sem fins lucrativos de organizações do setor automobilístico – organismo que dirige o esporte automobilístico mundial.

A Rainforest Alliance, com sede nos Estados Unidos, confirmou que o projeto de carbono florestal Scolel Té estava em conformidade com os Protocolos de Monitoramento do Plan Vivo, abril de 2007-2008 e maio de 2008- 2009.⁷⁰

O que vem acontecendo na realidade?

Ao contrário da maioria dos outros projetos de compensação de carbono florestal, camponeses participaram do planejamento inicial do projeto. Embora algumas comunidades recebam pagamentos de carbono pela conservação florestal (desmatamento evitado), o foco principal do projeto é o plantio de árvores em terras de manejo privado – florestamento e reflorestamento, na linguagem da UNFCCC. Como os pagamentos de carbono sustentam os agricultores por apenas cinco anos (até que as árvores cresçam sem manutenção intensiva adicional), o principal benefício financeiro do projeto vem da receita futura de vendas de madeira. Portanto, a extração de madeira é o principal incentivo financeiro para a participação, e os agricultores se comprometem a manter plantações de árvores durante quatro rotações de 25 anos, por um total de 100 anos.

Parece que as comunidades locais estiveram inicialmente envolvidas em alguma medida na decisão sobre os tipos de atividades que o projeto iria oferecer aos camponeses interessados em participar. Seu envolvimento na análise das causas do desmatamento na região é menos clara. Os documentos do projeto Scolel’Te salientam o papel do “crescimento populacional” e da pequena agricultura na perda de florestas, sem mencionar as causas subjacentes do desmatamento”.⁷¹

O relatório de 2012 “*Terceirizando o ar quente*”, do Greenpeace (ver abaixo), observa que “o foco do Scolel Te em atividades de florestamento e reflorestamento levou alguns membros da comunidade local a alterar seus padrões de uso da terra, de ciclos de cultivo itinerante de 5 a 7 anos (o que lhes proporcionava segurança e subsistência) para quatro rotações de plantações de árvores comerciais, de 25 anos (que eram especulativas e estavam à mercê das forças de mercado). Além de potencialmente agravar as circunstâncias sociais das pessoas, um estudo mostrou que os efeitos do carbono em áreas de projetos de carbono florestal podem ser negativos quando comparados a áreas de pousio em florestas tradicionais de manejo comunitário. Somando-se aos impactos diretos, parece que as tentativas do governo de Chiapas de estabelecer um projeto-piloto de REDD+, em alguns casos, levaram a uma intensificação dos conflitos de terra locais. O estabelecimento da “polícia ambiental” – destinada a reforçar as iniciativas de conservação na área do projeto – parece ter gerado medos em comunidades vizinhas, de ser expulsas de suas terras por não ter títulos oficiais de propriedade. Embora o governo afirme que as comunidades que desejarem permanecer serão autorizadas a fazê-lo, o governador de Chiapas, Juan Sabines, afirmou que: “De 179 assentamentos ‘irregulares’ dentro da área protegida de selva, a maioria foi removida e apenas 11 permanecem”.⁷²

Saiba mais sobre este projeto:

- Greenpeace (2012): Outsourcing Hot Air. The push for sub-national REDD offsets in California's carbon market from Mexico and beyond. <http://www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/forests/2012/REDD/OutsourcingHotAir.pdf>
- Tracey Osborne (2011): Carbon forestry and agrarian change: access and land control in a Mexican rainforest. *Journal of Peasant Studies* 38:859-883.
- Tracey Osborne (2013): Fixing Carbon, Losing ground: Payments for environmental services and land (in)security in Mexico. *Human Geography*. Volume 6, Número 1, 2013.

10 – “Nós só queremos a nossa terra de volta”: Projeto de carbono da FACE, Monte Elgon, Uganda

Quem está por trás do projeto?

Em 1994, a Fundação holandesa FACE (*Forests Absorbing Carbon dioxide Emissions*), atualmente chamada *Face the Future*, assinou um acordo com as autoridades ugandenses para plantar árvores em 25.000 hectares dentro do Parque Nacional Monte Elgon, em Uganda. A Fundação FACE foi criada pela Dutch Electricity Generating Board. A gestão concreta é realizada pela Uganda Wildlife Authority (UWA), o organismo responsável pela gestão dos parques nacionais do país. Diferentes empresas já comercializaram créditos de carbono do projeto, entre elas, outra empresa holandesa, a GreenSeat, bem como a “Future Forests”, com sede no Reino Unido, agora chamada de “The Carbon Neutral Company”. A Fundação FACE também está envolvida em um polêmico projeto de compensação no Equador (FACE-PROFAFOR).⁷³

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O projeto UWA-FACE envolve o plantio de árvores em uma faixa de um a dois quilômetros de largura, dentro da área de 211 km do Parque Nacional Monte Elgon, em Uganda. O material de informação da FACE afirma que o projeto melhorou a renda e o nível de vida das comunidades locais, proporcionou empregos e distribuiu mudas aos agricultores, que eles plantam em suas propriedades.

O projeto é certificado pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) como sendo bem gerenciado.

O que vem acontecendo na realidade?

O projeto de carbono florestal da Fundação FACE-UWA ficou impedido de ser comercializado por muitos anos, após o surgimento de histórias bem documentadas sobre conflitos e violações aos direitos humanos dos moradores locais, que questionaram a posse da terra pela FACE. Os nomes das empresas envolvidas nesse

projeto altamente conflituoso ficaram manchados, e tanto a Fundação FACE quanto a Future Forests mudaram de nome desde então (ver acima). O projeto resultou de uma aliança entre agências internacionais de fomento e o governo de Uganda para “conservar e usar de forma sustentável o delicado ecossistema de montanha”. O projeto teve início independentemente de disputas de terras em curso entre a UWA, os povos Benet (cujos territórios estavam dentro do parque) e moradores locais que vivem nas adjacências do parque e cujos campos haviam sido invadidos por sua expansão.

O Plano de Gestão da UWA afirma que a demanda por mais terras agrícolas é “incompatível com a conservação dos valores do parque, conforme previsto no Estatuto da UWA”, e que “a aplicação da lei” vai continuar no Parque e na área do projeto de compensação de carbono. *“A aplicação da lei” envolve guardas florestais da UWA em operações de estilo militar, incluindo patrulhas, batidas, detenções, prisões, apreensão de gado, destruição de casas e cultivos, e uso de violência sancionada pelo Estado. Os guardas florestais têm rifles e atiram em caçadores ilegais. Várias pessoas já foram mortas. Se precisarem de apoio militar, os funcionários da UWA podem chamar a Força de Defesa do Povo de Uganda (UPDF, as forças armadas do país)*”, escreveram Chris Lang e Timothy Byakola em seu relatório de 2006 sobre o projeto.

O relatório *“Natureza virtual, acumulação violenta: uma ecologia política crítica do fracasso do mercado de carbono em Monte Elgon, Uganda”* concluiu que *“a expropriação sem indenização de milhares de moradores locais foi necessária para a implementação do projeto. Na verdade, essas desapropriações constituem um dos maiores e mais sangrentos despejos para proteção ambiental na história pós-colonial de Uganda, efetivamente subsidiando a participação do projeto UWA-FACE nos mercados de serviços de ecossistemas globais”*.

Lang e Byakola também apontam o dilema enfrentado por todos os projetos de compensações de carbono, incluindo o da FACE-UWA, em prever o que teria acontecido sem o projeto: *“O carbono da Fundação FACE será supostamente armazenado por 99 anos, em árvores plantadas no Parque Nacional Monte Elgon. Olhando o passado e mais de 99 anos da história por vezes turbulenta de Uganda e do Monte Elgon, vê-se o quão difícil teria sido, 99 anos atrás, prever se 25.000 hectares de árvores plantadas na época ainda estariam lá hoje. Se é impossível olhar para trás no tempo, por que deveríamos supor que as árvores plantadas hoje ainda estarão lá no futuro? Contudo, é precisamente nisso que a Fundação Face está nos pedindo para acreditar”*.

Saiba mais sobre este projeto:

- Connor Cavanagh e Tor A. Benjaminsen (2014): Virtual nature, violent accumulation: The ‘spectacular failure’ of carbon offsetting at a Ugandan National Park. *Geoforum* 2014, Vol. 56, setembro de 2014.

- Zembla (2008): CO₂ Alibi. Vídeo de 35 minutos sobre o projeto de compensação de carbono FACE-UWA. www.youtube.com/watch?v=mVEGvA_Vfhs

- Chris Lang e Timothy Byakola (2006): A funny place to store carbon: UWA-FACE Foundation’s tree planting project in Mount Elgon National Park, Uganda. Relatório para o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/a-funny-place-to-store-carbon-uwa-face-foundations-tree-planting-project-in-mount-elgon-national-park-uganda/>

- Linda Norgrove e David Hulme (2005): “Confronting conservation at Mount Elgon, Uganda”, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester. www.sed.manchester.ac.uk/idpm/staff/documents/ParkingResistanceandresistingtheparknovember2005.pdf

11 – “Nós fomos despejados sem discussão”: Reserva Florestal Bukaleba, Uganda

Quem está por trás do projeto?

A Green Resources, uma empresa de plantações registrada na Noruega, com 41.000 hectares de plantações em Moçambique, Tanzânia e Uganda, executa o projeto de plantação de árvores para carbono da Reserva Florestal de Bukaleba. A Green Resources foi fundada em 1995, e anteriormente era conhecida como Tree Farms. É uma empresa privada norueguesa, cujo maior acionista é Mads Aspem (com 30% das ações) e da qual a Verbena Investment Holdings tem 10%. Antes de fundar a Green Resources, Aspem foi chefe da equipe de pesquisa sobre produtos florestais globais e papel da Merrill Lynch (atualmente, Bank of America); antes, havia trabalhado em um cargo semelhante no banco Morgan Stanley, dos Estados Unidos. A Green Resources afirma ser “a principal empresa de florestamento da África” e suas plantações são usadas para obter madeira e gerar créditos de carbono.

O projeto de plantação de árvores para carbono da Green Resources na Tanzânia também causou polêmica e conflitos entre a empresa e as comunidades afetadas pelas plantações.⁷⁴

Entre 2012 e 2032, a Agência Sueca de Energia comprou contratos de carbono no valor de 4 milhões de dólares da plantação Kachung.⁷⁵

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Em 1996, a Green Resources obteve uma licença de 50 anos da Autoridade Nacional Florestal de Uganda para estabelecer plantações na Reserva Florestal de Bukaleba, no leste do país, e na Reserva Florestal de Kachung, no norte, abrangendo um total de 11.864 hectares. Embora a terra faça parte de uma reserva florestal de propriedade do governo, os moradores tinham permissão para cultivar alimentos, coletar recursos e pastorear animais.

Em abril de 2011, as plantações de Bukaleba foram certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC). Em 2012, também foram validadas e verificadas pelo Verified Carbon Standard. A plantação de Kachung é um projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e foi validada segundo o padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade, em 2011.

O que vem acontecendo na realidade?

O Instituto Oakland publicou recentemente *“O lado mais escuro do verde. Silvicultura de plantações e violência do carbono em Uganda”*, um relatório sobre as experiências das comunidades com o projeto de plantações de árvores da Green Resources na Reserva Florestal de Bukaleba. Os resultados repetem os da ONG norueguesa Norwatch, de 2000, sobre o projeto de plantação de árvores para carbono da Tree Farms (como a Green Resources era conhecida na época) na Tanzânia.⁷⁶ As expulsões de moradores por funcionários do governo, militares e policiais em terras agora licenciadas para a Green Resources começaram antes da empresa chegar a Bukaleba, mas não pararam quando ela chegou, e casos recentes estão *“diretamente ligados à expansão das atividades de plantio da empresa”*, relata o Instituto Oakland. Os moradores dizem que suas casas foram destruídas por funcionários da empresa para dar lugar a plantações.

As plantações de árvores também afetam vários locais de importância cultural que estão situados dentro da área de terra licenciada para a Green Resources. No final de 2013, a empresa colocou placas indicando *“Local de sepultamento”* em Bukaleba, mas o acesso a alguns locais de interesse cultural continua sendo negado aos moradores. *“(Agora) não há lugares para rezarmos aos nossos deuses”*, disse um homem.

O relatório do Instituto Oakland observa que a Green Resources se comprometeu a dar 10% de seus lucros a projetos comunitários, e que a empresa proporcionou alguns projetos alternativos de saúde, educação e renda aos moradores. Mas eles apontam que esses projetos não atendem sua necessidade mais importante – a perda de (acesso à) terra. *“Para que serve a medicina se não temos terra para cultivar alimentos nem escolas para garantir um futuro para os nossos filhos?”*, perguntou uma mulher entrevistada por pesquisadores do Instituto Oakland.

“Os verdadeiros benefícios vão para quem adquire a terra – a empresa de plantação florestal e seus investidores, todos buscando retorno sobre o capital. Em entrevistas com 152 moradores locais, trabalhadores ambientais, funcionários da empresa e jornalistas, constatou-se que até 8.000 agricultores de subsistência tinham sido expulsos de suas terras, com alguns sendo vítimas de violência física por parte de forças de segurança desconhecidas. Alguns moradores que tentaram manter uma conexão com suas terras informaram ter sido presos com base em leis de invasão”, explica a Dra. Carol Richards, uma das coautoras do relatório do Instituto Oakland.⁷⁷

Saiba mais sobre este projeto:

- The Oakland Institute (2014): The Darker Side of Green. Plantation Forestry and Carbon Violence in Uganda. The Case of Green Resources’ Forestry-Based Carbon Markets. http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/Report_DarkerSideofGreen_hirez.pdf

- REDD-Monitor (2014): More on Green Resources’ plantations in Uganda: Response from Oakland Institute to Mads Aspren. www.redd-monitor.org/2014/11/13/more-on-green-resources-plantations-in-uganda-response-from-oakland-institute-to-mads-aspre/

- Norwatch (2000): Carbon Upsets -Norwegian ‘Carbon Plantations’ in Tanzania. <http://www.framtiden.no/english/other/new-report-on-norwegian-carbon-plantations-in-tanzania-carbon-upsets.html>

12 – “Carvoeiros e criadores de gado precisam encontrar novos empregos ou outras terras”: Projeto de plantação de árvores de carbono de Kikonda, Uganda

Quem está por trás do projeto?

Em 2001, a empresa privada alemã global-woods internacional AG assinou um contrato de arrendamento de 49 anos para estabelecer uma plantação comercial de árvores no projeto da Reserva Florestal de Kikonda, no oeste de Uganda. O projeto cobre 12.182 hectares de terras do governo e é descrito como uma plantação comercial de madeira que também gera créditos de carbono. O projeto é anterior à introdução do termo REDD, mas seus proprietários comercializam regularmente os créditos de carbono no contexto do debate sobre o REDD.

A Reserva Florestal de Kikonda foi certificada como projeto de mitigação das alterações climáticas pelo padrão CarbonFix, que, em 2014, passou a fazer parte do Gold Standard. Em 2009, o projeto também foi certificado pelo padrão CCB, mas seu certificado está expirado, segundo a página deste na internet.⁷⁸ Além disso, a gestão de plantação de árvores também é certificada de acordo com as normas do Conselho de Manejo Florestal.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Os documentos do projeto têm poucas informações sobre os benefícios para as comunidades que têm usado a reserva florestal, por exemplo, o documento de projeto de abril de 2009, para certificação CCB.⁷⁹ Ele menciona principalmente a criação de empregos. Uma seção do documento explica que, além do *“impacto direto das atividades do projeto, ele apoia escolas da região para melhorar um dos instrumentos mais necessários da sociedade – a educação. Em termos gerais, as atividades do projeto têm impactos positivos contínuos e de longo prazo sobre as comunidades do entorno da reserva florestal”*.

A seção chamada “Perda de terras pela população local” observa que *“como a reserva florestal não foi usada para fins comerciais até 2002, criadores de gado e carvoeiros estavam acostumados a deixar o gado pastar nela e a fazer carvão sem grandes restrições legais. Com a aplicação da demarcação da [reserva florestal], as atividades ilegais são cada vez menores, enquanto carvoeiros e criadores de gado têm de encontrar novos empregos ou outras terras para continuar suas práticas”*. O capítulo sobre *“uso atual e posse de terras no local do projeto”*, explica que *“atualmente, os seguranças contratados pela patrulha de gerenciamento do projeto na área da reserva florestal interrompem atividades ilegais com frequência. Essas patrulhas também lembram constantemente as pessoas da área de que a Reserva Florestal só pode ser usada para o cultivo de árvores”*.

Nel, um pesquisador, observa que a empresa tinha planos de benefícios para a comunidade e atividades de plantio de árvores nas “zonas-tampão” e em terras comunitárias registradas. Haveria uma colaboração com 300 membros da comunidade, incluindo famílias e instituições como igreja e escola, através de um grupo chamado de Kikonda Community Forestry Association (KiCoFa). Mas apenas 4% dos membros da comunidade tinham títulos de terra registrados, e a iniciativa aparentemente foi encerrada em 2009.

O que vem acontecendo na realidade?

Inicialmente, a global-woods tinha estimado que cerca de 12.540 pessoas moravam nas 20 aldeias dentro de cinco quilômetros da Reserva Florestal de Kikonda, incluindo três aldeias com cerca de 1.500 habitantes que estão completamente cercadas pela reserva. Entretanto, uma “pesquisa sócio-econômica de base” realizada tardiamente pela empresa, em 2011, sugere que o número de pessoas que vivem muito próximo à reserva florestal está mais perto de 50.000 e que *“originalmente, supunha-se que havia 20 comunidades e que o objetivo era incluir a todas. Durante a pesquisa, tomamos conhecimento de mais comunidades dentro da área e, no total, 44 delas foram registradas”*.⁸⁰

As comunidades têm se queixado de um alto nível de conflito com o projeto desde o início, em particular em relação a multas, detenções arbitrárias de pessoas, confisco de gado que entra na reserva, negativa de acesso a tanques de água que foram construídos para ser usados pelas comunidades, corrupção generalizada entre os guardas florestais, etc. Peskett et al. escrevem em seu relatório de 2010, que *“um dos impactos mais negativos (e um problema permanente) tem sido a perda de acesso (ilegal) a terras da reserva. [...] Esses problemas são agravados pelo apoio rigoroso por parte da segurança [da empresa] aos agentes da lei, o que leva os infratores à delegacia local para indiciamento (geralmente envolvendo grandes multas)”*.⁸¹

Com relação a emprego, Nel relata que a empresa *“emprega predominantemente trabalhadores migrantes em condições precárias no campo (Entrevista, Kikonda, outubro de 2012). Trabalhadores migrantes contratados por empreitada, vindos de várias partes do país, incluindo Arua, Mbale, Mityana (não havia trabalhadores locais do grupo que eu conheci) disseram que os contratos são temporários e passam por intermediários que empregam os migrantes por 200.000 xelins por mês (cerca de 78 dólares), dependendo da produção (trabalhador contratado da GW, Entrevista, Kikonda, outubro de 2012). Também teria havido casos de estupro de mulheres locais por esses trabalhadores e guardas florestais (CDI de 2012)”*.⁸²

O projeto tem enfrentado conflitos com as comunidades desde o início, em particular em relação ao desalojamento, desde 2000, de “invasores” e à proibição do pastoreio há muito estabelecido. Nel relata que, por vezes, o pastoreio parece ter sido permitido em troca do pagamento de uma taxa, enquanto, outras vezes, as pessoas foram multadas em até 1 milhão de xelins (400 dólares). Desde 2009, a empresa supostamente teria abandonado a aplicação agressiva da proibição do uso agrícola das terras que compõe a concessão para plantação de árvores, por causa do conflito permanente. *“O objetivo é não incentivar atividades invasoras; a expectativa mínima é não dificultar o programa de expansão”*, diz um funcionário da empresa citado em Nel (2014). Porém, há relatos de que continua havendo conflitos pelo uso da terra, agora arrendada à global-woods AG para produção de madeira e geração de créditos de carbono.

Saiba mais sobre este projeto:

- Adrian Nel (2014): Sequestering market environmentalism: Geographies of Carbon Forestry and Unevenness in Uganda. (Tese de doutoramento), Universidade de Otago, Nova Zelândia. <http://hdl.handle.net/10523/5070>

- SSNC (2012): REDD Plus or REDD “Light”? Biodiversity, communities and forest carbon certification. www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/REDD%20Plus%20or%20REDD%20Light.pdf

13 – “Eu perdi a minha terra. É como se eu não fosse um ser humano”: as plantações de árvores para carbono da New Forests Company, Uganda

Quem está por trás do projeto?

The New Forests Company (NFC) é uma empresa registrada no Reino Unido que opera plantações de árvores em Uganda, na Tanzânia, em Moçambique e em Ruanda. Fundos de investimento como o Agri-Vie Agribusiness Fund (do qual a International Finance Corporation, IFC, do Banco Mundial, também tem ações) têm investido nela, e uma apresentação da empresa, sem data, aponta o banco internacional HSBC como acionista da NFC-Uganda. O Banco Europeu de Investimento concedeu 5 milhões de euros em 2008.^{83,84}

Em Uganda, a NFC recebeu uma licença da Autoridade Nacional Florestal de Uganda, em 2005, para estabelecer plantações de árvores em 20.000 hectares. A terra está em três locais diferentes, onde a empresa estabeleceu plantações de pinus e eucaliptos. O foco do negócio está na produção de madeira, mas o material de marketing também menciona a venda de créditos de carbono de uma das plantações.

As plantações de árvores foram certificadas pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal).

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Em uma apresentação sem data, feita pela empresa sobre o projeto, a gerente de carbono da New Forest Company, Phoebe Sullivan, escreve em um *slide* intitulado “Abordagem de Governança Corporativa”, que a “NFC tem o compromisso de gerar VERs [créditos de carbono vendidos no mercado voluntário de carbono] com benefícios sociais e ambientais verificáveis – garantindo a entrega de créditos carismáticos”. O foco de investimento estaria na produção de madeira, “enquanto as receitas de carbono podem racionalizar o considerável capital inicial necessário para estabelecer uma plantação de grande porte”.⁸⁵ As projeções acerca do retorno sobre o investimento são declaradas em 20-25%.

O que vem acontecendo na realidade?

As alegações de que se “garantia a entrega de créditos carismáticos” se desfizeram quando a Oxfam publicou um relatório em 2011 (ver abaixo) que documentava conflitos e violência generalizados quando os moradores foram expulsos da terra que havia sido incluída na licença para plantação de árvores. A Autoridade Nacional Florestal de Uganda começou a expulsar os antigos moradores logo após o acordo com a New Forests Company, em 2005, alegando que os moradores eram “invasores ilegais”. A Oxfam relata que até 20.000 pessoas foram expulsas de suas casas e terras para dar lugar às plantações da NFC. “Eu me lembro da minha terra, três hectares de café, muitas árvores – mangas e abacates. Eu tinha cinco hectares de bananas e recebi prêmios como agricultor modelo. Eu tinha vacas leiteiras, dez colmeias, duas belas casas permanentes. A minha terra me dava tudo, da minha vida à educação dos meus filhos. As pessoas costumavam me chamar de Omataka – alguém que possui terras. Agora já não é assim. Eu sou um dos mais pobres”, diz um agricultor citado pelo relatório da Oxfam, falando sobre sua experiência.

O relatório afirma que *“as pessoas expulsas da terra estão desesperadas, tendo sido levadas à pobreza e ficado sem terra. Em alguns casos, elas dizem que foram submetidas a violência, e seus bens, seus cultivos e seus animais foram destruídos. Elas dizem que não foram devidamente consultadas, que não lhes foi oferecida indenização adequada e que não receberam outra terra”*. As expulsões ocorreram mesmo tendo havido uma proibição presidencial (seletiva) a despejos, em vigor desde 2006. Nel escreve em sua tese de doutoramento (ver abaixo) que *“certamente foram necessárias conexões de apadrinhamento político para aprovar os despejos”*.

Em nome das pessoas que vivem em torno das plantações de Mubende, quatro representantes de comunidades afetadas, a Oxfam e a Uganda Land Alliance apresentaram uma queixa à ouvidoria (CAO) que lida com queixas de comunidades afetadas por investimentos feitos pela IFC. Depois de receber a queixa, em dezembro de 2011, a CAO abriu um processo de mediação entre a New Forests Company e as comunidades. Em julho de 2013, representantes de ambos os lados assinaram um acordo que incluía um compromisso por parte da empresa de contribuir com verbas para uma cooperativa administrada pela comunidade. A Oxfam informa, em sua página na internet, que a cooperativa *“adquiriu recentemente 500 hectares de terra no distrito de Mubende para fins de reassentamento e atividades agrícolas”*.⁸⁶

A empresa de auditoria SGS, uma certificadora credenciada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), concluiu que não houve violação das normas do FSC (as plantações haviam sido certificadas como *“bem administradas”* e de acordo com os padrões do Conselho), e que não eram necessárias mais investigações. Em janeiro de 2015, a Oxfam questionou as conclusões da SGS, *“o mesmo organismo de certificação cuja avaliação original do processo de expulsão nós consideramos falha”*. A Oxfam contesta as conclusões, observando que *“a SGS se baseia fortemente em sua própria avaliação de que os indivíduos expulsos” eram “ocupantes ilegais” e, portanto, não têm direito a residência. No entanto, as comunidades acreditam que tinham direitos e levaram seus casos ao tribunal ugandense, que reafirmou esses direitos. [...] A SGS reconhece que ninguém recebeu qualquer indenização, tornando ainda mais difícil entender as conclusões do relatório, já que o padrão FSC exige que a população local seja indenizada por perdas e danos, incluindo a seus meios de subsistência”*.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD Monitor (2011): Ugandan farmers kicked off their land for New Forests Company's carbon project. <http://www.redd-monitor.org/2011/09/23/ugandan-farmers-kicked-off-their-land-for-new-forests-companys-carbon-project/>
- Matt Grainger & Kate Geary (2011): The New Forests Company and its Uganda plantations. 'I lost my land. It's like I'm not a human being.' <http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2011/09/cs-new-forest-company-uganda-plantations-220911-en.pdf>
- Adrian Nel (2014): Sequestering market environmentalism: Geographies of Carbon Forestry and Unevenness in Uganda. Tese de doutoramento, Universidade de Otago, Nova Zelândia. www.ourarchive.otago.ac.nz/handle/10523/5070

14 – “O que nós ganhamos? Não muito?”: Projeto de Carbono Comunitário N’hambita, Moçambique

Quem está por trás do projeto?

Em 2002, o Projeto Comunitário de Carbono de N’hambita (agora parte do Projeto Comunitário de Carbono de Sofala) foi iniciado pela Envirotrade, uma empresa registrada originalmente nas Ilhas Maurício e fundada pelo empresário Robin Birley, do Reino Unido, e por Philip Powell, ex-senador na África do Sul. O relatório da Comissão da Verdade e da Reconciliação observa que Powell – já não envolvido com a Envirotrade – tinha ligações com uma unidade paramilitar que esteve envolvida na desestabilização das primeiras eleições democráticas da África do Sul, em 1994.

O projeto da Envirotrade em Moçambique é adjacente ao Parque Nacional da Gorongosa. Entre 2003 e 2008, a Comissão Europeia concedeu uma subvenção de 1,5 milhão de euros à Envirotrade, à Universidade de Edimburgo e ao Edinburgh Centre for Carbon Management (ver também o projeto Scolel’Te) para estabelecer o N’hambita como um projeto-piloto de carbono florestal. Os registros financeiros da Envirotrade mostram que, além da subvenção da UE, as vendas de carbono levantaram 1,3 milhão de dólares, e a própria Envirotrade investiu 2,1 milhões. Os créditos de carbono do projeto foram vendidos à Arla Foods, a maior produtora de laticínios da Escandinávia, ao grupo MAN e à Live Earth, entre outros.⁸⁷

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Os objetivos do projeto incluíam a conservação de uma floresta de propriedade comunitária, a introdução de sistemas agroflorestais e outras novas práticas agrícolas para melhorar o rendimento dos cultivos, e a criação de empresas comunitárias. O projeto também visava demonstrar a eficácia dos regimes de comércio de carbono florestal e mostrar como se projetam e se implementam esses projetos. Residentes locais foram contratados para plantar e cuidar de árvores em suas terras, e as comunidades também foram incumbidas de proteger e patrulhar uma área florestal de 10.000 hectares. A Envirotrade, gestora do projeto, deverá gerar créditos de carbono a partir de atividades agroflorestais dos agricultores e proteger a floresta comunitária adjacente.⁸⁸

Os créditos de carbono são certificados pela Fundação Plan Vivo, e o projeto recebeu o certificado “ouro triplo” do padrão CCB. Um relatório de 2013, da FERN e da Amigos da Terra-França (ver abaixo) constatou uma visível falta de rigor na avaliação de certificação do CCB, com a omissão de muitas falhas do projeto.

O que vem acontecendo na realidade?

Um artigo da Via Campesina, de 2012, destaca os problemas vivenciados pelos agricultores envolvidos com o projeto da Envirotrade: moradores de N’hambita são pagos durante sete anos para plantar e conservar as árvores, mas assinam um contrato de 99 anos. “É obrigação dos agricultores continuar cuidando das plantas que possuem, mesmo após o período de sete anos coberto por este contrato”, afirma uma cláusula. Talvez ainda mais discutível, a Envirotrade vende os 99 anos de créditos de carbono com antecedência, em alguns casos, mesmo antes de as árvores serem plantadas. António Serra, da Envirotrade em Moçambique, disse à Via Campesina que, “se um camponês

perde a vida dentro do período de vigência do contrato, este passa para os herdeiros [filhos] legítimos/legais com todos os direitos, mas também obrigações”.

Ao analisar o contrato de um agricultor, a Via Campesina descobriu que ele receberia 128 dólares em sete anos para plantar árvores em uma área de 0,22 hectares. Por essa remuneração, ele precisaria ter acesso a uma área de terra muito maior e teria que plantar muito mais árvores para reduzir a pobreza. Os pagamentos feitos aos agricultores também estão condicionados à sobrevivência de 85% das mudas. Essa obrigação se revelou difícil de cumprir, fazendo com que os pagamentos de alguns agricultores fossem reduzidos. Parece, também, que alguns participantes não receberam qualquer pagamento durante três ou quatro anos. Como muitos moradores envolvidos no programa reduziram ou interromperam suas atividades agrícolas para cuidar das árvores, esses pagamentos reduzidos pioraram em muito a situação já difícil, e garantir alimentos se tornou muito mais complicado. Os agricultores dizem que o projeto teve alguns benefícios (em termos de árvores frutíferas, alguma renda, centros de saúde e transporte em caso de doença), mas os atrasos e as reduções nos pagamentos têm causado muitos conflitos. Além disso, os membros mais abastados das comunidades, que tinham acesso à terra para plantar as árvores, beneficiaram-se mais com o projeto.

O relatório “Carbono desacreditado”, da FERN/FoE França, observa que a Envirotrade não consegue calcular as emissões realmente evitadas por não conseguir estabelecer uma base para calcular a quantidade de carbono armazenado nas florestas comunitárias que faziam parte do projeto. Isso torna impossível confirmar as economias de carbono alegadas. Esses problemas já haviam sido identificados em um relatório de maio de 2008, elaborado pelo ODI e a Winrock International para a Comissão Europeia. Esse documento revelou “relatórios de má qualidade”, e comentou que *“o que mais preocupa é o aspecto do projeto relacionado ao carbono como um todo”*. Um relatório da FERN/FoE França conclui que o projeto *“não cumpriu a maior parte dos seus objetivos de mudança climática, desenvolvimento, finanças e aprendizagem”*.

“O nome N’hambita tem viajado por todo o mundo. Mas o que há para ver aqui? O que ganhamos? Não muito. As famílias que já tiveram muitas machambas [áreas de terra para cultivar alimentos] ganharam um monte de dinheiro, mas para o resto da população, os benefícios são pequenos. Alguns nem sequer se preocupam com as árvores mais. O pagamento é muito pequeno.”⁸⁹

Saiba mais sobre este projeto:

- La Via Campesina Africa (2012): Carbon trading and REDD+ in Mozambique: farmers ‘grow’ carbon for the benefit of polluters.

http://www.grain.org/bulletin_board/entries/4531-carbon-trading-and-redd-in-mozambique-farmers-grow-carbon-for-the-benefit-of-polluters#sdfootnote2anc

- FERN and Friends of the Earth France (2013): Carbon Discredited: Why the EU should steer clear of forest carbon offsets. <http://www.fern.org/nhambita>

- REDD-Monitor (2012): Envirotrade’s carbon trading project in Mozambique: “The N’hambita experiment has failed”. www.redd-monitor.org/2012/07/11/envirotrades-carbon-trading-project-in-mozambique-the-nhambita-experiment-has-failed/

- Mark Olden & Michael Gillard (2010): Carbon credit documentary should not have been shown, BBC admits. <http://www.theguardian.com/media/2010/apr/11/bbc-envirotrade-robin-birley-mozambique>

15 – *Preparação para o REDD?* Expulsões dos povos Sengwer nas colinas de Cherangany Hills, Quênia

Quem está por trás das atividades?

O Banco Mundial vem financiando o Serviço Florestal do Quênia através do seu Programa de Gestão de Recursos Naturais (NRMP, na sigla em inglês) com o governo queniano. Lançado em 2007, o programa envolveu financiamento de projetos nas Colinas de Cherangany, incluindo o “financiamento de atividades de prontidão para o REDD+.”

O que as partes envolvidas dizem que estão fazendo?

Segundo o acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o Governo do Quênia, o programa deveria originalmente aumentar “a capacidade institucional para gerir os recursos hídricos e florestais, reduzir a incidência e gravidade dos choques hídricos, como secas, inundações e escassez de água em bacias hidrográficas, e melhorar os meios de subsistência das comunidades que participam da cogestão desses recursos hídricos e florestais”. Foi desenvolvida uma Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas, pois povos Ogiek e Sengwer vivem nas áreas incluídas no programa. A Estrutura deveria “garantir que eles não fossem afetados negativamente pelo projeto, e seriam desenvolvidas medidas para mitigar os impactos potenciais”. O programa foi reavaliado em 2011. A reavaliação simplificou os objetivos, realocou fundos e formalizou o fato de que as Colinas de Cherangany faziam parte do programa.⁹⁰

O que vem acontecendo na realidade?

Cerca de 13.500 sengwers vivem nas Colinas de Cherangany, no Norte do Vale do Rift, no Quênia. Muitas das comunidades sengwers resistiram a tentativas de expulsão e deslocamento forçado desde o início da década de 1980. Desde 2007, quando foi adotada uma Estrutura de Planejamento dos Povos Indígenas para o NRMP, tanto pelo governo do Quênia quanto pelo Banco Mundial, as expulsões forçadas dos sengwers começaram. Sob o NRMP, os limites das reservas florestais de Cherangany foram deslocados e, como resultado, as famílias sengwers se encontraram vivendo dentro da reserva florestal e sujeitas a expulsão. Elas não foram consultadas sobre as mudanças nesses limites. Mais de 1.000 casas foram queimadas quando as famílias sengwers foram obrigadas a fugir de suas casas, expulsas por policiais militares sob as ordens do Serviço Florestal do Quênia.

“Não é coincidência que os despejos tenham começado em 2007, o mesmo ano em que começou o Projeto de Gestão de Recursos Naturais do Banco Mundial”, observou a rede NoREDDinAfrica em uma carta de 12 de março de 2014. Inicialmente, o Banco

Mundial negou qualquer ligação entre as expulsões e o financiamento que deu ao NRMP. “*O Serviço Florestal do Quênia e membros do governo têm olhos para o dinheiro que acreditam poder ganhar com o REDD se removerem as comunidades indígenas de suas terras, apesar das leis internacionais e nacionais*”, escreveu o Forest Peoples Programme em um artigo sobre as expulsões forçadas. Uma carta de 12 de março de 2014, da rede NoREDDinAfrica, igualmente observa a conexão óbvia: “*O chefe de conservação do Serviço Florestal do Quênia, Solomon Mibei, afirmou publicamente que ‘o mecanismo de REDD+ é uma opção futura [...]’. No momento, a KFS está realizando oficinas com as comunidades que vivem em torno das Colinas de Cherangany, o que inclui as florestas de Embobut e Kakamega, para instruí-las sobre o financiamento de carbono. [...]’. Contestamos veementemente o comunicado de imprensa emitido pelo Banco Mundial, no qual a instituição tenta se distanciar da expulsão dos povos sengwers. A relação de causa e efeito é perfeitamente clara: o Banco, no seu papel altamente polêmico de financiador de crédito de carbono e de corretor, está sendo cúmplice da expulsão de todo um Povo Indígena através de seu Plano de Gestão de Recursos Naturais (NRMP), que inclui REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), nas Colinas de Cherangany’*”.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2014): Evictions of Sengwer indigenous people: World Bank violates safeguards in Kenya. <http://www.redd-monitor.org/2014/09/30/evictions-of-sengwer-indigenous-people-world-bank-violates-safeguards-in-kenya/> e World Bank project failed to protect Sengwer indigenous rights. Bank now promises to help “find a lasting, peaceful resolution to this long unfinished business of land rights in Kenya” <http://www.redd-monitor.org/2014/10/06/world-bank-project-failed-to-protect-sengwer-indigenous-rights-bank-now-promises-to-help-find-a-lasting-peaceful-resolution-to-this-long-unfinished-business-of-land-rights-in-kenya/>
- Forest Peoples Programme (2014): Kenyan Government’s forced evictions threaten cultural survival of the Sengwer. <http://www.forestpeoples.org/topics/rights-land-natural-resources/news/2014/02/kenyan-government-s-forced-evictions-threaten-cult>
- Dean Puckett (2014): Conservation vs Communities – The Plight of the Sengwer. <http://deaddeanfilms.tumblr.com/post/89247316043/conservation-vs-communities-the-plight-of-the>
- NoREDDinAfrica (2014): Forced Relocation of Sengwer People proves urgency of canceling REDD. <http://no-redd-africa.org/index.php/declarations/97-forced-relocation-of-sengwer-people-proves-urgency-of-canceling-redd>

16 – Condições “nem tão semelhantes e causas do desmatamento” na área de referência: os projetos de REDD do corredor Kasigau, no Quênia

Quem está por trás do projeto?

A Wildlife Works Carbon, uma empresa privada com sede nos Estados Unidos, deu início ao projeto de REDD do Corredor Kasigau. A empresa se descreve como “líder mundial no desenvolvimento de projetos e gestão de REDD+, com uma abordagem eficaz à aplicação de soluções inovadoras baseadas no mercado para a conservação da biodiversidade”. A Wildlife Works também opera uma loja de moda na internet, que comercializa roupas – incluindo uma coleção da marca Puma – que são produzidas em sua fábrica própria no local do projeto, no Quênia. Em 2013, a empresa se tornou a única proprietária de outro projeto de REDD, o projeto de REDD Mai Ndombe, na República Democrática do Congo. Inicialmente, a Ecosystem Restoration Associates Inc. (ERA) e a Wildlife Works eram parceiras no projeto de REDD de Mai Ndombe, cada uma com 50% da *joint venture*.⁹¹

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O Projeto de REDD Corredor Kasigau está localizado no sudeste do Quênia e abrange uma área de terra de pouco menos de 200 mil hectares. É um corredor de terra entre dois parques nacionais, e o projeto foi implementado em duas fases. Em 2000, a Wildlife Works comprou – por menos de 15 euros por hectare, segundo “*Les chasseurs de carbone*” – a antiga fazenda de gado Runkinga, de cerca de 32.000 hectares, e a transformou em um santuário de vida selvagem, de propriedade privada. Mais tarde, isso se tornou a Fase I do projeto de REDD Corredor Kasigau. Para a Fase II, a Wildlife Works assinou servidões de conservação com 13 proprietários de fazendas de gado comunitárias (de quem adquiriu os direitos de carbono), com uma área total de 167.000 hectares. Na maior parte, as fazendas são de propriedade de membros das comunidades adjacentes, na forma de fazendas coletivas, ou seja, terras sob responsabilidade de comunidades. Em alguns casos, são de propriedade privada. Em troca de aceitar administrar suas fazendas de acordo com os objetivos do projeto de REDD, os proprietários recebem um terço das receitas geradas com a venda de créditos de carbono. Essa Fase II responde por 90% das reduções de emissões esperadas do projeto de REDD.

Ambas as fases do projeto de REDD do Corredor Kasigau foram certificadas pelo VCS e pelo CCB, e foram agraciadas com o certificado de nível Ouro do CCB. Em 2011, o Kasigau se tornou o primeiro projeto de REDD a receber créditos de carbono certificados pelo VCS. Três projetos da Wildlife Works estavam entre os quatro projetos de REDD em todo o mundo que correspondiam a 96% dos créditos de carbono de REDD emitidos em 2012: o projeto queniano do Corredor Kasigau (Fases I e II) e o Projeto Mai Ndombe, na República Democrática do Congo (o quarto foi o Projeto Mayo Alto, no Peru).⁹²

O que vem acontecendo na realidade?

Em 2009, a jornalista Noémie Biserbe visitou a área do projeto de REDD do Corredor Kasigau. Seu artigo “Chasseurs de Carbone” fala sobre sua conversa com um morador expulso da terra que se tornou parte da Fase II do projeto e na qual ele tinha

participações. Mas estas não haviam sido registradas porque ele não tinha sido informado sobre as reuniões nas quais as negociações com a Wildlife Works tinham ocorrido. “Foi um bom truque”, disse ele a Bisserbe.

Bisserbe escreve que, na época, 18 pessoas estavam empregadas na fábrica têxtil da Wildlife Works, produzindo camisetas feitas de algodão importado da Índia. E para exportar os produtos, a Wildlife Works tinha isenção de impostos, ela escreve.

Em 2013, um relatório para a Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC), investigou o projeto em relação aos padrões de certificação VCS e CCB. Com relação à Fase II do projeto de REDD Corredor Kasigau, o relatório da SSNC observa que *“o cálculo das reduções de emissões parte de uma avaliação da quantidade de emissões que teria provavelmente ocorrido se o projeto não tivesse sido implementado. Inevitavelmente, é um exercício especulativo. No caso de Kasigau Fase II, a [suposição] é de que quase toda a biomassa florestal acima e abaixo do solo e 55% do carbono do solo na área do projeto na Fase II seriam perdidos devido à expansão da agricultura de corte-e-queima”*. A referência para essa suposição é uma comparação com uma área que faz fronteira com o projeto de REDD. As taxas de desmatamento daquela área de referência foram extrapoladas em relação ao futuro, e o resultado sugere que mais de 90% da área de referência serão desmatados dentro de 30 anos, a contar da data de início do projeto. Qual é o problema? A área de referência é radicalmente diferente da área do projeto de REDD Kasigau, em vários aspectos. *“A diferença mais óbvia é que pelo menos 100 mil pessoas moram na área de referência, enquanto a população na área do projeto é próxima de zero”*, assinala o relatório da SSNC. A área de referência também inclui terra que foi designada para algum uso agrícola, ao passo que a área do projeto de REDD é totalmente composta por fazendas de gado. Apesar dessas falhas óbvias na suposição de que o desmatamento avançaria da mesma forma em ambas as áreas, apesar de suas diferenças socioeconômicas óbvias, a auditoria de certificação do VCS concluiu que a área de referência tem *“condições e causas de desmatamento semelhantes”* à área do projeto de REDD, foi definida adequadamente e os cálculos atendem aos requisitos descritos na metodologia do VCS.

Saiba mais sobre este projeto:

- SSNC (2013): REDD Plus or REDD “Light”? Biodiversity, communities and forest carbon certification. www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/REDD%20Plus%20or%20REDD%20Light.pdf

- Noémie Bisserbe (2011): Les chasseurs de carbone. XXI No. 16, Automne 2011. http://www.revue21.fr/tous_les_numeros/#n-16_les-chasseurs-de-carbonne

17 – “É a nossa floresta, e outras pessoas a estão administrando no nosso lugar”: projeto de REDD da Conservation International e da Walt Disney, na RDC

Quem está por trás do projeto?

Em 2009, a Conservation International (CI) anunciou “um acordo histórico” com a Walt Disney Company “para financiar grandes projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) na RDC”. A Disney Company contribuiu com 4 milhões de dólares para o projeto de REDD na RDC e no Peru; o lucro líquido da empresa em 2010 foi de 7,59 bilhões de dólares. O projeto é gerido em parceria com o Dian Fossey Gorilla Fund International (DFGFI) e a União das Associações de Conservação de Gorilas e Desenvolvimento no Leste da RDC, uma federação de associações locais que trabalham para a conservação e o desenvolvimento comunitário na região.

Em 2013, a CI apresentou à Disney Company seu “Prêmio por Liderança Global em Conservação”. Em 2010, a corretora de carbono, Carbon Neutral Company, comentou que, enquanto “*seu investimento acabará por ajudar a Disney a obter os créditos de carbono de alta qualidade de que necessita para cumprir o seu objetivo de se tornar neutra em termos de carbono, esses projetos também representam um progresso significativo para outras metas ambientais da Disney, incluindo a redução do impacto da empresa sobre os ecossistemas e a água*”.⁹³

Os primeiros materiais da IC sobre o projeto falam da intenção de buscar a certificação do projeto de REDD, mas, em dezembro de 2014, nenhuma informação foi encontrada nas páginas na internet do padrão de certificação de REDD ou da CI.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O projeto de REDD da CI-Walt Disney Company visa proteger duas “reservas comunitárias”, a Tayna e a Kisimba-Ikobo, na província de Kivu do Norte, no leste da RDC. Um material da CI sobre o projeto afirma que, embora “*o projeto ainda esteja em seus estágios iniciais, as comunidades locais já estão se beneficiando de seu apoio a clínicas médicas, escolas de ensino fundamental, reuniões de planejamento de conservação, oficinas sobre REDD+ e salários para guardas do parque e funcionários. À medida que o projeto avança, a CI visa melhorar o acesso a água potável, microcrédito e oportunidades na indústria do turismo*”.⁹⁴

Um relatório da Conservation-Disney observa que “*as verbas da Disney vão apoiar as comunidades locais em seus esforços para gerir a floresta dentro das áreas do projeto – o que, por sua vez, é uma fonte de renda para os moradores locais e ajuda em seu sustento. Esses esforços deverão reduzir as emissões de carbono ao ajudar a reduzir a exploração madeireira e a agricultura de corte-e-queima. As verbas também serão usadas para completar a concepção do projeto, realizar estudos de análise do carbono florestal e financiar a verificação das emissões evitadas por esses projetos*”.⁹⁵

O que vem acontecendo na realidade?

A “Reserva Comunitária” Tayna, criada em 1998 com a participação de líderes tradicionais locais, abrange 90.000 hectares. Em 2006, essa “reserva comunitária” foi reconhecida pelo Estado e transformada na Reserva Natural de Tayna (RNT). O manejo foi transferido para uma organização “comunitária” chamada RGT (Reserva de Gorilas de Tayna). As comunidades vizinhas ganharam acesso a energia eléctrica através de uma pequena hidrelétrica; foi criada uma universidade de conservação da natureza e as infraestruturas de saúde e educação, entre outras, melhoraram.

A Reserva de Primatas de Kisimbo-Ikobo, de 137.000 hectares, é a segunda a ser incluída no projeto de REDD. A área, assim como a reserva de Tayna, foi oficialmente designada como reserva natural por decreto ministerial em 2006. Diferentemente da reserva de Tayna, no entanto, um número significativo de líderes tradicionais, bem como mulheres e homens nas comunidades e em torno da área que foi decretada reserva natural, opuseram-se à criação da reserva de Kisimbo-Ikobo, e essa oposição data, pelo menos, de 2003. A declaração da área como reserva natural exacerbou os conflitos em curso, pois restringiu ainda mais os direitos das comunidades a usar a floresta. Em 2011, as comunidades de Kisimba e Ikobo ainda estavam reivindicando que a reserva natural fosse substituída por uma designação de floresta comunitária, que permitiria que as comunidades exercessem o controle sobre a área de que dependem. A organização RECOPRIBA foi criada para gerir a reserva, o que aumentou os conflitos em curso e as restrições ao uso da floresta pela comunidade.

Embora o acordo do projeto de REDD entre a Disney e a CI tenha sido assinado em 2009, um relatório do WRM sobre o projeto, de 2011, observa que o Documento de Concepção do Projeto de REDD ainda estava sendo elaborado no momento da visita do WRM. O relatório do WRM observa que, na porção da reserva Kisimba-Ikobo incluída no projeto de REDD, o apoio é *“na melhor das hipóteses, apenas parcial. Parte da comunidade se opõe ao projeto de REDD porque ele apenas reforça a criação de uma reserva ‘comunitária’ que, de fato, retirou dessas comunidades seus direitos sobre suas terras e florestas ancestrais”*.

Questionado sobre o REDD durante a visita de campo do WRM em 2011, um membro da comunidade disse: *“Fomos informados sobre o projeto de REDD e eles nos disseram que haveria uma enorme quantidade de benefícios para nós. Eles nos disseram para não mais atacar a floresta, e sim protegê-la, da mesma forma com que protegemos os gorilas. (...) Eles disseram que as árvores produzem carbono, que é importante para a atmosfera. Todo mundo vai ficar bem de vida e nossas vidas vão mudar. Disseram que o projeto vai durar 20 anos, e ele começou há três anos e nós ainda não vimos nada. Assim, dá para ver que os benefícios estão demorando muito para chegar até nós e que as pessoas estão começando a ficar desanimadas. Mas nós continuamos tendo esperança, porque eles nos enchem de esperança”*.

Comentários como esses demonstram a grave falta de informações disponíveis sobre o projeto em nível local. Além disso, os atores locais não tinham qualquer conhecimento do contrato assinado entre a CI e a Disney, muito menos sobre o orçamento do projeto. O relatório do WRM cita um morador que comentou que *“a CI e o DFGFI mantiveram muitas informações só para eles.”*

Houve muitos materiais promocionais anunciando a “acordo histórico” e os planos para o projeto de REDD. No entanto, desde 2012, não parece ter sido oferecida qualquer informação nova ao público sobre o avanço da implementação do projeto.

Saiba mais sobre este projeto:

- World Rainforest Movement (2011): The Conservation International REDD pilot project in the Democratic Republic of Congo (DRC) – a very different kind of Walt Disney production. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/democratic-republic-of-congo-conservation-international-redd-pilot-project-a-different-kind-of-disney-production/>

- Artigo do REDD Monitor resumindo o relatório do WRM outros links na seção de comentários. <http://www.redd-monitor.org/2011/09/02/a-very-different-kind-of-walt-disney-production-conservation-international-redd-project-in-the-democratic-republic-of-congo/>

18 – “Nós não entendemos o que é realmente o REDD+”: Projeto de REDD+ de Kariba, Zimbábue

Quem está por trás do projeto?

“O projeto é baseado na comunidade e implementa atividades em conjunto com a população local”, observa o Documento de Concepção do Projeto de REDD+ de Kariba na terceira de suas mais de 90 páginas. A diferença entre “baseado na comunidade” e “de propriedade da comunidade” só é revelada na página 41: “A Carbon Green Investments Guernsey (CGI) é a proponente do projeto. A CGI é uma empresa com sede em Guernsey, criada para facilitar projetos de REDD no Zimbábue. A CGI é uma entidade central do projeto, envolvida em manejo, desenvolvimento, implementação e operação – de uma perspectiva técnica e financeira.” A agência de consultoria zimbabuana Black Crystal Consulting e a Environment Africa, uma “ONG que trabalha na África do Sul e que contribui com seu conhecimento e experiência para o aspecto do projeto relacionado a engajamento da comunidade”, também são listadas como parceiras. A empresa suíça South Pole Carbon Asset Management Ltd. divulga o projeto em sua página na internet.⁹⁶

O projeto de REDD+ de Kariba foi certificado pelo padrão CCB e teve 2,8 milhões de créditos emitidos após uma auditoria de verificação do CCB, em julho de 2014.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Em 2012, o diretor da South Pole, Christian Dannecker, descreveu o projeto da seguinte forma em um artigo de jornal: “O que fizemos foi oferecer apoio às comunidades locais e um investidor privado local para entender quanto desmatamento está ocorrendo e por quê”. Ele explicou que foram planejadas atividades, como plantio de árvores para lenha. “A diferença de biomassa [antes e depois dessas atividades] será convertida em créditos de carbono”, disse ele, acrescentando que o projeto “deve ser executado até 2040, e o valor dos créditos de carbono poderia ser de centenas de milhões de dólares”.⁹⁷

A documentação do projeto identificou as principais causas do desmatamento como sendo *“conversão de florestas em terras agrícolas (terras de cultivos) e conversão em campos, seja visando a criação de pastagens ou como resultado do desmatamento causado pela sobre-exploração de produtos de madeira para a coleta de lenha para fins domésticos, produção de tijolos ou secagem de tabaco”*. O documento explica que o projeto visa combater as *“principais causas do desmatamento”* ao fornecer *“acesso a tecnologia e investimento na agricultura de subsistência rural”*. *“Onde o cultivo do tabaco é uma das principais causas do desmatamento”*, o documento afirma, *“o projeto vai promover o uso de cultivos alternativos de alto valor, como alho e pimenta. Isso vai reduzir a demanda por madeira usada no processo de cura do tabaco”*. Mas os documentos nada dizem sobre se e como os agricultores terão acesso a mercados para esses *“cultivos alternativos de alto valor”*. Espera-se que as hortas comunitárias *“aumentem ainda mais a produção agrícola”* e, em alguns locais dentro da área, o Projeto de REDD+ Kariba *“será pioneiro na atividade de apicultura com as comunidades”* – na expectativa de que esses projetos pioneiros de apicultura possam servir como *“referência”* para outros locais dentro da área do projeto.

Os documentos afirmam que o projeto *“não irá incluir a restrição de acesso e, portanto, não limita a capacidade das comunidades locais de usar a terra para suas necessidades culturais [...] Em termos de necessidades fundamentais, o projeto seguirá uma abordagem baseada em incentivos para reduzir o uso de recursos florestais, [...] Isto implica a) que a redução dos benefícios da não utilização de recursos florestais está sendo (super) compensada e que b) os recursos florestais ainda estão disponíveis para ser usados pelos moradores. A título de exemplo, uma importante fonte de desmatamento é a conversão para a agricultura, muitas vezes necessária devido às más técnicas agrícolas, mas que resulta em baixos rendimentos das terras já existentes. Com suas atividades para melhorar a agricultura local, o projeto tem como objetivo reduzir a necessidade de agricultura itinerante, tornando a colheita mais sustentável em uma única parcela”*.

Com relação à duração dos benefícios esperados para as comunidades participantes, a proponente do projeto escreve que, dado que *“as atividades do projeto são formuladas para ser autossustentáveis no longo prazo, prevê-se que os impactos durem mais de 100 anos. No entanto, a arquitetura financeira do Projeto de REDD+ de Kariba inclui a transferência de 20% da receita líquida para um Fundo de Sustentabilidade da Comunidade do Projeto. [...] esse fundo vai garantir que o financiamento básico possa continuar por, pelo menos, 100 anos”*.

O que vem acontecendo na realidade?

Embora os documentos do projeto afirmem que as autoridades das comunidades participantes foram envolvidas já no início, nem todas essas comunidades parecem compartilhar essa percepção. Uma reportagem de jornal do Zimbábue fala sobre um clima *“quente em Binga, acionista com 20% do projeto de REDD+ de Kariba. A comunidade está ressentida com relação a promessas não cumpridas e a falta de aceitação, e acusa a Carbon Green Africa de mentir”*, afirma a reportagem (ver abaixo). Um membro do conselho disse: *“Nós não vimos nada de realmente tangível, financeiramente ou em outro aspecto (da CGA). Nós não entendemos o que é realmente o REDD+”*.

“Eles (a CGA) planejam pelos agricultores lá de Harare, sem nos perguntar o que nós queremos”, disse o membro do conselho. *“Nós pedimos que eles fornecessem uma cerca para a horta de alimentos, mas isso não aconteceu. Nós só recebemos algumas sementes e dois sacos de fertilizantes (químicos). Os agricultores usaram seu próprio dinheiro para comprar combustível para a bomba de água e a Carbon Green Africa não reembolsou esse dinheiro. [...] Eu acho*

que os agricultores podem comprar sementes, mas não podem comprar cerca. Sem a cerca, a outra opção é cortar árvores para construir um limite”.

De 1.800 domicílios (cerca de 4.000 pessoas) em sua área, o membro do conselho diz que *“apenas 20 agricultores se beneficiaram do material fornecido pela CGA”*. Representantes de outras comunidades são citados dizendo que o percentual é maior em suas comunidades e que os moradores estão satisfeitos com o apoio que receberam do projeto.

Reportagens também sugerem que, por enquanto, as *“centenas de milhões de dólares”* permanecem, em grande parte, como valor “potencial”, ou seja, o projeto ainda parece estar procurando compradores para uma parcela significativa dos créditos que já emitiu. Segundo a reportagem, desde 2009, o projeto deu 750 mil dólares para financiar várias iniciativas da comunidade, incluindo *“apicultura e “agricultura de conservação”, mas também reparos à infraestrutura pública”*.⁹⁸ Outros artigos dizem que a contribuição foi de 650.000 dólares.

As semelhanças com o projeto N’hambita em Moçambique (exemplo 14) são impressionantes, em relação não apenas à situação financeira, mas também ao foco em “pequenas empresas iniciantes” que desenvolvedores de projetos em outros lugares consideraram necessária na área, e que, eles esperam que se sustentem, uma vez instaladas e funcionando. No caso do projeto N’hambita, foram experimentadas muitas dessas ideias de negócios, incluindo apicultura e uma marcenaria. Elas terminaram quando a subvenção da UE e o dinheiro de investidores privados acabaram e as vendas de crédito de carbono se revelaram insuficientes para fornecer a renda prometida.

De acordo com a documentação do projeto, foram assinados contratos entre os representantes dos distritos na área do projeto e a CGI. Referindo-se a esses contratos, o documento explica que o “acordo de compartilhamento de benefícios” *“especifica que 30% da receita **bruta** vão para a CGI, 30% da receita **líquida** vão para o proprietário do terreno (os conselhos rurais distritais) e 10% da receita **líquida** vão para os arrendatários, se houver algum e estiver se envolvendo nas atividades do projeto. Além disso, 20% da receita **líquida** são usados para criar o Fundo de Sustentabilidade do Projeto e da Comunidade, estabelecido para criar benefícios adicionais para as comunidades locais”* [Grifos nossos]. Relatos sobre a situação financeira dos projetos de REDD sugerem que, muitas vezes, quando são deduzidas despesas de projeto, gerais e outros custos, resta pouca receita **líquida**.

Saiba mais sobre este projeto:

- The Herald (2014): Zimbabwe: Outcry Over Kariba Redd+ Project as NGO Seeks to Tighten Governance, Accountability. 27 de outubro de 2014.

<http://allafrica.com/stories/201410270741.html>

- Kariba REDD+ Project CCBS Project design document (PDD). https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Kariba_REDD%2B_Project/120208_Kariba+REDD+CCBA.pdf

19 – “Eu e meu povo sofremos há cinco anos”: programa ONU-REDD na província de Cross River, na Nigéria

Quem está por trás do programa?

Em 2010, o Governo Federal da Nigéria tornou-se parceiro de uma iniciativa intergovernamental chamada de ONU-REDD. Lançada em 2008, a ONU-REDD é a “*iniciativa de colaboração da ONU para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) em países em desenvolvimento*”. Através dela, a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) financiam e dão assessoria sobre REDD a países com florestas tropicais no Sul global e “informam” as negociações climáticas da ONU sobre a sua experiência com REDD.

Dentro da Nigéria, o estado de Cross River, no sudeste do país, foi escolhido como o primeiro local para “*intensas atividades institucionais, de construção de estratégia e de demonstração*” no contexto do programa ONU-REDD. O ONU-REDD indica o Ministério do Meio Ambiente como seu parceiro para essas atividades de demonstração, para as quais o programa forneceu 4 milhões de dólares entre 2012 e 2014. No âmbito federal, a Secretaria Nacional de REDD+ é apontada como o principal órgão; para atividades no estado de Cross River, a Comissão Florestal do Estado é identificada como órgão central. As razões apontadas para a escolha de Cross River como local-piloto incluem “*sua liderança política e seu claro engajamento na conservação florestal, seus esforços para trazer o mecanismo de REDD+ à Nigéria e seu grande potencial de redução de emissões de gases do efeito estufa provenientes do setor florestal, tendo em vista que abriga mais de 50% das florestas tropicais do país*”.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

A “*prontidão para o REDD+ demonstrada no Estado de Cross River*” é um dos resultados previstos pelo programa.

O que vem acontecendo na realidade?

“*Comunidades florestais no Estado de Cross River, no sudeste da Nigéria, estão perdendo direitos e meios de subsistência à medida que suas florestas vão sendo cercadas pelo governo, que busca o aumento das receitas através de um esquema de ‘comércio de carbono’ apoiado pela ONU e que promete pagar em dinheiro por projetos que afirmem preservar as florestas para aliviar a mudança climática global*”, diz a primeira frase do relatório “*Enxergando o REDD. Comunidades, Florestas e Comércio de Carbono na Nigéria*”, que documenta a percepção dentro de uma série de comunidades no interior de florestas escolhidas como áreas de demonstração do programa ONU-REDD.

“*Eu e meu povo sofremos há cinco anos, desde que o governo nos impediu de entrar em nossa floresta porque o REDD está chegando, e até agora, não recebi nada deles*,” disse o chefe Owai Obio Arong, da comunidade de Iko Esa, segundo o relatório. O documento “*expõe alguns dos custos suportados pelas comunidades florestais no processo de implementação do REDD pelo governo do Estado de Cross River, onde foi criada uma força-tarefa, incorporada à Comissão Florestal, com a missão de impor uma moratória sobre as atividades florestais como parte do processo de implementação. Sem consulta adequada nem opções alternativas de*

subsistência para as comunidades, a força-tarefa têm assediado membros das comunidades que dependem das florestas há gerações. A movimentação e o comércio de produtos considerados derivados das florestas são proibidos. Em Nwanga Ekoi, na Área de Governo Local Akpabuyo (LGA), por exemplo, a força-tarefa apreende rotineiramente produtos agrícolas, como noz de cola e frutas destinadas ao mercado, pois eles seriam derivados de florestas cuja inclusão no REDD está prevista. A coleta de folhas de afang, um vegetal local consumido na África Ocidental e Central, está proibida nas florestas afetadas. A caça de animais selvagens, uma importante fonte de proteína nas comunidades, bem como a extração de vinho de palma da rafia e a produção de kaikai, uma bebida local associada a essas atividades, foram interrompidas. [...] A nutrição e a subsistência locais estão seriamente ameaçadas. A criminalização das atividades de coleta de alimentos das florestas e as atividades econômicas relacionadas promoveram um mercado paralelo, o que, por sua vez, elevou o preço dos produtos básicos". O relatório descreve como "o avanço rumo ao REDD tem acontecido sem qualquer programa de desenvolvimento comunitário claro que aborde os meios de subsistência e as alternativas de geração de renda para as comunidades que dependem da floresta. A moratória no estado de Cross River significou uma proibição total do corte de madeira em todas as florestas, incluindo as não definidas como reservas por parte dos governos estadual ou federal. Essencialmente, significou que essas florestas, que eram consideradas sob responsabilidades das comunidades, também se tornaram reservas". O relatório conclui que "(m)uitas comunidades localizadas em locais designados para REDD+ têm interesse em preservar suas florestas, independentemente do REDD. Essas comunidades têm apresentado esse argumento repetidas vezes a autoridades e a organizações internacionais. Com o fracasso do governo em conter a destruição das florestas, algumas das comunidades estabeleceram iniciativas locais de conservação. No entanto, sua idéia de conservação é guiada pelo princípio de 'manejo florestal sustentável', no qual a cobertura florestal é protegida enquanto continua servindo às comunidades que dependem dela para seu sustento. Ao invés de partir de abordagens ao manejo florestal com foco na comunidade, o REDD prenuncia a exacerbação da arbitrariedade do Estado colonial, com o governo do estado de Cross River não buscando o consentimento prévio das comunidades que dependem da floresta antes de embarcar no REDD. Ironicamente, a obtenção de consentimento prévio e informado das comunidades é uma exigência do REDD".

Saiba mais sobre este projeto:

- Social Development Integrated Centre (2014): Seeing REDD. Communities, Forests and Carbon Trading in Nigeria. <http://www.rosalux.sn/wp-content/uploads/2011/02/SEEING-REDD-ready-1-version-new.pdf>
- UN-REDD (2011): National Programme Submission Form – Nigeria. UNREDD/PB7/2011/7. <http://www.un-redd.org/AboutUNREDDProgramme/NationalProgrammes/Nigeria/tabid/992/Default.aspx>

20 – “Não há qualquer remuneração, só multas para pagar”: Programa de Conservação Holística de Florestas do WWF e da Air France, Madagascar

Quem está por trás do projeto?

O “Programa Holístico de Conservação de Florestas” (PHCF) em Madagascar é executado pelo WWF Madagascar. É o maior dos quatro projetos-piloto de REDD no país, abrangendo 380 mil hectares de floresta úmida e 125 mil hectares de floresta seca e espinhosa. A primeira fase, de outubro de 2008 a dezembro de 2012, foi financiada por uma contribuição de 5 milhões de euros da Air France. A GoodPlanet atua como elo de ligação entre a Air France e o WWF Madagascar, e é responsável pelos aspectos metodológicos e científicos do projeto, recebendo apoio de várias organizações francesas de pesquisa. Com o início da segunda fase do projeto, em 2012, a Fundação GoodPlanet transferiu a gestão das operações de campo à associação Etc Terra. O financiamento para esta segunda fase veio da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial, enquanto a Air France também pode fornecer mais um milhão de euros. A geração de créditos de carbono é um dos objetivos da segunda fase.⁹⁹

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Segundo os desenvolvedores do projeto, seus objetivos são incentivar e apoiar as comunidades locais na conservação da biodiversidade, melhorar o desenvolvimento humano promovendo atividades alternativas e melhorar o conhecimento científico sobre a avaliação de carbono florestal.¹⁰⁰ Como parte da primeira fase do projeto, também foi criada uma nova área protegida no sul de Madagascar.

“Cumprimos ou excedemos todas as nossas metas”, diz Pierre Caussade, ex-Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Air France, segundo relatório de Basta! e Amigos da Terra-França (ver citação abaixo). *“Este projeto foi desenvolvido em parte para ajudar as comunidades locais a gerenciar melhor seus meios de subsistência e melhorar suas condições de vida. Mas também havia um aspecto científico, em consonância com as nossas preocupações com a mudança climática. Estimamos que o programa vai permitir reduzir em 35 bilhões de toneladas de CO₂ as emissões causadas pelo desmatamento.”*

O que vem acontecendo na realidade?

Em 2010, a Air France emitiu uma declaração inequívoca de que o projeto não era, de modo algum, um programa de compensação de carbono. Dois anos e meio mais tarde, a empresa reconhece que o projeto vai gerar créditos de carbono, mas insiste em que não vai lucrar com o programa, e afirma que todo o dinheiro vai para as comunidades locais. Um relatório e um vídeo elaborados pela FoE França (ver citação abaixo) mostram que isso tampouco é verdade. A implementação do PHCF limita o acesso a áreas florestais para a população local e arrisca desalojar as pessoas que vêm os seus meios de subsistência comprometidos. As florestas e as terras já não são áreas naturais que podem fornecer um meio de vida local, mas são transformadas em estoques de carbono que devem ser protegidos para que a Air France possa oferecer vôos “neutros em carbono” a seus clientes. Para não perder de vista aquilo que foi declarado como uso proibido da terra, foi criada uma polícia florestal para rastrear moradores que cortam trechos de floresta para poder cultivar alimentos para si. Qualquer um pego no ato

corre o risco de receber uma multa pesada. Se não pode pagar, corre o risco de ir para a prisão. E as patrulhas em terra são complementadas com aviões que sobrevoam as aldeias para melhor observar o uso que os moradores fazem da terra.

As atividades de vigilância mostram que um dos principais objetivos do projeto PHCF é impedir as comunidades de praticar *hatsake*, ou agricultura itinerante: *“Há risco de prisão se eu não quiser pagar. Nós estamos com medo, por isso não tocamos na floresta, nem para alimentar os nossos filhos. É bem difícil: de onde podemos tirar 800.000 ariary [moeda nacional] se formos apanhados desmatando?”*, perguntou um morador aos pesquisadores de Basta! e FoE França.

Xavier Vincke, gerente de projetos do WWF para vigilância aérea, explica a visão do projeto sobre o *hatsake*, ou agricultura de “corte-e-queima”: *“Sacrificar uma floresta para cultivar a terra por uma safra agrícola é como desmontar uma ponte para construir uma casa. Você pode melhorar um pouco sua qualidade de vida, mas causa um grande dano a seu próximo e a si mesmo”*. Os moradores pedem que as promessas sejam cumpridas: *“Nós protegemos o nosso ambiente, mas não recebemos nada em troca. Não tivemos nada em troca”*, explicou outro morador aos pesquisadores da Basta! e da FoE França. *“Estamos pedindo ao WWF para nos mostrar quais áreas são protegidas e quais não são, ou seja, onde podemos obter lenha e madeira para construir nossas casas, para sustentar as nossas famílias. Mas, acima de tudo, essas coisas devem ser discutidas com todos os moradores”*.

“O WWF [Madagascar] tomou a nossa floresta sem nos dar compensação ou remuneração”, disse outro morador. *“Nem as informações nem o dinheiro chega até nós; tudo fica com o WWF [Madagascar]. Não há compensação, só multas para pagar”*, acrescentou outro morador.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2013): WWF’s REDD project in Madagascar: “There is no compensation, only penalties to pay”. <http://www.redd-monitor.org/2013/12/12/wwfs-redd-project-in-madagascar-there-is-no-compensation-only-penalties-to-pay/>

- Basta! & Amis de la Terre (2013): “REDD+ in Madagascar: You Can’t See the Wood for the Carbon”. http://www.amisdelaterre.org/IMG/pdf/rap_madagascar_en.pdf

- Basta!: Avec Air France, compenser les émissions carbone des riches peut nuire gravement à la santé des pauvres (artigo: <http://www.bastamag.net/Avec-Air-France-compenser-les>; vídeo em francês: <http://vimeo.com/69531685>; vídeo em inglês: <http://vimeo.com/79770272>)

21 – “Ou seja, é um fracasso total, em outras palavras”: Parceria Climática e Florestal de Kalimantan (KFCP), Indonésia

Quem está por trás do projeto?

A Parceria Climática e Florestal de Kalimantan (KFCP, na sigla em inglês) foi lançada em 2007 como um acordo bilateral sobre florestas e clima entre os governos da Indonésia e da Austrália. O projeto foi administrado conjuntamente pela AusAID e o Departamento de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética da Austrália (DCCEE), e também envolveu várias ONGs, como Wetlands International, Borneo Orangutan Survival Foundation, CARE e WWF. O governo da Austrália prometeu 47 milhões de dólares australianos à KFCP. O Banco Mundial deveria atuar como intermediário financeiro com relação a 8,4 milhões dólares dessa alocação, com a tarefa de “pagar os beneficiários com base no desempenho”.¹⁰¹

O que os promotores do projeto dizem que estavam fazendo?

Lançada como projeto de “demonstração” do REDD, a KFPC visava proteger 70 mil hectares de florestas de turfa, reinundar 200.000 hectares de turfeiras drenadas, e plantar 100 milhões de árvores em um período de 30 anos, em Kalimantan Central, na Indonésia. A área do projeto estava localizada em uma pequena parte da floresta de turfa que havia sido drenada na década de 1990 para o megaprojeto de arroz iniciado pelo ex-ditador da Indonésia, Suharto.

A “Planilha integrada de dados sobre salvaguardas” da KFCP, disponível na página do Banco Mundial na internet, também demonstra o papel do projeto na preparação de um futuro mercado de compensação de carbono florestal. O documento afirma que os pagamentos pelas atividades relacionadas ao projeto serão feitos inicialmente “*por contribuição: remuneração imediata ou outros benefícios diretos ligados à adoção e à implementação de intervenções, tais como construção de açudes de contenção, plantio de árvores ou eliminação do uso de fogo em solos de turfa*” e, eventualmente, passará a pagamentos “por desempenho” que serão “*compatíveis com a redução das emissões de gases de efeito de estufa, inicialmente como modelo para um futuro mercado de carbono florestal, mas possivelmente, baseando-se posteriormente em créditos negociáveis em um mercado de carbono real*”.¹⁰²

O que aconteceu na realidade?

Os problemas começaram a surgir logo após o início do projeto da KFCP, em 2007. Em particular, ele gerou confusão e conflito entre as comunidades locais que deveriam se beneficiar dele. Cerca de 9.000 pessoas, a maioria das quais é de povos Ngaju Dayak, residem na área, em 12 a 15 aldeias ao longo do rio Kapuas.

Em seus artigos de 30 de novembro de 2011 e 25 de agosto de 2013¹⁰³ no jornal alemão “die taz”, a jornalista Anett Keller explica o contexto e como os moradores percebiam a iniciativa de REDD que foi vendida como modelo: “*Políticos famosos visitaram a província e sorriram para as câmeras de televisão, muito otimistas com relação ao REDD (...), (mas) os moradores pintam um quadro diferente. O projeto foi planejado sem eles. Informações importantes lhes foram ocultadas, e o resultado é que apenas 50 mil árvores foram plantadas. Um número ainda menor realmente cresceu na área selecionada para o plantio. O*

bloqueio dos canais de drenagem também fracassou em muitos lugares por causa da resistência dos moradores locais. Durante anos, os canais têm sido o caminho pelo qual os moradores se deslocam até suas seringueiras”.

Outro conflito muito específico surgira com relação ao plantio de árvores e à posse da terra. O relatório “No REDD”, publicado em 2011 pela Amigos da Terra-Austrália, explica que *“na cultura Dayak Ngayu, o próprio ato de plantar árvores garante direitos individuais de posse sobre a área. As atividades de plantio de árvores da KFCP podem, portanto, ser interpretadas como uma afirmação externa de direitos de propriedade sobre terras da comunidade. Membros da comunidade manifestaram o seu descontentamento por não terem recebido confirmação por escrito da KFCP, dizendo que o plantio de árvores não confere esses direitos”.*

Em uma audiência na Comissão do Senado da Austrália sobre Legislação Ambiental e de Comunicações, em 21 de maio de 2012, sobre a ação climática do governo, a senadora Christine Milne indagou sobre as atividades da KFCP: *“Falo do projeto Kalimantan. É mesmo um problema muito sério, porque esse projeto foi um fracasso total, se comparamos o que foi dito dele e o que realmente aconteceu. A ficha técnica dizia que o trabalho inicial era para evitar o desmatamento de 50.000 hectares e reabilitar outros 50.000 hectares de turfeiras degradadas. Como eu disse, sua resposta mostrou que o senhor gastou cerca de um terço dos 100 milhões de dólares e replantou pouco menos de 1.000 hectares. Por isso, é um fracasso total, em outras palavras.”*¹⁰⁴

Erik Olbrei, coautor do documento para discussão *“A very real and practical contribution: Lessons from the Kalimantan Forests and Climate Partnership”* (Uma contribuição muito real e prática: Lições da Parceria Florestal e Climática Kalimantan), comentou, em um artigo publicado em 4 de Junho de 2012 no REDD-Monitor sobre o programa KFCP, que *“os funcionários do governo australiano atribuem o falta de progressos com relação à KFCP a questões de posse da terra, e concluíram que a posse da terra será um grande obstáculo à futura implementação do REDD. O que visivelmente falta no pensamento australiano sobre o REDD na Indonésia é uma avaliação do papel cumprido pela corrupção, a exploração ilegal de madeira, o estado de direito frágil e as indústrias de dendê, madeira e papel e celulose em prejudicar o REDD. O fato é que o REDD não pode dar certo se essas questões não forem abordadas. Não há nada de novo em relação a nenhum desses aspectos: as lições de muitos anos de iniciativas fracassadas e reforma do setor florestal na Indonésia são bem conhecidas e amplamente aplicáveis ao REDD, e, ainda assim, não parecem informar o programa de REDD da Austrália para a Indonésia”.*¹⁰⁵

Em junho de 2013, em meio a crescentes críticas internacionais, o projeto da KFCP foi cancelado discretamente: *“A KFCP não vai se estender em sua forma atual”*, afirmou sua página na internet. *“Abandonar um investimento de 47 milhões de dólares australianos sem levar em conta a forma como o dinheiro foi gasto e quais são os resultados é inaceitável em qualquer situação”*, comentou o coordenador de justiça climática da Amigos da Terra-Austrália, após o anúncio do fim do programa-modelo.¹⁰⁶

Saiba mais sobre este projeto:

- Friends of the Earth International (2011): in the redd. Australia’s carbon offset project in central Kalimantan. www.criticalcollective.org/wp-content/uploads/REDD-report-2.pdf

- REDD-Monitor (2012): “This project has been a total failure,” says Australian Senator Christine Milne about the Kalimantan Forests and Climate Partnership. <http://www.redd-monitor.org/2012/06/04/this-project-has-been-a-total-failure-says-australian-senator-christine-milne-about-the-kalimantan-forests-and-climate-partnership/>

- Erik Olbrei and Stephen Howes (2012): A Very Real and Practical Contribution? – Lessons from the Kalimantan Forests and Climate Partnership. Development Policy Centre Discussion Paper No. 16. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2041832

22 – “A história do REDD é só uma mentira”: Ulu Masen, em Aceh

Quem está por trás do projeto?

A corretora de carbono com sede na Austrália Carbon Conservation Ltd., a ONG de conservação Fauna and Flora International (FFI) e Irwandi Yusuf, então governador da Província de Aceh, foram os três parceiros iniciais no projeto de REDD de Ulu Masen. Em 2011, a Carbon Conservation vendeu 50% de suas ações à mineradora canadense East Asia Minerals Corporation. Através de três empresas de mineração com sede em Jacarta, das quais a East Asia Minerals tinha parte da propriedade, a empresa detém licenças para mineração no interior das florestas de Ulu Masen. “Através da aquisição de participação de 50% na CC, a empresa irá desenvolver um projeto de mineração ‘verde’ que usará compensação de carbono e biodiversidade, e as mais recentes práticas de mineração que respeitem o meio ambiente”,¹⁰⁷ disse a East Asia Minerals sobre a sua compra de ações da Carbon Conservation.

Em 2008, a Merrill Lynch (agora Bank of America) assinou um acordo de pré-compra de créditos de carbono do projeto de REDD de Ulu Masen e prometeu investir 9 milhões de dólares durante quatro anos.¹⁰⁸

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

O projeto Ulu Masen cobre uma área de 770 mil hectares na província de Aceh, no norte de Sumatra, Indonésia. “Esse projeto irá desenvolver e testar mecanismos de financiamento de carbono para reduzir as emissões de gases do efeito de estufa, contribuir com o desenvolvimento econômico e social sustentável e a conservação da biodiversidade ao longo dos próximos 30 anos. O projeto vai trabalhar com planejamento e reclassificação do uso da terra, aumento da vigilância e da aplicação da lei, reflorestamento, restauração e extração sustentável de madeira pela comunidade em 750.000 hectares de floresta no Ecossistema de Ulu Masen,” diz o documento de concepção do projeto de REDD. O projeto tem como objetivo gerar 3,3 milhões de créditos de carbono por ano para financiar projetos de conservação e desenvolvimento para as comunidades locais.

Em 2008, Ulu Masen se tornou o primeiro projeto de REDD a ser certificado de acordo com os padrões do CCB. Em 2013, cinco anos mais tarde, tornou-se o primeiro projeto de REDD a perder o seu certificado CCB.

O que vem acontecendo na realidade?

Entre 2010 e 2014, Chris Lang escreveu uma série de artigos¹⁰⁹ no REDD-Monitor sobre o projeto de REDD de Ulu Masen. Os artigos são baseados em entrevistas com moradores da área do projeto e grupos envolvidos nele. O parágrafo a seguir destaca algumas das conclusões.

“Nos disseram muito pouco sobre o REDD. A FFI veio aqui para discutir conosco, mas principalmente no contexto da proteção das florestas e rios para os nossos vizinhos a jusante. Ficamos nos perguntando se os próprios representantes da FFI entendem o REDD, porque a informação está longe de ser clara. O que queremos é muito simples: não nos tratem como crianças em nosso próprio território. Somos a mais importante das partes interessadas no projeto de REDD. Por que vocês têm informações que nós não temos, e como pode ser assim quando o projeto de REDD tem relação com as nossas vidas, e não com as de vocês? Essa é a nossa pergunta à FFI,” disse um líder de aldeia a um dos pesquisadores que visitaram a área para escrever sobre o projeto de REDD. Em outro artigo da série, Chris Lang cita o chefe de outra aldeia: *“A aldeia está dentro de Ulu Masen. [...] Qual é o processo do REDD? Ouvimos dizer que o carbono foi vendido. Onde está o dinheiro? Ouvimos rumores de que o mapa produzido com o apoio da FFI não foi aceito pelo governo porque há áreas de comunidades dentro dele. Os membros da comunidade foram envolvidos no mapeamento, mas não sabem qual será o desdobramento”*.

Quando os promotores do projeto de Ulu Masen trouxeram investidores potenciais para Aceh, eles os levaram para um Fórum sobre Bacias Hidrográficas, um grupo que fazia parte de um Programa de Serviços Ambientais. Eles não faziam parte do projeto de REDD de Ulu Masen. As postagens do REDD-monitor também citam um relatório de 2008, de um grupo chamado Development Alternatives. O relatório incluía uma lista de perguntas que os proponentes do projeto de REDD de Ulu Masen não tinham respondido (publicamente). Por exemplo, muitas questões fundamentalmente importantes sobre direitos fundiários continuam por resolver, e as atividades com as comunidades só foram descritas ou definidas em termos gerais. A Development Alternatives publicou o relatório três meses após a SmartWood, da Rainforest Alliance, certificar que o projeto de Ulu Masen estava em conformidade com o padrão CCBA. *“Cinco anos depois, nenhuma dessas questões foi respondida satisfatoriamente”*, conclui Chris Lang em seus artigos no REDD-Monitor.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2013): Indigenous leader speaks out on Ulu Masen: *“We’ve never seen anything from REDD. It’s like the wind. We can’t see it, can’t touch it”*. <http://climate-connections.org/tag/ulu-masen-redd-project/> and <http://www.redd-monitor.org/2012/06/12/the-story-of-redd-is-just-a-lie-says-ulu-masen-villager/>

- REDD-Monitor (2010): Interviews about Ulu Masen, Indonesia: A REDD-labelled Protected Area. <http://www.redd-monitor.org/2010/01/20/interviews-about-ulu-masen-indonesia-a-redd-labelled-protected-area/>

23 – Projeto de restauração florestal Harapan, Indonésia

Quem está por trás do projeto?

O projeto conhecido como “Harapan Rainforest Project” (HRF) resultou da primeira vez que o Departamento Florestal da Indonésia emitiu uma “Concessão de restauração do ecossistema”. A licença tem duas partes, a primeira emitida em 2008 e a segunda, em 2010. Ela é válida por até 100 anos e quem a detém é uma companhia sem fins lucrativos, criada especificamente para esse fim, a PT REKI. As ONGs Burung Indonesia, Bird Life International e Royal Society for the Protection of Birds são parceiras no consórcio que executa o projeto. A Iniciativa Climática Internacional do governo alemão deu uma subvenção de 7,5 milhões de euros, entre outubro de 2009 e dezembro de 2013. Em 2010, a Singapore Airlines forneceu 3 milhões de dólares. A agência de desenvolvimento dinamarquesa DANIDA apoia o projeto desde 2011.

A concessão abrange quase 100.000 hectares de terra nas províncias de Jambi e Sumatra do Sul, em Sumatra. Em recentes informações sobre o projeto, pouco se fala de mercados de carbono ou de REDD, embora materiais e artigos informativos anteriores mencionassem regularmente o REDD e os mercados de carbono como fonte potencial de financiamento, e o projeto tenha sido destacado em apresentações sobre o REDD.^{110,111} A Singapore Airlines também menciona a doação no contexto do compromisso da companhia com a redução das emissões e com o objetivo de chegar à meta através de “medidas economicamente viáveis e baseadas no mercado em nível global”, que é como as compensações de carbono costumam ser descritas. *“A REKI tenta se dissociar do REDD+ para evitar controvérsias relacionadas à compensação por esse sistema, e tenta exibir o projeto como um projeto de biodiversidade, e não de mudança climática. Isso é demonstrado pela nova página do projeto da internet, que não se refere ao REDD+ nem ao sequestro de carbono. No entanto, os principais doadores, DANIDA e ICI, ainda listam o sequestro de carbono ou o REDD+ como objetivos do projeto Harapan em suas páginas na internet,”* escrevem Hein e Faust (ver abaixo).

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Os sócios do projeto citam a restauração de florestas cortadas anteriormente como o principal objetivo do projeto HRF. Como atividades, listam estabelecer viveiros, plantio de restauração, patrulhamento da área de concessão para restauração, com vistas a evitar “novas invasões”, e a criação de oportunidades de renda alternativas, principalmente para as mais de 200 famílias indígenas Batin Sembilan que vivem na terra que agora faz parte da concessão de restauração do projeto. Um documento assinala que *“há seis aldeias (população total de 15.074) que interagem com o HRF, seja por meio da coleta de produtos florestais não madeireiros ou dependendo dele para seus recursos hídricos. Além disso, o HRF cumpre um papel importante ao contribuir para a economia local, empregando a população local, contratando serviços (alimentação, plantio, viveiros de árvores comunitários, construção civil) e prestando serviços de saúde e educação para as comunidades locais. O HRF emprega cerca de 100 pessoas das comunidades locais.”*¹¹²

DANIDA afirma que o seu financiamento para o projeto visa *“contribuir para uma significativa redução de emissão líquida de CO₂ de florestas da Indonésia, enquanto são estabilizados os cobenefícios (biodiversidade, meios de subsistência). O objetivo imediato será o de garantir que o projeto Harapan Rainforest seja gerido de forma sustentável e sirva como*

modelo para a restauração de ecossistemas e o REDD na Indonésia e em outros lugares”. As atividades mencionadas são “conservação e restauração florestais; desenvolvimento da comunidade; apoio à política, capacitação e gestão do conhecimento, investigação e acompanhamento”.

O que vem acontecendo na realidade?

A história do uso da terra dentro e em torno do projeto de restauração Harapan Rainforest é complexa. Um artigo sobre os conflitos entre diferentes usuários da terra na área do projeto explica que “[a]s raízes desse conflito na floresta de Harapan têm uma forte relação com uma política dos governos central e local. Essas políticas ainda priorizam as empresas como gestoras de florestas de produção, criando desigualdades relacionadas à posse da terra [...]. Isso pode ser demonstrado pelo fato de que 99% das florestas de produção estarem sob gestão de empresas e menos de 1% estar sob gestão comunitária até 2011. Em Jambi e na área em torno do projeto, a maior parte da floresta e das terras foi arrendada para empresas de plantações industriais e de dendê”.¹¹³

O projeto afirma ter negociado acordos de conservação com a maioria das aldeias de Batin Sembilan e diz que dedica 5% da concessão a uma “zona de subsistência”. Diz-se que os acordos permitem o uso de uma parte das terras e a coleta de produtos florestais não madeireiros dentro da área do projeto, de acordo com as diretrizes desenvolvidas pela PT REKI (por exemplo, sem cultivo de dendê e sem cultivo itinerante). Não está claro se foram resolvidas as queixas expressas por membros dos Batin Sembilan que vivem no projeto, em uma carta em abril de 2013, à Iniciativa Internacional do Clima da Alemanha. A carta pede que a PT REKI “priorize as iniciativas de resolução de conflitos” e evite “linguagem e comunicação intimidante e insultuosa”.

São permanentes os conflitos com as famílias que se instalaram na área durante o regime de transmigração do governo indonésio, entre 1984 e 1997, e também mais recentemente. Estima-se que mais de 14.000 famílias tenham se estabelecido (por conta própria) na região durante o regime de transmigração, e que cerca de 25% da concessão sejam usados por camponeses que chegaram à região desde 1994. Em 2008, a Via Campesina e o sindicato de trabalhadores rurais indonésio SPI informaram que o Projeto Harapan Rainforest estava causando conflitos. O SPI relata o caso de um morador que vivia em uma área do projeto em que “durante os anos 80, o desenvolvimento de explorações florestais industriais (de madeira, papel...) roubou as áreas de floresta dos povos indígenas. As empresas privadas exploraram a madeira das florestas à exaustão. Quando a concessão que tinham recebido do governo expirou, elas foram embora, deixando para trás uma área devastada. Camponeses e indígenas a recuperaram para produzir alimentos como arroz, feijão e frutas, e 1.500 famílias organizadas no Sindicato de Camponeses da Indonésia (SPI) ocuparam uma área de até 101.365 hectares, onde cultivaram a terra, construíram suas casas e criaram seus territórios e comunidades. [...] Quando a PT REIKI assumiu o controle da área, camponeses e indígenas foram expulsos de suas terras, sendo intimidados, presos e interrogados. Eles foram forçados a assinar uma carta em que concordavam em deixar a área e nunca mais voltar. Alguns camponeses foram enviados à prisão e, em seguida, liberados,” escreveu o SPI em 2008.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2013): Harapan Rainforest Project: A response from Germany's International Climate Initiative. <http://www.redd-monitor.org/2013/06/17/harapan->

[rainforest-project-a-response-from-germanys-international-climate-initiative/](http://www.redd-monitor.org/?s=Harapan) e conjunto de artigos do REDD Monitor sobre o Harapan Rainforest Project: <http://www.redd-monitor.org/?s=Harapan>

- La Via Campesina International (2008): Small farmers victims of forest carbon trading. <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/629-small-farmers-victims-of-forest-carbon-trading>

- Jonas Hein e Heiko Faust (2014): Conservation, REDD+ and the struggle for land in Jambi, Indonesia. Pacific Geographies No. 41. <http://www.die-gdi.de/en/others-publications/article/conservation-redd-and-the-struggle-for-land-in-jambi-indonesia/>

24 – “Os militares estão se instalando lá e cortando a floresta”: Oddar Meanchey, Camboja

Quem está por trás do projeto?

O projeto foi iniciado pela Terra Global Capital, uma empresa privada de investimentos criada em 2006 e com sede nos Estados Unidos, e pela Pact, uma ONG internacional. O financiamento inicial foi fornecido por DANIDA, NZAID e DFID. Mais apoio financeiro veio da Fundação Clinton, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Japan International Cooperation Agency. Em 2011, a agência Overseas Private Investment Corporation (OPIC), do governo dos Estados Unidos, forneceu 900.000 dólares em seguro de risco político à Terra Global Capital. O apoio da OPIC à Terra Global Capital é o primeiro seguro de risco político do mundo para um projeto de REDD. Posteriormente, a OPIC também forneceu 40 milhões de dólares em financiamento à Terra Bella, uma firma de *private equity* ligada à Terra Global Capital. A Terra Bella esperava levantar 100 milhões de dólares para projetos semelhantes na África, na América Latina e no Sudeste Asiático.

O projeto é implementado em conjunto pela Administração Florestal do Camboja, a Terra Global Capital, a Pact e a Children’s Development Association. O objetivo é gerar “*um fluxo de receitas de 30 anos, a ser usado para pagar pela conservação de 64.318 hectares de florestas com a venda de créditos de carbono florestal em um mercado internacional de carbono*”.

O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?

Segundo documentos do projeto de REDD+ de Oddar Meanchey, ele deve sequestrar 7,1 milhões de toneladas de CO₂ ao longo de 30 anos, “*demonstrando como os países em desenvolvimento podem gerar renda a partir de mercados de carbono e ter um impacto positivo sobre a mudança climática*”. De acordo com um documento do governo relacionado com o projeto, de 2009, a receita das vendas de créditos de carbono seria usada para “*melhorar a qualidade da floresta, beneficiar as comunidades locais e realizar mais estudos para novos projetos de REDD*”. A documentação do projeto também observa que, pelo

menos, 50% da receita *líquida* serviriam para apoiar atividades das comunidades como “melhorar práticas agrícolas, empregar patrulhas e plantar mais árvores”.¹¹⁴

Em 2013, o projeto de REDD+ de Oddar Meanchey foi certificado pelo Verified Carbon Standard (VCS) e recebeu a “acreditação triplo ouro” do padrão de certificação Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB).

O que vem acontecendo na realidade?

Um artigo publicado em setembro de 2013 no *The Cambodia Daily* resume a realidade do projeto de REDD+ de Oddar Meanchey: “O único regime de comércio de carbono apoiado pela ONU no Camboja ainda está longe de gerar qualquer dinheiro para as comunidades, e a exploração de madeira na área continua a ameaçar as próprias florestas que deveriam gerar dezenas de milhões de dólares ao longo dos próximos 30 anos”.¹¹⁵ A exploração ilegal de madeira continua a ameaçar as florestas comunitárias que o projeto deveria proteger. “Os militares estão se instalando lá e cortando a floresta”, explicou aos pesquisadores um representante de uma comunidade em Oddar Meanchey.

Um artigo do REDD-Monitor, de junho de 2014, observa que os militares cambojanos vinham cortando a floresta na área da fronteira com a Tailândia há vários anos, e que isso incluía florestas dentro da área do projeto de REDD+ de Oddar Meanchey. O artigo também observa que, na época em que foi escrito, nenhum crédito de carbono do projeto tinha sido vendido, o que colocava os parceiros em uma posição difícil: o financiamento, incluindo o pagamento pela proteção das florestas comunitárias, deveria vir da venda de créditos de carbono. Inicialmente, a Pact vinha pagando residentes das florestas comunitárias para patrulhar as áreas florestais, mas, em 2013, as patrulhas foram interrompidas porque o dinheiro “para começar” se esgotara.

Saiba mais sobre este projeto:

- REDD-Monitor (2014): Military clearing of community forests in Oddar Meanchey, Cambodia. <http://www.redd-monitor.org/2014/06/13/military-clearing-of-community-forests-in-oddar-meanchey-cambodia-photos/#more-15259> e <http://www.redd-monitor.org/2014/01/27/some-questions-about-the-oddar-meanchey-redd-project-in-cambodia/>

- Focus on the Global South, Pacific Environment & FERN (2012): Precedent-Setting Insurance for REDD Project in Cambodia Raises Concerns. “US Agency protects the investor, but will it protect the forest?” <http://focusweb.org/sites/www.focusweb.org/files/OPIC%20Risk%20Insurance%20REDD%20Cambodia.pdf>

O papel do Banco Mundial no início de um mercado de carbono para REDD

Em paralelo à reunião da ONU sobre o clima em 2007, em Bali, Indonésia – que adotou o REDD como uma nova tentativa de integração de florestas em um futuro acordo internacional sobre o clima – o Banco Mundial lançou a Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF). Os governos de Austrália, Canadá, França, Alemanha, Noruega, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, a Comissão Europeia, bem como Banco de Desenvolvimento francês CDC Climat, a British Petroleum Technology Ventures Inc. (BP) e a ONG conservacionista The Nature Conservancy (TNC), são membros pagantes do Fundo de Carbono da FCPF.¹¹⁶ Alemanha, Noruega e The Nature Conservancy, em particular, também fizeram investimentos significativos em REDD e em iniciativas de carbono florestal em outros lugares.

O objetivo de longo prazo da Parceria ficou claro desde o início. Uma declaração do Banco Mundial divulgada no lançamento da FCPF em 2007 inclui o seguinte: “*O objetivo final da Parceria é contribuir para o início de um mercado de carbono florestal que pressione o equilíbrio econômico em favor de conservar florestas*”.¹¹⁷ E a página da FCPF na internet explica que: “*O Fundo de Carbono da FCPF fará pagamentos baseados em desempenho a cerca de cinco países que tiveram avanços importantes em seus empreendimentos de ‘ficarem prontos’ para o REDD+. Esses pagamentos por desempenho terão um papel essencial em valorizar mais as florestas enquanto estão em pé do que quando são cortadas*”.¹¹⁸

Como a carta da FCPF inclui 31 de dezembro de 2020 como data-limite para sua vigência, o foco da Parceria parece ser estabelecer programas de REDD que forneçam créditos de carbono aos governos, à CDC Climat e a duas entidades privadas – BP e TNC – que investiram no Fundo de Carbono e esperam créditos de carbono como retorno sobre seu investimento.

Na pressa de apresentar avanços em direção a um mercado de carbono baseado em REDD e produzir créditos para os investidores dos fundos, apesar da queda nos preços nos mercados de carbono, a FCPF e três dos países que foram aceitos no Fundo de Carbono FCPF – Costa Rica, República Democrática do Congo (RDC) e Nepal – concordaram com preços iguais ou abaixo de 5 dólares por crédito (no valor de 1 tonelada de CO₂e). Mas de que forma um preço de 5 dólares por tonelada de CO₂e pode contribuir para “*valorizar mais as florestas enquanto estão em pé do que quando são cortadas?*” A maioria das estimativas inclui “custos de oportunidade” – a receita perdida se a floresta não for usada como foi planejado sem a atividade de REDD – para todas as atividades comerciais em florestas, *exceto* para a agricultura itinerante, muito acima dos pagamentos de carbono propostos, de 5 dólares por tonelada de CO₂. Mesmo dentro da lógica falha do REDD, um preço de 5 dólares não conseguiria resolver os verdadeiros problemas do desmatamento: agricultura, plantações ou extração de madeira em grande escala geram, todas, mais de 5 dólares por tonelada de CO₂. Em outras palavras, a FCPF *não* vai “*valorizar mais as florestas em pé do que cortadas*” para qualquer coisa que não seja as florestas usadas para a agricultura de subsistência. Na documentação da RDC apresentada ao Fundo de Carbono, por exemplo, interromper o “desmatamento não planejado” (isso também inclui a redução da “extração ilegal de madeira” e a produção de carvão vegetal locais) responde por cerca de 90% das reduções de emissões esperadas.¹¹⁹ “*Na Bacia do Congo, um hectare de floresta secundária, que talvez valha um pagamento único de 60 dólares por emissões de carbono evitadas, seria mais ou menos igual à área mais produtiva anual de ‘novas*

plantações' em um sistema de agricultura de rotação que sustenta uma família de sete a dez pessoas."¹²⁰

Saiba mais sobre o Forest Carbon Partnership Facility e seu Fundo de Carbono:

- REDD Monitor (2014): Gangster Squad, the FCPF and the Carbon Fund <http://www.redd-monitor.org/2014/09/19/gangster-squad-the-fcpf-and-the-carbon-fund/>
- FERN & FPP (2014): Implement in haste, repent at leisure. <http://www.fern.org/implementinhaste>

Por que conflitos, contradições, mentiras e restrições aos direitos das comunidades são inevitáveis no REDD

Este relatório expõe projetos de REDD que causaram conflitos e danos a comunidades florestais, que são marcados por contradições e restringem o uso tradicional das florestas sem o consentimento de seus usuários habituais, de uma forma ou de outra. O conjunto de casos está longe de ser completo, e inclui apenas algumas iniciativas documentadas de REDD. Existem muitos outros exemplos nos quais as percepções e experiências dos povos da floresta e das comunidades que dependem dela estão em contraste visível com as histórias que descrevem comunidades locais entusiasmadas em participar do projeto de REDD, que são contadas pelos defensores do REDD.

O REDD responsabiliza os cultivos itinerantes e a pequena agricultura camponesa pelo desmatamento

Os exemplos apresentados neste relatório colocam os holofotes sobre uma tendência preocupante no REDD: culpar pelo desmatamento os moradores de comunidades que praticam cultivo itinerante e a pequena agricultura camponesa. Mas a suposição de que “a agricultura de corte-e-queima é a principal causa do desmatamento” é falsa, e já se mostrou falsa muitas vezes. A agricultura itinerante tem papel central no tecido social e muitas vezes é consagrada no marco jurídico ou consuetudinário que garante os direitos de uso da floresta. Aqueles que colocam a responsabilidade pelo desmatamento na pequena agricultura regularmente ignoram essas complexidades.

O REDD não enfrenta o problema geral da destruição

Aqueles que perpetuam o mito da agricultura itinerante como uma das principais causas do desmatamento culpam a pequena agricultura, ao mesmo tempo em que, em grande parte, calam sobre as verdadeiras causas da perda florestal – e das mudanças climáticas. Um relatório recente da Forest Trends destacou a extensão do desmatamento em grande escala, muitas vezes ilegal, como uma das principais causas da perda florestal. O relatório observou que “quase metade (49%) de todo o desmatamento tropical recente é resultado de corte ilegal para a agricultura comercial”.¹²¹ O relatório

também diz que *“metade dessa destruição ilegal foi impulsionada pela demanda externa por commodities agrícolas, incluindo óleo de dendê, carne bovina, soja e produtos de madeira. Além dos impactos devastadores sobre povos que dependem da floresta e da biodiversidade, estima-se que a conversão ilegal de florestas tropicais para a agricultura comercial produza 1,47 gigatoneladas de carbono por ano – equivalente a 25% das emissões anuais de combustíveis fósseis da UE”*. O REDD, segundo a definição de um mecanismo de mercado, não resolverá esses 50% de desmatamento ilegal.

Mas o REDD tampouco vai interromper a maior parte do desmatamento legal, mas destrutivo, que está ligado a grandes monoculturas de soja e dendê que se expandem cada vez mais às florestas. Os lucros dessa destruição em grande escala estão muito acima da média de 5 dólares por tonelada de CO₂ para créditos de REDD comercializados no mercado voluntário e dos negócios com “pagamento por desempenho” do REDD. O programa *REDD Early Movers*, do governo alemão, bem como o Fundo de Carbono da Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial, têm preços fixos de 5 dólares por tonelada de CO₂ para créditos de REDD.

A ONG Yayasan Petak Danum Kalimantan Tengah, com sede em Kalimantan Central, e outros onze grupos argumentaram que a Kalimantan Forest Climate Partnership, atualmente suspensa, não enfrentava o problema geral da destruição: *“O projeto da KFCP, com uma área de 120.000 ha [...] fica pequeno diante dos 15,1 milhões de hectares de área total de Kalimantan Central, dos quais pelo menos 83% serão convertidos ou destruídos, seja pelo dendê, por plantações monocultoras de celulose ou por licenças de mineração emitidas pelas autoridades competentes. [...] As emissões de uma área tão grande vão superar drasticamente a redução insignificante e pequena do local do KFCP, pressupondo-se que o projeto acabe por levar à redução de emissões, o que é uma afirmação exageradamente otimista”*.¹²²

O REDD serve de combustível para o conflito dentro e entre as comunidades

Outra característica recorrente das iniciativas de REDD é que, quando chegam às comunidades, elas correm o risco de servir de combustível para conflitos por acesso à terra, provocar violência contra membros da comunidade, gerar conflitos dentro das comunidades no desenrolar de um projeto motivado por uma causa exterior: falta de vontade dos países industrializados de assumir sua responsabilidade histórica de reduzir drasticamente e eliminar progressivamente o uso de combustíveis fósseis. Ou a falta de disposição dos consumidores para aceitar que há um grande custo no estilo de vida consumista, que é pago por outras pessoas e que não pode ser solucionado por “consumo verde” certificado. Em vez disso, implementando projetos de REDD a milhares de quilômetros de distância da verdadeira causa da mudança climática – a queima de combustíveis fósseis nas economias industrializadas – as pessoas que têm menos responsabilidades pela mudança climática, que são mais dependentes da terra e têm pouco espaço nos corredores do poder são alvo de projetos que as forçam a reduzir as parcas emissões causadas (temporariamente) pela produção de alimentos para alimentar suas famílias. Enquanto isso, as causas subjacentes do desmatamento e as que estão por trás desse desmatamento em grande escala – e das mudanças climáticas – podem continuar destruindo, enquanto se finge que foram tomadas providências e que o dano é compensado.

Outro efeito perturbador do REDD sobre as comunidades surge de muitos projetos que contam com os membros dessas comunidades para patrulhar e informar seus proponentes sobre violações das regras, em particular, a abertura de novas hortas nas

florestas ou outras atividades que sejam consideradas causas do desmatamento e, portanto, proibidas pelas regras dos projetos de REDD. Os proponentes do REDD contam o emprego de membros da comunidade como “agentes ambientais” – ou “agentes fiscais,” em alguns projetos de REDD no Brasil – como um benefício social de sua atividade de REDD. *“Há algo [...] preocupante em relação à política de conservação que busca minar a coesão social local ao pedir às pessoas que denunciem outros membros de suas comunidades, ou até mesmo seus familiares, por “crimes” ambientais definidos em grande parte por pessoas de fora,”* escreve Ivan Scales sobre uma prática semelhante que organizações de conservação usam em seus projetos em Madagascar.¹²³

REDD: um risco para os direitos¹²⁴

Os conflitos não resolvidos entre Estado, empresas e comunidades florestais sobre direitos consuetudinários aos territórios e à propriedade das florestas são comuns em todas as regiões onde se implementam iniciativas de REDD. Em todos os exemplos analisados para este relatório, os proponentes dos projetos não reconheceram plenamente as complexidades, as incertezas e os conflitos potenciais e existentes sobre os direitos e o acesso às florestas nas áreas que haviam escolhido para o seu projeto de REDD. Na melhor das hipóteses, a questão foi condensada em um objetivo de projeto a ser abordado em um curto espaço de tempo – um objetivo que todos os projetos desta lista foram incapazes de atingir. Eles fizeram isso, em parte, porque a posse da terra, particularmente em relação às florestas, é inerentemente complexa, social e política. A sugestão de que questões de posse de terra e direitos consuetudinários possam ser resolvidas em um tempo curto mostra uma visão equivocada sobre o contexto da propriedade em muitos países onde as iniciativas de REDD estão ocorrendo.

O REDD também corre o risco de prejudicar direitos já existentes e futuros aos territórios. Mesmo quando os direitos a títulos de terra ou direitos consuetudinários são reconhecidos no papel, a implementação de projetos de REDD – principalmente os que geram créditos de carbono – provavelmente leva os povos da floresta a efetivamente perder o controle sobre seus territórios concedidos inicialmente por um título de posse. Créditos de REDD comercializáveis são uma forma de título de propriedade. Os que possuem o crédito não precisam possuir a terra, nem as árvores da terra. O que eles realmente possuem é o direito a restringir as práticas tradicionais de uso da terra, a monitorar o que está acontecendo no território e solicitar acesso a ele a qualquer momento que escolherem, desde que sejam donos do crédito de carbono.

Uma característica de projetos de REDD que também afeta os direitos consuetudinários é que as medidas de vigilância e monitoramento se concentram no uso comunitário das florestas, e não no desmatamento ou destruição da biodiversidade em grande escala. O uso de pequenos aviões para a vigilância do uso de terras tradicionais no projeto da WWF/Air France em Madagascar é apenas um exemplo da intrusão que os projetos de REDD podem causar. Outra característica que muitas vezes causa conflitos em comunidades é que, entre os poucos empregos oferecidos localmente, estão os de agente fiscal ou de vigilância local. Seu papel é passar informações sobre o uso comunitário da floresta aos desenvolvedores do projeto.

Em 2013, a Censat – Amigos da Terra-Colômbia fez estudos sobre os contratos de projetos de REDD que envolviam diretamente comunidades (muitas vezes, as comunidades não estão envolvidas, mas apenas são afetadas pelas atividades do projeto).¹²⁵ Além das consequências dos projetos de REDD descritas acima para as comunidades, a CENSAT constatou que, onde as comunidades recebem benefícios ou

lhes são oferecidos postos de trabalho, estes muitas vezes aumentam as desigualdades dentro da comunidade, pois os benefícios vão principalmente para as elites locais e as restrições são aplicadas principalmente a membros marginalizados das comunidades.

A CENSAT também descobriu que muitos contratos de REDD estavam cheios de “*palavras escritas com a intenção de não ser compreendidas, de não ser cumpridas*”, uma avaliação que corresponde à impressão do WRM sobre os contratos de compensação por REDD com que nos deparamos ao longo dos anos. Muitas vezes, as obrigações que as comunidades ou famílias assumem não estão claramente explicadas ou são descritas em termos ambíguos que podem ser facilmente mal interpretados. Buscar assessoria jurídica em documentos técnicos tão complexos e ambíguos é difícil pelo fato de que quase todos os contratos de REDD que a CENSAT analisou continham cláusulas estritas de confidencialidade. Muitos dos contratos e documentos de projeto também são escritos em inglês, com uma tradução parcial ou nenhuma tradução a línguas locais, o que restringe a possibilidade de as comunidades se informarem plenamente sobre os projetos de REDD que lhes são apresentados.

REDD como instrumento político para promover o uso da compensação, e para além do contexto climático

O Kalimantan Forest Climate Partnership foi “*uma ferramenta política para a Austrália e a Indonésia defenderem uma abordagem ao financiamento de REDD baseada no mercado,*” explica a Amigos da Terra-Austrália em seu relatório de 2012 sobre a parceria. O mesmo poderia ser dito de muitas outras iniciativas de REDD, principalmente as que são realizadas com financiamento direto de governos que, nas negociações da UNFCCC, insistem em instrumentos de REDD “baseados no mercado” (leia-se comércio) ou “baseados em desempenho” (leia-se compensação). O relatório da FoE cita uma primeira versão de um documento apresentado pela Austrália e pela Indonésia a grupos de trabalho do UNFCCC, que declarava que a KFCP “*experimenta abordagens inovadoras orientadas ao mercado para financiamento e medidas de implementação de REDD. A Austrália e a Indonésia fornecerão lições aprendidas com a KFCP a negociações da UNFCCC sobre REDD*”.

Ainda não se sabe se os governos da Austrália e da Indonésia aprenderam as lições da KFCP – e quais foram elas. Uma lição que ONGs conservacionistas como a The Nature Conservancy parecem ter aprendido é abandonar os projetos ou transferir a responsabilidade aos parceiros locais quando surgem conflitos, e simplesmente criar novos projetos de REDD em lugares onde a ilusão de sucesso ainda não foi desfeita por relatos expondo a realidade dos conflitos, contradições e mentiras do REDD. “*Exemplo[s] de sucesso em REDD*” passados da TNC, como os projetos Noell Kempff ou Ação Climática de Guaraqueçaba já não aparecem no material atual da organização sobre o tema. Eles foram substituídos por novos supostos “*exemplo[s] de sucesso em REDD*”, como a Programa Piloto REDD+ de São Félix do Xingu, no Brasil, ou o Programa de Carbono Florestal de Berau, na Indonésia.¹²⁶ Também digna de nota é a mudança de “projeto” para “programa”. O REDD está mudando de “projetos florestais” para “programas de paisagem”: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos.

Compensações de REDD: imorais e injustas

Os projetos de REDD e as compensações de carbono em geral geram um “problema” ético: a responsabilidade por reduzir o que são essencialmente emissões decorrentes da subsistência, ligadas a um estilo de vida com emissões de carbono muito baixas, recai sobre os membros mais pobres da sociedade, que têm muito pouca margem de adaptação. As compensações de REDD geradas por aqueles que menos contribuíram para a crise climática e são pressionados a alterar o uso do solo que fornece seu sustento permitem que os membros mais ricos da sociedade, que têm responsabilidade histórica pelas mudanças climáticas, paguem para não precisar mudar seu estilo de vida. Por exemplo, ao oferecer aos seus clientes a oportunidade de compensar suas emissões de carbono financiando um projeto de REDD, como o HCPF em Madagascar, uma empresa equipara emissões de carbono de atividades de lazer (viagens aéreas para férias, a compra de um computador, a Copa do Mundo da FIFA, uma corrida de Fórmula Um, etc.) ao carbono emitido na tentativa de atender necessidades básicas e direitos fundamentais (alimentar-se usando cultivo itinerante para limpar a terra).

O REDD tem falhas fatais

Esta lista de conflitos, contradições e mentiras mostra que o REDD está fadado ao fracasso com relação às comunidades que dependem da floresta, às próprias florestas e ao clima. O REDD está enfrentando o mesmo destino do Plano de Ação de Silvicultura Tropical (TFAP, na sigla em inglês) da FAO e do Banco Mundial no final de 1980. O TFAP foi o primeiro grande programa que a FAO e o Banco Mundial lançaram para conter a perda de florestas. Um relatório elaborado para o WRM em 1990 mostrou que *“o Plano de Ação para Florestas Tropicais tem defeitos fatais. Longe de reduzir a perda de florestas, o Plano vai acelerar o desmatamento”*.¹²⁷ Seriam necessárias poucas mudanças na análise de cerca de 24 anos atrás para torná-la aplicável ao REDD, ao REDD+, ao REDD azul e, provavelmente, em breve, ao REDD de paisagem e à agricultura “inteligente para o clima” (não há nada de inteligente na agricultura inteligente para o clima!¹²⁸).

O desmatamento e suas emissões vão continuar e, no processo, as iniciativas de REDD e as relacionadas a REDD continuarão causando danos ao difamar comunidades dependentes da floresta e quem produz a maioria dos alimentos do mundo – os pequenos agricultores. Por isso, é hora de governos e agências internacionais pararem de apoiar o experimento de REDD e finalmente começarem a enfrentar as causas subjacentes da perda de florestas e as mudanças climáticas!

Mais informações

Declarações

Chamado à ação por ocasião da conferência do clima em Lima, Peru, em dezembro de 2014: Rejeitar o REDD+ e as indústrias extrativas, enfrentar o capitalismo e defender a vida e os territórios. <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/to-reject-redd-and-extractive-industries-to-confront-capitalism-and-defend-life-and-territories/>

Declaração de Maputo: Declaração da Rede: No REDD in Africa. Setembro de 2013. <http://no-redd-africa.org/index.php/declarations/42-maputo-statement-no-redd-in-africa-network-declaration-on-redd>

Filmes

- Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2012): Disputed Territory. The green economy versus community-based economies. <http://wrm.org.uy/videos/disputed-territory-the-green-economy-versus-community-based-economies/>

- Zembla (2008): CO₂ Alibi. Vídeo de 35 minutos sobre o projeto de compensação de carbono da FACE-UWA. http://www.youtube.com/watch?v=mVEGvA_Vfhs
versão em francês: <http://vimeo.com/12020892>

- Global Forest Ecology Project (2011): Amador Hernandez, Chiapas: Starved of Medical Services for REDD. <https://www.youtube.com/watch?v=v6DAb6Y0Ji0>

- Mark Schapiro (2010): The Carbon Hunters. On the trail of the climate's hottest commodity. <http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/carbonwatch/2010/05/the-carbon-hunters.html>

- FERN (2012): Suffering here to help them over there. Community members talk about the Guaraqueçaba Climate Action Project. <http://www.fern.org/sufferinghere>

Relatórios e artigos

- Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2013): 10 coisas que as comunidades devem saber sobre o REDD. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>

- REDD Monitor (2014): Implement in haste, repent at leisure: Critical new report on the World Bank's Carbon Fund by FERN and Forest Peoples Programme. <http://www.redd-monitor.org/2014/05/09/implement-in-haste-repent-at-leisure-critical-new-report-on-the-world-banks-carbon-fund-by-fern-and-forest-peoples-programme/>

- FERN e FPP (2011): Smoke and Mirrors: a critical assessment of the Forest Carbon Partnership Facility. http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Smokeandmirrors_internet.pdf

- Friends of the Earth International (2014): The great REDD gamble. Time to ditch risky REDD for community-based approaches that are effective, ethical and equitable. <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2014/09/The-great-REDD-gamble.pdf>

- SSNC (2013): REDD Plus or REDD “Light”? Biodiversity, communities and forest carbon certification. www.naturskyddsforeningen.se/sites/default/files/dokument-media/REDD%20Plus%20or%20REDD%20Light.pdf

- Friends of the Earth-US (no date): The State of ‘Irregular’ Indigenous Communities in the Lacandon Jungle of Chiapas. <http://greentechleadership.org/wp-content/uploads/2013/07/jeff-conant-friends-of-the-earth.pdf>

- CIMI et al. (2012): Dossiê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem. www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf REsumo em inglês: <http://forestrivers.wordpress.com/2012/06/20/the-acre-and-the-merchants-of-nature/>

- Mark Schapiro (2009): GM’s Money Trees. In Brazil, people with some of the world’s smallest carbon footprints are being displaced – so their forests can become offsets for SUVs. <http://www.motherjones.com/environment/2009/11/gms-money-trees>

- Re:Common (2014): Banking on Forests. The European Investment Bank’s belief in financial alchemy to fix the climate crisis: The case of the Althelia Climate Fund. <http://www.recommon.org/eng/banking-on-forests/>

- World Rainforest Movement (2014): REDD moves from forests to landscapes: More of the same, just bigger and with bigger risk to cause harm. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/redd-moves-from-forests-to-landscapes-more-of-the-same-just-bigger-and-with-bigger-risk-to-cause-harm-2/>

- Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2014): “Carbono Azul” e “REDD Azul”. Transformando ecossistemas costeiros em mercadoria. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/carbono-azul-e-redd-azul-transformando-os-territorios-marinho%E2%80%90costeiros-em-mercadoria/>

Notas

¹ Essas razões incluíram o fato de que (a) continua impossível medir com precisão o quanto de carbono as florestas contêm porque o armazenamento de carbono nelas é complexo e está sempre mudando; (b) como o mercado de carbono não enfrenta as causas do desmatamento, os projetos de compensação apenas transfeririam a destruição para outros lugares fora da área do projeto; (c) as regras propostas criaram incentivos perversos porque, entre outras razões, usou-se a definição da FAO para definir florestas, que confunde florestas com plantações e, portanto, a inclusão de “florestas” teria criado um novo subsídio para a expansão das monoculturas de árvores; (d) as florestas armazenam carbono apenas temporariamente, e esse carbono pode ser liberado a qualquer momento por meio de processos naturais e sociais. Essa chamada não permanência do carbono nas árvores provoca muitas complicações para o mercado: se o carbono na árvore é liberado, o comprador do crédito já não pode dizer que sua emissão de carbono fóssil foi compensada. Para mais detalhes, consulte também FERN (2001): Sinks in the Kyoto Protocol. A dirty deal for forests, forest peoples and the climate. <http://www.sinkswatch.org>

² Nesta publicação, as expressões *compensação de carbono florestal* e *projeto de REDD* são usadas indistintamente, porque todos os projetos mencionados aqui visavam gerar créditos de compensação de carbono. Projetos que antecedem a introdução do termo “REDD” (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), apesar de não usarem o termo em suas descrições originais, fizeram referência ao conceito de “REDD” em fases posteriores de sua implementação. Por isso, as duas expressões são usadas para se referir a projetos destinados a restaurar ou preservar a floresta por meio de geração de créditos de carbono que possam ser comercializados para arrecadar fundos para a implementação do projeto.

³ Hannah Wittman e Cynthia Caron (2009): Carbon Offsets and Inequality: Social Costs and Co-Benefits in Guatemala and Sri Lanka. *Society and Natural Resources*, 22:710–726. http://vssweb1.landfood.ubc.ca/publications/Wittman_Caron_2009_carbonOffsets.pdf

⁴ REDD Monitor (2010): Juma Reserve project in Brazil: Fundação Amazonas Sustentável responds to criticism. <http://www.redd-monitor.org/2010/08/02/juma-reserve-project-in-brazil-fundacao-amazonas-sustentavel-responds-to-criticism/>

⁵ Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2014): Economia verde, povos da floresta e territórios: violações de direitos no estado do Acre. Relatório Preliminar de Missão de Investigação e Incidência. www.plataformadh.org.br/category/relatorias/meio-ambiente/

⁶ REDD-Monitor (2013): Disney’s commitment to Mickey Mouse REDD: Conservation International’s trick baseline for the Alto Mayo project in Peru. <http://www.redd-monitor.org/2013/04/26/disneys-commitment-to-mickey-mouse-redd-conservation-internationals-trick-baseline-for-the-alto-mayo-project-in-peru/>

⁷ http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/04/Carbon_Sink_Plantations_in_the_Ecuadorian_Andes.pdf

⁸ <http://ejatlas.org/conflict/ibi-bateke-carbon-sink-plantation-drc> e Olivier Mushiete & Amy Merrill (2010): IBI Bateke Carbon Sink Plantation: An African Forestry Pilot Case.

⁹ REDD-Monitor (2012): Free, prior and informed consent? Not in Ecosystem Restoration Associates’ REDD project in DR Congo. <http://www.redd-monitor.org/2012/04/24/free-prior-and-informed-consent-not-in-ecosystem-restoration-associates-redd-project-in-dr-congo/>

¹⁰ <http://ejatlas.org/conflict/face-project-rehabilitation-of-mt-elgon-and-kibale-national-park-uganda>

¹¹ <http://www.redd-monitor.org/2010/09/28/voices-from-madagascars-forests-the-strangers-theyre-selling-the-wind/>

¹² Carbon Trade Watch (2007): Climate Care and Bio-digesters. Ranthambore, Rajasthan, India. <http://www.carbontradewatch.org/photo-essays/the-offsets-market-in-india-confronting-carbon-colonialism/01-3.html>

¹³ Para mais detalhes, ver Jutta Kill (2014): Economic Valuation of Nature. The Price to Pay for Conservation? http://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/Economic-Valuation-of-Nature.pdf

¹⁴ WRM (2014): Bulletin Issue 204 – Increasing Dangers: New Trends in REDD. <http://wrm.org.uy/bulletins/issue-204/>

¹⁵ WBCSD (2012): Biodiversity and ecosystem services scaling up business solutions. Company case studies that help achieve global biodiversity targets.

¹⁶ “Le projet est entièrement développé et géré par les communautés et leur organisation démocratique qui à elles seules définissent leur vision, leur objectif et leur activité”, e “Pur Projet n’a aucun intérêt, aucun droit, ni sur les terres, ni sur leur production.” <http://www.amisdelaterre.org/purprojet.html>

¹⁷ Página 17, Carbon vs. Food http://www.amisdelaterre.org/IMG/pdf/brochure_perou_les_amis_de_la_terre_uk_web.pdf

¹⁸ Página 23, Carbon vs. Food. http://www.amisdelaterre.org/IMG/pdf/brochure_perou_les_amis_de_la_terre_uk_web.pdf

¹⁹ Pur Projet (2012): BIOCORREDOR MARTIN SAGRADO REDD+ PROJECT. Tabela 4, Página 22. www.purprojet.com/upload_documents/PDD%20Project%20Design%20Document%20Martin%20Sagrado.pdf

²⁰ <http://www.carbonfund.org/blog/itemlist/tag/carbon%2oreduction%20projects>

²¹ <http://blogs.ca.com/2013/02/20/sustainability-is-smart-it-and-smart-it-is-smart-business/?intcmp=searchresultclick&resultnum=1>

²² FIFA Project Portfolio. www.fifa.com/mm/document/afsocial/environment/02/37/97/70/2014fwccarbonoffsettingportfolio_en_neutral.pdf

²³ <http://www.carbonfund.org/blog/itemlist/tag/reduce%20carbon%20dioxide%20emissions>

²⁴ Environmental Services Inc. (2014): PURUS PROJECT – A TROPICAL FOREST CONSERVATION PROJECT IN ACRE, BRAZIL. VCS VERIFICATION REPORT. 20 de outubro de 2014. Página 8.

²⁵ WRM (2013): Observations on a private REDD project in the state of Acre, Brasil http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Observations_on_a_private_REDD_project_in_Acre.pdf Página 5.

²⁶ Ianni, Octavio. A luta pela terra. História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1981. In: WRM (2013): Observations on a private REDD project in the state of Acre, Brasil. Ver nota 31.

²⁷ Final CCBA Project Validation Report, janeiro de 2013. Auditoria realizada pela SCS Global Services. Página 64.

²⁸ Algumas famílias têm mais de 100 ha em uso, e os documentos do projeto afirmam que esses moradores que colocaram mais de 100 hectares “sob uso produtivo” receberão toda a área que estão usando atualmente.

²⁹ Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2014): Economia verde, povos da floresta e territórios: violações de direitos no estado do Acre. Relatório Preliminar de Missão de Investigação e Incidência. <http://www.plataformadh.org.br/category/relatorias/meio-ambiente/>

³⁰ Centro de Memória das Lutas e Movimentos Sociais da Amazônia (2013): Observations on a private REDD project in the state of Acre, Brasil. Relatório para o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

³¹ <http://www.nature.org/ourinitiatives/urgentissues/global-warming-climate-change/places-we-protect/guaraqueaba-climate-action-project.xml>

³² <http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/brazil/placesweprotect/guaraqueaba.xml>

³³ Parte Três da Documentação sobre a investigação feita por uma Comissão de Finanças do Senado dos Estados Unidos acerca de programas de conservação promovidos pela The Nature Conservancy em relação a administração e aplicação das leis tributárias federais que regem organizações isentas e doações beneficentes. Citação das páginas 63 e 62 do documento em http://www.finance.senate.gov/imo/media/doc/tncPart%20III_final.pdf

³⁴ Caiçara é o nome das comunidades de ascendência indígena e europeia mista que vivem ao longo da costa sudeste do Brasil, incluindo a terra que agora faz parte do Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba, da TNC.

³⁵ Mark Schapiro (2010): The Carbon Hunters. On the trail of the climate’s hottest commodity. Filme da PBS Frontline.

³⁶ <http://www.redd-monitor.org/2012/06/07/community-voices-on-the-nature-conservancys-guaraquecaba-climate-action-project-were-suffering-here-to-help-them-over-there/>

³⁷ The Money Tree. Série de clipes de Mark Schapiro para Frontline TV, sobre o Projeto de Ação Climática de Guaraqueçaba. <http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/carbonwatch/moneytree/>

³⁸ World Rainforest Movement (2013): The Monte Pascoal-Pau Brasil ecological corridor carbon, community and biodiversity initiative: another carbon offset failure. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/the-monte-pascoal%E2%80%90pau-brasil-ecological-corridor-carbon-community-and-biodiversity-initiative-another-carbon-offset-failure/> e Jutta Kill (2014): REDD in Brazil. Forgotten failures with consequences that still affect communities. <http://br.boell.org/pt-br/publicacoes>

³⁹ http://www.cepf.net/Documents/final_bioatlantica.pdf

⁴⁰ www.valorandonaturaleza.org/noticias/indgenas_ong_y_banco_publico_se_unen_para_restaurar_la_mata_atlantica_brasilera

⁴¹ A manchete na página da CI Brasil, por exemplo, diz: “Projeto de restauração recebe o selo CCB no Brasil. Área de 1.000 hectares no Corredor Ecológico Monte Pascoal – Pau Brasil deve remover 360 mil toneladas de dióxido de carbono da atmosfera em 30 anos.” O detalhe de que o certificado CCB cobre apenas cerca de 17 hectares que restaram ficou em letra pequena e nos parágrafos finais do anúncio. www.conservation.org.br/noticias/noticia.php?id=443, acessado em 2 de agosto de 2013

⁴² <http://www.climate-standards.org/category/projects/>. Acessado em 21 de janeiro de 2015.

⁴³ <http://www.mo.be/en/article/sustainable-paper-eucalyptus-plantations-bahia-brazil> e o filme *Sustainable on Paper* <http://vimeo.com/50781178>; CEPEDES (2008): Violações Socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enzo e Aracruz Celulose. http://wrm.org.uy/oldsite/paises/Brasil/CEPEDES_2008.pdf

⁴⁴ Project Description SURUÍ FOREST CARBON PROJECT. Outubro de 2011. https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Surui_Forest_Carbon_project/PCFS_PDD_English_2011-10-17.pdf

⁴⁵ <http://www.rainforest-alliance.org/climate/validation-verification/projects/surui-project>

⁴⁶ PROJECT IMPLEMENTATION REPORT SURUÍ FOREST CARBON PROJECT. Setembro de 2014. https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Surui_Forest_Carbon_project/Verification/Summary_Intro_Project_implementation_report_01_09_2014_EN.pdf

⁴⁷ Project Description SURUÍ FOREST CARBON PROJECT. Outubro de 2011. https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Surui_Forest_Carbon_project/PCFS_PDD_English_2011-10-17.pdf

⁴⁸ Juliane von Mittelstaed (2010): Using the Internet to Save the Rainforest: How an Amazonian Tribe Is Mastering the Modern World. Spiegel Online.

⁴⁹ <http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2015/01/Nota-de-Esclarecimento-Suru.pdf>

⁵⁰ http://www.cimi.org.br/pub/Porantim%20368%20-%20para%20SITE_1.pdf

⁵¹ <http://cimi.org.br/pub/Economia%20Verde/Nota%20de%20Esclarecimento%20Suru.pdf>

⁵² <http://www.forestcarbonportal.com/news/indigenous-people-explore-many-shades-of-redd>

⁵³ http://www.patiodeautos.com/noticias/eventos/chevrolet-sail-carbono-neutro-conservaramas-de-10000-hectareas-de-bosques-ecuatorianos-con-un-aporte-aprox-de-usd1%C2%B400000_2567.html

⁵⁴ <http://cdkn.org/resource/private-conservation-agreements-support-climate-action-ecuadors-socio-bosque-programme/>

⁵⁵ Melissa Moreano Venegas (2014): Conservación de la naturaleza, control territorial e industrias extractivas.

⁵⁶ Emission Reductions Program Idea Note (ER-PIN) Costa Rica. Fevereiro de 2013. www.forestcarbonpartnership.org/sites/fcp/files/2013/Costa%20Rica%20FCPF%20ER%20PIN%20revised%20February%202015%202013.pdf

-
- ⁵⁷ http://www.fonafifo.go.cr/inversiones/csa%20bosque%20vivo/BV_Bribri.pdf
- ⁵⁸ Proyecto Bosque Vivo Territorio BriBri, Talamanca Costa Rica. (2013):
http://www.fonafifo.go.cr/inversiones/csa%20bosque%20vivo/BV_Bribri.pdf
- ⁵⁹ Conmemoran muerte de líder indígena Pabré Presbere en Talamanca.
<http://olca.cl/articulo/nota.php?id=103295>
- ⁶⁰ Apuntes para un Contexto y Escenario de los pueblos indígenas en Costa Rica.
<http://forusa.org/sites/default/files/uploads/costa-rica-1308-context-doc>
- ⁶¹ <http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/bolivia/placesweprotect/noel-kempff-mercado-park.xml>
- ⁶² <http://www.nature.org/ourinitiatives/urgentissues/global-warming-climate-change/places-we-protect/noel-kempff-mercado-national-park.xml>
- ⁶³ Winrock International (2002). Analysis of Leakage, Baselines and Carbon Benefits for the Noel Kempff Climate Action Project. Páginas 31-32.
http://conserveonline.org/library/Noel_Kempff_report.doc/view.html
- ⁶⁴ H. Select Comm. on Energy Indep. and Global Warming, 110th Cong. 7. 14 de fevereiro de 2008. Testemunho de Stephanie Meeks, Presidente em exercício e diretora-executiva, The Nature Conservancy. <http://globalwarming.house.gov/tools/assets/files/0347.pdf>
- ⁶⁵ Brown, S., Land Use and Forests, Carbon Monitoring, and Global Change, Cooperative Agreement between Winrock International and the EPA (ID# CR 827293-01-0), Product 10, Report of leakage analysis for the Noel Kempff averted deforestation component, Winrock International Maio de 2002. Páginas 7-8, 15.
www.winrock.org/ecosystems/files/Product%2010%20leakage%20Noel%20Kempff.pdf
- ⁶⁶ <http://www.greenpeace.org/usa/Global/usa/report/2010/1/carbon-scam-noel-kempff-clima.pdf>
- ⁶⁷ http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Forestry/R7274_-_FTR_annex_-_10_Tipper_Scolec_Te.pdf
- ⁶⁸ http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Forestry/R7274_-_FTR_annex_-_10_Tipper_Scolec_Te.pdf
- ⁶⁹ http://www.planvivo.org/wp-content/uploads/RepScolec_Te_2010_02_05_final-public-version.pdf
- ⁷⁰ <http://www.rainforest-alliance.org/climate/validation-verification/projects/scolec-te>
- ⁷¹ http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Forestry/R7274_-_FTR_annex_-_10_Tipper_Scolec_Te.pdf
- ⁷² Greenpeace (2012): Outsourcing Hot Air. Páginas 16-17. www.greenpeace.org/international/Global/international/publications/forests/2012/REDD/OutsourcingHotAir.pdf
- ⁷³ Granda, Patricia (2005) “Carbon Sink Plantations in the Ecuadorian Andes. Impacts of the Dutch FACE-PROFAFOR monoculture tree plantations project on indigenous and peasant communities”, Acción Ecológica e Movimento Mundial pelas Florestas tropicais.
<http://www.wrm.org.uy/countries/Ecuador/face.pdf>

⁷⁴ Blessing Karumbidza e Wally Menne (2011): CDM carbon sink tree plantations in Africa: A case study in Tanzania.

<http://globaljusticeecology.org/files/CDM%20plantations%20report.pdf> e Jorn Stave (2001): Carbon Upsets: Norwegian “Carbon Plantations” in Tanzania. <http://wrm.org.uy/oldsite/actors/CCC/trouble6.html>

⁷⁵ <http://carbonviolence.org>

⁷⁶ Pia Gaarder (2009): Climate Project on Cheap Ground.

<http://www.framtiden.no/english/other/climate-project-on-cheap-ground.html> e Norwatch (2000): Carbon Upsets -Norwegian ‘Carbon Plantations’ in Tanzania. <http://www.framtiden.no/english/other/new-report-on-norwegian-carbon-plantations-in-tanzania-carbon-upsets.html>

⁷⁷ ‘Carbon violence’ underlies the green sheen of carbon offsets.

<https://www.qut.edu.au/news/news?news-id=81815>

⁷⁸ Acessado em janeiro de 2015.

⁷⁹ http://www.climateprojects.info/chameleon/outbox/public/197/3332/PDD_KFR_CCBS.pdf

⁸⁰ Tofte Hansen (2012): The Neighbours of the Kikonda Central Forest Reserve. Outcome of the socio-economic base-line survey 2011. global-woods.

⁸¹ Peskett et al. (2010): Carbon offsets for forestry and bioenergy.

<http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/5990.pdf>

⁸² Adrian Nel (2014): Sequestering market environmentalism: Geographies of Carbon Forestry and Unevenness in Uganda. Tese de doutoramento, University of Otago, New Zealand. Página 205.

⁸³ The New Forests Company (sem data): NEW FORESTS COMPANY: Forestry-based climate change solutions.

⁸⁴ <http://www.eib.org/projects/loans/2006/20060582.htm>

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ <http://www.oxfam.org.uk/get-involved/campaign-with-us/latest-campaign-news/2014/04/mubende-community-moves-forward>

⁸⁷ Sofala Community Carbon Project (anteriormente conhecido como N’hambita Community Carbon Project) (ID: 100000000000169). https://mer.markit.com/br-reg/public/project.jsp?project_id=100000000000169

⁸⁸ Chris Lang (2012): Envirotrade’s carbon trading project in Mozambique: “The N’hambita experiment has failed”. <http://www.redd-monitor.org/2012/07/11/envirotrades-carbon-trading-project-in-mozambique-the-nhambita-experiment-has-failed/>

⁸⁹ FERN and Friends of the Earth France (2013): Carbon Discredited: Why the EU should steer clear of forest carbon offsets. <http://www.fern.org/nhambita>

⁹⁰ World Bank Inspection Panel (2013): Report and Recommendations. KENYA: Natural Resource Management Project. <http://www->

wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/05/31/000442464_20130531104013/Rendered/PDF/779590IPR0P095001PN0REQUESTORQ01302.pdf

⁹¹ <http://www.marketwired.com/press-release/wildlife-works-carbon-llc-acquires-offsetters-interest-joint-venture-mai-ndombe-redd-tsx-venture-coo-1847048.htm>

⁹² Forest Trends (2013): State of the Voluntary Carbon Market 2013. http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_3898.pdf

⁹³ www.carbonneutral.com/interface/files/knowledgecentre/BusinessCaseforREDDweb.pdf

⁹⁴ http://www.conservation.org/publications/Documents/CI_Disney_DRC_REDD_plus_protecting-forests-through-carbon-market-democratic-republic-of-congo.pdf

⁹⁵ http://thewaltdisneycompany.com/sites/default/files/reports/Disney_Conservation_Report_SPage_Sm5.pdf

⁹⁶ <http://southpolecarbon.com/>

⁹⁷ Global forest-protection plan depends on carbon credits. Zinta Zommers, 2 de abril de 2013. <http://www.theglobeandmail.com/news/world/global-forest-protection-plan-depends-on-carbon-credits/article10699505/>

⁹⁸ Zimbabwe: No Joy for REDD+ Project. <http://allafrica.com/stories/201408040418.html?viewall=1>

⁹⁹ Basta! & Amis de la Terre (2013): “REDD+ in Madagascar: You Can’t See the Wood for the Carbon”. http://www.amisdelaterre.org/IMG/pdf/rap_madagascar_en.pdf

¹⁰⁰ <http://www.goodplanet.org/projet/programme-holistique-de-conservation-des-forets-phcf/>

¹⁰¹ World Bank (2010): Indonesia Forest Carbon Trust Fund Program. Report No.: AC5770. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2010/12/20/000003596_20101225183545/Rendered/INDEX/Integrated0Saf10Sheet1Concept0Stage.txt%20accessed%2027%20September%202011

¹⁰² World Bank (2010): Indonesia Forest Carbon Trust Fund Program. Report No.: AC5770. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2010/12/20/000003596_20101225183545/Rendered/INDEX/Integrated0Saf10Sheet1Concept0Stage.txt%20accessed%2027%20September%202011

¹⁰³ Anett Keller (2011): Klimawandel in Indonesien. Der Hintern der Welt. <http://www.taz.de/Klimawandel-in-Indonesien/!82842/>

¹⁰⁴ Documentação de audiência de Comissão do Senado Australiano em 21 de maio de 2012, incluindo perguntas sobre o KFCP. http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2012/06/Environment-and-Communications-Legislation-Committee_2012_05_21_1073.pdf

¹⁰⁵ <http://www.redd-monitor.org/2012/06/04/this-project-has-been-a-total-failure-says-australian-senator-christine-milne-about-the-kalimantan-forests-and-climate-partnership/>

¹⁰⁶ Anett Keller (2013): Klimapolitik in Indonesien. Missglückter Waldschutz. Australien stellt eines der ersten REDD+ – Pilotprojekte in Indonesien ein. Umweltschützer fordern transparente Informationen über die Finanzen. <http://www.taz.de/!122479/>

- ¹⁰⁷ Nota à imprensa da East Asia Minerals, 3 de maio de 2011: East Asia Minerals Announces Acquisition of 50% of Carbon Conservation Pty Ltd. <https://archive.today/81AbY#selection-303.0-303.78>
- ¹⁰⁸ O. Brooks (2008): Indonesia Discovers Green Gold in the Trees. Far Eastern Economic Review, 3 de outubro de 2008. <http://feer.com/essays/2008/october/duplicate-of-aso-leads-ldps-struggle-for-survival>
- ¹⁰⁹ Série de postagens de Chris Lang no REDD-Monitor, sobre o projeto Ulu Masen (2013): <http://www.redd-monitor.org/tag/ulu-masen/>
- ¹¹⁰ <http://www.cbd.int/doc/meetings/ecr/cbwecr-2014-04/other/cbwecr-2014-04-presentation-day2-03-en.pdf>
- ¹¹¹ <https://www.mns.my/article.php?aid=1025>
- ¹¹² Burung: Coal Road Threatens Ecological Integrity of Harapan Rainforest. <http://www.burung.org/attachments/article/837/Q&A%20Coal%20Road%20Threatens%20Ecological%20Integrity%20of%20Harapan%20Rainforest.pdf>
- ¹¹³ Silahali & Erwin (2014): Collaborative Conflict Management on Ecosystem Restoration Concession: Lessons Learnt from Harapan Rainforest Jambi-South Sumatra-Indonesia.
- ¹¹⁴ Artigo de 11 de janeiro de 2014: Carbon Credits Ready for Sale in Oddar Meanchey Forest. <http://www.voacambodia.com/content/carbon-credits-ready-for-sale-in-oddar-meanchey-forest/1827513.html>
- ¹¹⁵ The Cambodia Daily (2013): Cambodia's Carbon Credit Scheme Still Not Making Gains. <http://www.opendevdevelopmentcambodia.net/tag/oddar-meanchey-community-forest-network/>
- ¹¹⁶ <https://www.forestcarbonpartnership.org/carbon-fund-participants>
- ¹¹⁷ web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21581819~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html
- ¹¹⁸ <https://www.forestcarbonpartnership.org/carbon-fund>
- ¹¹⁹ DRC ERPIN. An Emission Reductions Program Idea Note for the Democratic Republic of the Congo. 7 de março de 2014. Página 62. <http://forestcarbonpartnership.org/sites/fcp/files/2014/February/DRC%20ERPIN%20CF9.pdf>
- ¹²⁰ Simon Counsell, com. pess., novembro de 2014.
- ¹²¹ Gokowski et al, The Forest Margins of Cameroon, in Slash and Burn Agriculture, the Search for an Alternative, Cherly Palm et al (eds), Columbia University Press, 2005.
- ¹²² Sam Lawson et al. (2014): Consumer Goods and Deforestation: An Analysis of the Extent and Nature of Illegality in Forest Conversion for Agriculture and Timber Plantations. A Forest Trends report. http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_4718.pdf

¹²³ Yayasan Petak Danum Letter to the Australian Delegation to Central Kalimantan February 2011, RE: Community Concerns with the KFCP. <http://www.redd-monitor.org/wp-content/uploads/2011/02/YPD-Letter-to-Australian-Delegation.pdf>

¹²⁴ Ivan R. Scales (2014): Conservation and environmental management in Madagascar. Chapter 15. Routledge.

¹²⁵ CENSAT (2013): Contratos REDD: Despojo ilegítimo, por vías legales'. In: December 2013 issue No 79 of Biodiversidade: Leyes, políticas y economía verde al servicio del despojo de los pueblos. www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/01/Esp_Biodiversidad_12_2013.pdf

¹²⁶ Ambos os projetos são mencionados em um relatório recente da TNC, a agência norueguesa de ajuda que tem financiado as atividades de REDD da TNC. The Nature Conservancy (TNC) (2013): "Community Involvement and Benefit Sharing in REDD Program Development" and "Sustainable Landscapes in Brazil and Indonesia". Sem data. www.norad.no/en/support/climate-and-forest-initiative-support-scheme/grants-2009-2012

¹²⁷ Marcus Colchester e Larry Lohman: The Tropical Forestry Action Plan: What Progress? The World Rainforest Movement. ISBN: 967-99987-2-X. <http://www.twinside.org.sg/title/trop-cn.htm>; ver, também, <http://exacteditions.theecologist.org/read/resurgence/vol-20-no-3-may-june-1990-6484/13/3?dps=>

¹²⁸ World Rainforest Movement (2014): REDD moves from forests to landscapes: More of the same, just bigger and with bigger risk to cause harm. <http://www.wrm.org.uy/books-and-briefings/redd-moves-from-forests-to-landscapes-more-of-the-same-just-bigger-and-with-bigger-risk-to-cause-harm-2/>